



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Fátima Lobato Fernandes

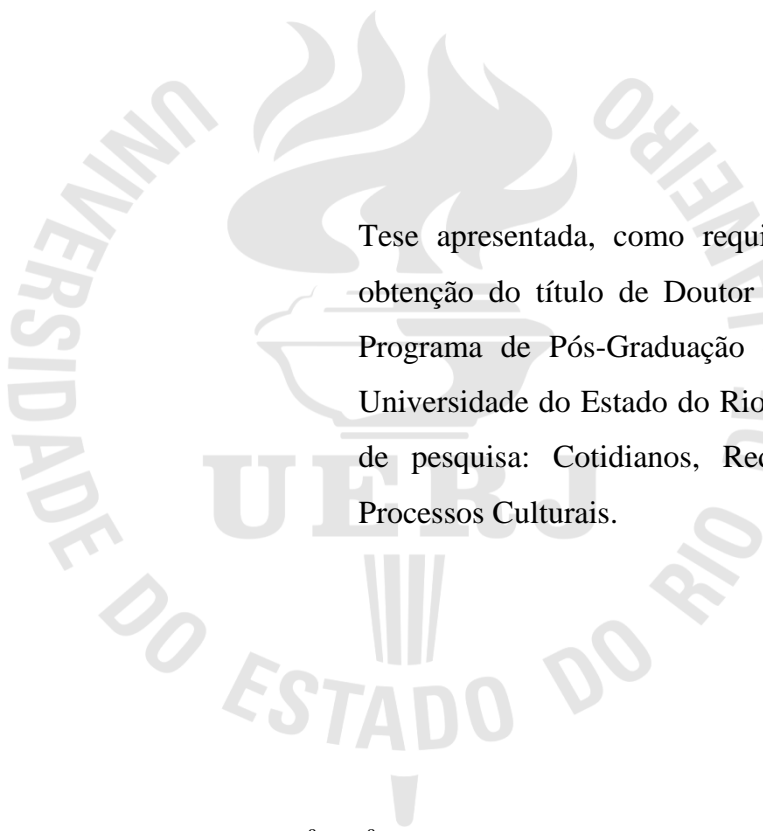
**Cartas ao congresso nacional: expressões escritas da cidadania no processo
constituente de 1988**

Rio de Janeiro

2015

Fátima Lobato Fernandes

Cartas ao congresso nacional: expressões escritas da cidadania no processo constituinte de 1988



Tese apresentada, como requisito parcial, para obtenção do título de Doutor em Educação, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Inês Barbosa de Oliveira

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

F363 Fernandes, Fátima Lobato.
Cartas ao congresso nacional: expressões escritas da cidadania no processo
constituente de 1988 / Fátima Lobato Fernandes. – 2015.
112 f.

Orientadora: Inês Barbosa de Oliveira.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação de Adultos – Brasil – Teses. 2. Direito à educação– Teses. 3.
Cidadania– Teses. 4. Participação social – Teses. 5. Justiça social – Teses. I.
Oliveira, Inês Barbosa de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação. III. Título.

es

CDU 374(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Fátima Lobato Fernandes

Cartas ao congresso nacional: expressões escritas da cidadania no processo constituinte de 1988

Tese apresentada, como requisito parcial, para obtenção do título de Doutor em Educação, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais.

Aprovada em 2 de junho de 2015.

Banca Examinadora: _____
Prof^a. Dr^a. Inês Barbosa de Oliveira
Faculdade de Educação da UERJ

Prof. Dr^a. Nilda Alves
Faculdade de Educação da UERJ

Prof^a. Dr^a. Jane Paiva
Faculdade de Educação da UERJ

Prof^a. Dr^a. Sandra Regina Sales
Instituto Multidisciplinar/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Gustavo Enrique Fischman
University of Arizona

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos que fazem a história, defendendo a vida com muita luta e esperança num mundo digno para todos.

Nem tudo é verdadeiro; mas em todo lugar e a todo momento existe uma verdade a ser dita e a ser vista, uma verdade talvez adormecida, mas que no entanto está somente à espera de nosso olhar para aparecer, à espera de nossa mão para ser desvelada. A nós cabe achar a boa perspectiva, o ângulo correto, os instrumentos necessários, pois de qualquer maneira ela está presente aqui e em todo lugar.

Foucault

...a arte de recriar o passado.

Eclea Bosi

AGRADECIMENTOS

É impossível registrar os muitos encontros e as trocas de experiências da vida que me formaram “professora pesquisadora militante”, e possibilitaram a materialização desse trabalho. Muito provavelmente, pela falha da memória que não mantém o registro de tudo que foi importante para a chegada até esse momento.

Sou grata a todos os que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho. Agradeço às pessoas que foram importantes no processo de escrita desse texto, que com paciência, carinho, respeito e tolerância me auxiliaram e apoiaram.

À minha orientadora, Inês Barbosa de Oliveira, que conduziu sabiamente suas intervenções, grata pela dedicação, entusiasmo e pelos ensinamentos, principalmente sobre aspectos teóricos que contribuíram para a consolidação desse texto.

À Jane Paiva, companheira de trabalho, grande incentivadora e que, com apoio incondicional, esteve presente desde a escolha do objeto até o momento de apresentação da conclusão da tese, pela leitura crítica em vários momentos e pela contribuição significativa ao processo de formação que tenho vivido cotidianamente.

À Sandra Sales, que aceitou participar da banca examinadora desde o momento da qualificação, contribuindo com suas análises e sugestões para a elaboração do texto final.

À Prof^a. Nilda Alves, que muito contribuiu ao longo de minha trajetória como professora militante da escola pública e em minha formação acadêmica, pela leitura crítica e competente dos meus escritos e reflexões.

Ao Prof. Gustavo Fischman, pela leitura do projeto e diálogo inicial, valiosos para a escrita desse trabalho, sempre instigador em seus comentários.

Agradeço, assim, a todos os membros da banca, pela inspiração na luta em defesa da escola pública digna para todos.

Às professoras Alexandra Garcia Ferreira Lima e Maria Luiza Sussekind que aceitaram a função de suplentes na banca.

À coordenação do ProPEd — Prof. José Gonçalves Gondra e Prof^a. Lígia Maria M. L. de Aquino e aos demais professores pelos diálogos nas disciplinas que cursei e apresentação de autores que em muito contribuíram para minhas reflexões na realização da tese.

Aos companheiros do Grupo de Pesquisa *Redes de conhecimentos e práticas emancipatórias no cotidiano escolar*, que nos encontros semanais me ofereceram

contribuições valiosas para a escolha de referenciais teórico metodológicos em subsídio à pesquisa efetivada.

À Marina Campos, Leandro, Alan e Simone, bolsistas que me auxiliaram em vários momentos, atendendo atenciosamente minhas solicitações.

Aos companheiros de trabalho e do Grupo de Pesquisa *Aprendizados ao longo da vida: sujeitos, políticas e processos educativos* com quem tenho dialogado e aprendido muito nos últimos anos, pelo apoio e compreensão no processo de investigação vivenciado.

À equipe do Museu da República, responsável pelo acervo objeto desta pesquisa, por ter disponibilizado acesso e cópia de arquivos contendo todo o material necessário à constituição de meu *corpus*.

À Aline Dantas, companheira de mais de uma década, pelo carinho e apoio na formatação e impressão do material.

Aos funcionários do ProPEd, Carmen, David, Fátima, Jorgete e Morgana que sempre me auxiliaram no que foi preciso.

Aos colegas de turma que contribuíram nas aulas partilhadas durante o curso de Doutorado.

À minha querida família, pais, companheiro João, irmãos, cunhadas, cunhados, sobrinhas e sobrinho, que muito me incentivaram e, no possível, me apoiaram, apoio fundamental para a realização deste tempo de pesquisa.

Finalmente, a todos os amigos, companheiros de minhas trajetórias de vida que de alguma forma vêm contribuindo significativamente para o meu processo de formação acadêmica, profissional e humana.

RESUMO

FERNANDES, Fátima Lobato. *Cartas ao Congresso Nacional: expressões escritas da cidadania no processo constituinte de 1988*. 2015. 112 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

A pesquisa de doutorado que apresento teve como objeto de estudo cartas escritas por diferentes sujeitos, enviando ideias para a Constituição brasileira promulgada em outubro de 1988. As cartas selecionadas são todas documentos manuscritos por diferentes sujeitos, componentes de um largo acervo documental, que apresenta indícios de que seus autores não concluíram o ensino fundamental, do tempo e do espaço em que foram escritas, hoje parte do fundo patrimonial do Museu da República. Esta pesquisa inseriu-se na temática sobre pluralidade de conhecimentos/saberes que circulam socialmente, especialmente os traduzidos por expressões escritas de sujeitos jovens e adultos. Entendi essa produção como um processo de participação política, ou seja, minha hipótese central pode ser assim resumida: sujeitos, em seus processos de produção de cidadania, ao escreverem cartas à elaboração da Constituição, em exercício de participação política, se autoproduzem como cidadãos, pela escrita. Mais do que exercício de cidadania, a abordagem e interpretação que fiz das escritas epistolares mostraram também que os sujeitos tinham conhecimentos que talvez ignorassem, e que independiam de conhecimentos formais para expressarem outros sentidos de cidadania, afirmando direitos tantas vezes negados. Esse reconhecimento levou-me à certeza de que estava diante de práticas sociais em que a noção de justiça cognitiva podia ser identificada, pelo fato de as pessoas, fora do espaço do conhecimento formal, revelarem outros conhecimentos indispensáveis ao exercício da cidadania, demonstrando a condição de iguais a pessoas escolarizadas em espaços formais. Assim sendo, devo admitir que o conhecimento formal não é condição para o exercício da cidadania, e que a presença de outros conhecimentos para além dos formais da cultura escrita, constituídos em redes, porque forjados na vida, no cotidiano em que os sujeitos vivem, e enredados em suas mais diferentes histórias que os constituem, e assim representados no modo como escreviam, permitiu reconhecer politicamente esses sujeitos de direito, fora do espaço da chamada educação formal. Esse reconhecimento levou-me à certeza (sempre provisória) de uma prática social em que a justiça cognitiva podia ser identificada, pelo fato de as pessoas, fora do espaço do conhecimento formal, revelarem outros conhecimentos indispensáveis ao exercício da cidadania, porque se reconheciam em patamar de igualdade com pessoas escolarizadas.

Palavras chave: Educação de Jovens e Adultos. Cidadania. Participação Social. Justiça Cognitiva.

ABSTRACT

FERNANDES, Fátima Lobato. *Letters to the National Congress: Written Expressions of Citizenship in The Process of the 1988 Constitution of Brazil*. 2015. 112 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

The present doctoral research aims at discussing the written letters sent by several subjects containing ideas for the Constitution of Brazil enacted in 1988. The selected letters are all documents written by different subjects as part of a wide archive, which are nowadays part of the asset archives of the Museum of the Republic, evidencing that they had not finished primary school at that time and space of their writing. The research approaches the plurality of knowledge which circulates socially, in particular the one rendered in young and adult subjects' written expressions. This is to be understood as a process of political participation and its main premise can be so resumed: by writing letters to the elaboration of the Constitution, these subjects produced citizenship and exercised their political participation portraying themselves as citizens by written expression. Moreover, the approach and interpretation of the letters indicate that the subjects had some knowledge they might have not been aware of regardless of the so-called formal education to express other meanings of citizenship, to claim rights so often denied. The findings enabled the identification of social practices and the notion of cognitive justice outside formal education and revealed other types of knowledge necessary to exercise citizenship on the same conditions as educated subjects in formal settings. Our claim is that formal education is not a condition per se for the exercise of citizenship constituted by networks, framed in the subjects' lives and inserted in their own different stories. On the contrary, these subjects proved to be politically recognized outside formal education, represented by their written expressions. Also, we tentatively claim a social practice wherein cognitive justice can be identified as people outside formal education could bear necessary knowledge to the exercise of citizenship since they recognized themselves at the same level as educated people.

Keywords: Young and Adult Education. Citizenship. Social Participation. Cognitive Justice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 APRESENTANDO AS MATRIZES TEÓRICAS	22
1.1 Reconhecer a pluralidade de saberes	25
1.2 Da justiça cognitiva à justiça social	26
1.3 Emancipação social democratizante.....	28
1.4 Cidadania horizontal	29
1.5 As cartas: narrativas de vida	32
1.6 Os cotidianos – pelas escritas, suas inquietações.....	33
1.7 Nas escritas, parte das trajetórias de vida	34
2 VISITANDO E REVISITANDO PASSAGENS VIVAS DA HISTÓRIA BRASILEIRA NOS ANOS 1980	36
2.1 Empobrecimento e aumento da desigualdade social	37
2.2 As grandes mobilizações no final da década de 1970.....	39
2.3 A utopia de eleições pelo voto popular para Presidente da República se materializa na Campanha das Diretas Já!.....	42
2.4 A Assembleia Nacional Constituinte de 1987	44
2.5 Significado da Constituição de 1988.....	46
3 FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS.....	50
3.1 História e memória.....	51
3.2 Epístolas	53
3.3 Procedimentos — percursos teórico metodológicos.....	55
3.4 Adequação metodológica ao projeto.....	61
4 AS CARTAS: POSSÍVEIS LEITURAS DE EXPRESSÕES ESCRITAS DE VIDA	64
4.1 Situando e apresentando o material	66
4.2 Possíveis reflexões a partir dos conhecimentos expressos nas cartas	70
4.2.1 Carta 1 — O trabalhador rural de Salinas	71
4.2.2 Carta 2 — A organização da luta católica.....	74
4.2.3 Carta 3 — Algumas contradições em suas leituras de mundo.....	78
4.2.4 Cartas 4 e 5 – Pautando reivindicações.....	82

<u>4.2.5 Cartas 6 e 7 — Uma leitura de mundo repleto de coragem – Geraldo e suas duas cartas</u>	<u>90</u>
<u>4.2.6 Carta 8 – expressões de nacionalidade: crítica a expressões estrangeiras</u>	<u>95</u>
<u>4.2.7 Carta 9 — Reivindicações de Osmar — um jovem da Baixada Fluminense</u>	<u>98</u>
<u>4.2.8 Carta 10 – Trajetória de dor e sofrimento de José Silvestre da Silva</u>	<u>100</u>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

A pesquisa de doutorado que apresento teve como objeto de estudo cartas escritas por diferentes sujeitos, enviando ideias para a Constituição brasileira promulgada em outubro de 1988. Esse material — cartas — extrapola o que poderia conter de sugestões ao texto constitucional, e guarda registros, nas suas linhas, de histórias de vida, pelos traços no papel, pela forma de escrita, que se oferecem ao pesquisador como "descobertas" de ricas trajetórias de vida dos cidadãos autores dessas cartas. As cartas selecionadas são todas documentos manuscritos por diferentes sujeitos, componentes de um largo acervo documental, que apresenta indícios do tempo e do espaço em que foram escritas. Por isso, parti do pressuposto de que o trabalho científico, como o que realizei, deveria levar em conta que:

Nós seres humanos somos seres multidimensionais em nossos desejos, em nossos interesses e em nossos prazeres e, devido a isto, realizamos em nosso viver cotidiano muitos tipos de seres através de diferentes conversações que se intersectam em nossos corpos, cada uma fundada numa emoção particular. Por isso, como cientistas, estamos sob a paixão de explicar, e toda dúvida, toda pergunta é em nós, em princípio, uma ocasião bem vinda e desejada para nossa realização enquanto tais. Além disso, enquanto cientistas somos também, pelo menos em princípio, cuidadosos para não confundirmos domínios experienciais ou fenomênicos em nossas proposições explicativas ao validarmos-las com o critério de validação das explicações científicas. Finalmente, enquanto cientistas nos comprometemos a usar apenas o critério de validação das explicações científicas em nosso explicar. (MATURANA, 2001, p. 138).

A multiplicidade de sujeitos que habita cada um de nós, movidos por desejos, necessidades, tocados pelo afeto, é também implicada pelos contextos social / político / cultural / econômico em que estamos inseridos. Este é um aspecto relevante que levo em conta ao transportar as cartas, tornando-as objeto desta pesquisa. Conforme orienta Maturana (2001), o pesquisador deve, principalmente, ter o cuidado de não estabelecer como verdade única as explicações científicas que encontra ao longo do seu trabalho. Sendo assim, escolhi um caminho a percorrer capaz de visibilizar compreensões conceituais e práticas no cotidiano — as multidimensionalidades de que trata Maturana —, bem como as contradições percebidas nos contextos em que essas práticas se dão, próprias do fazer humano.

Esta pesquisa inseriu-se na temática sobre pluralidade de conhecimentos/saberes que circulam socialmente, especialmente os traduzidos por expressões escritas de sujeitos jovens e adultos em cartas, enviadas quando da elaboração da Constituição brasileira de 1988. Entendi essa produção como um processo de participação política, ou seja, minha hipótese central

pode ser assim resumida: sujeitos, em seus processos de produção de cidadania, ao escreverem cartas à elaboração da Constituição, em exercício de participação política, se autoproduzem como cidadãos, pela escrita. Além do exercício de cidadania, essas escritas epistolares mostraram também que esses sujeitos tinham conhecimentos que ignoravam, e que independiam de conhecimentos *formais*, conhecimentos ignorados (desconsiderados, desqualificados) também pelo pensamento hegemônico. Reconheço, assim, nesses sujeitos, modos de conhecimento não formais, não oficiais, produzidos no cotidiano, que expressaram o sentido de cidadania, afirmando, com isso, seus direitos tantas vezes negados.

Assim sendo, devo admitir que o conhecimento formal não é condição para o exercício da cidadania, e que a presença de outros conhecimentos para além dos formais da cultura escrita, constituídos em redes, porque forjados na vida, no cotidiano em que os sujeitos vivem, e enredados em suas mais diferentes histórias que os constituem, e assim representados no modo como escreviam, permitiu reconhecer politicamente esses sujeitos de direito, fora do espaço da chamada educação formal. Esse reconhecimento levou-me à *certeza* (sempre provisória) de uma prática social em que a *justiça cognitiva* podia ser identificada, pelo fato de as pessoas, fora do espaço do conhecimento formal, revelarem outros conhecimentos indispensáveis ao exercício da cidadania, porque se reconheciam em patamar de igualdade com pessoas escolarizadas. Isto pode ser reconhecido, por mim, como *justiça cognitiva*, que leva à *justiça social*, como afirma Boaventura de Sousa Santos (2010). No momento em que reconheço a expressão escrita desses sujeitos como uma iniciativa de participação política, reconheço também a igualdade entre quem escreve *certo*.

Sobre o debate sobre como se escreve encontro no trabalho de Marcos Bagno (1999, p. 40) uma contribuição valiosa que ajuda a compreender e tomar cuidado para não incorrer no preconceito linguístico, que de acordo com esse autor:

[...] se baseia na crença de que só existe, [...] uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicadas nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente, e não é raro a gente ouvir que isso não é português.

O preconceito linguístico consiste em discriminar alguém pelo fato de falar ou escrever fora do padrão da gramática escolar. Lembrar que “A língua escrita, por seu lado é totalmente artificial, exige treinamento, memorização, exercício, e obedece a regras fixas, de tendência conservadora, além de ser representação [...] da língua falada”. (BAGNO, 1999, p.

55). De acordo com essa explicação pode-se aferir que os que sofrem esse tipo de preconceito social foram excluídos do processo de formação escolar. Parto do pressuposto de que aqueles que falam/escrevem são apenas cidadãos que seguem outras regras mais próximo à língua falada em seu contexto cotidiano.

Os documentos que tomei como objeto de estudo — as cartas — fazem parte da Coleção Memória da Constituinte que constitui um acervo documental produzido entre 1985 e 1988, no processo histórico que contribuiu para a elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Estes documentos foram reunidos pelas duas instituições: a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (CEC), criada em 18 de julho de 1985, e que encerrou seus trabalhos em 18 de setembro de 1986 com a criação do Centro Pró-Memória da Constituinte (CPMC), que funcionou de setembro de 1986 até 1988 — ambas instituições designadas pela Presidência da República. A CPMC pertencia à Fundação Nacional Pró-Memória que funcionou entre 1979 e 1990, como órgão executivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, um organismo federal vinculado ao Ministério da Cultura, criado em 1937 e responsável pela proteção ao patrimônio cultural brasileiro¹.

A CEC, posteriormente CPMC, foi criada para elaborar um anteprojeto de Constituição, com sugestões que refletissem aspirações dos diversos segmentos da sociedade. Era uma comissão de notáveis, sob a presidência de Afonso Arinos² e de mais 49 membros³. Chama atenção o fato, assinalado pela Prof^a. Jane Paiva, ao tomar conhecimento dos membros dessa instância colaborativa para escrita da Constituição de 1988, que assim o traduziu : *Impressionante! Nada mais que duas mulheres!*

¹ Para conhecer mais sobre o acervo ver a tese de doutorado de Versiani (2013).

² Afonso Arinos, no momento da instalação da CEC, em julho de 1985, não era senador, sendo eleito para este cargo em 1986, e continuado na presidência quando se instituiu a CPMC, agora não mais como jurista, e sim como membro da Assembleia Nacional Constituinte, cujo exercício foi de 1987 a 1988.

³ Os conselheiros nomeados no Diário Oficial de 03/09/1985 e de 20/08/86, foram: Alberto Venâncio Filho, Antonio Ermínio de Moraes; Barbosa Lima Sobrinho; Bolívar Lamounier; Cândido Antônio Mendes de Almeida; Célio de Oliveira Borja; Celso Furtado; Cláudio Lacombe; Cláudio Pacheco; Clóvis Ferro Costa; Cristóvam Ricardo Cavalcanti Buarque; Edgar de Godoi da Mata-Machado; Eduardo Mattos Portella; Evaristo de Moraes Filho; Fajardo José Pereira Faria; Padre Fernando Bastos de Ávila; Florisa Verucci; Gilberto de Ulhôa Campos; Reverendo Guilhermino Cunha; Gilberto Freyre; Hélio Jaguaribe; Hélio Santos; Hilton Ribeiro da Rocha; João Pedro Gouvea Vieira; Joaquim Arruda Falcão Neto; Jorge Amado; Josaphat Ramos Marinho; José Afonso da Silva; José Alberto de Assumpção; José Francisco da Silva; José Meira; José Paulo Sepúlveda Pertence; José Saulo Ramos; Laerte Ramos Vieira; Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho; Luiz Pinto Ferreira; Mário de Souza Martins; Mauro Santayanna (secretário executivo); Miguel Reale; Miguel Reale Júnior; Ney Prado (secretário geral); Odilon Ribeiro Coutinho; Orlando M. de Carvalho; Paulo Brossard de Souza Pinto; Rafael de Almeida Magalhães; Raul Machado Horta; Rosah Russomano; Sérgio Franklin Quintella e Walter Barelli.

No acervo da CPMC existem documentos de iniciativa dos parlamentares e da sociedade civil, tanto propostas individuais como coletivas, estabelecendo ligação entre essas instâncias políticas.

As cartas ali depositadas⁴ foram escritas no processo que antecedeu a elaboração da Constituição de 1988, e o escrito — e seus sentidos — puderam assumir o lugar de *práticas sociais emancipatórias*. Considero *práticas emancipatórias* aquelas em que sujeitos criam seus modos de pensar, agir, ultrapassando as barreiras sociais impostas, fazendo valer suas ideias. Esta hipótese levou-me a lançar mão de referenciais teórico-metodológicos que privilegiam o reconhecimento e a valorização da pluralidade de saberes presentes nas experiências de participação política dos sujeitos, segundo concepções de homem/cidadania e mundo/sociedade/democracia que serão tratadas ao longo do estudo que fundamenta esta tese.

O meu movimento — e o interesse pelo tema — deram-se a partir da informação de que o Museu da República, no Rio de Janeiro, organizara uma exposição alusiva aos 20 anos de promulgação da chamada Constituição Cidadã, entre outubro de 2008 e outubro de 2009, e que, em meio a várias atividades propostas, havia uma exposição com muitas cartas escritas por pessoas da população em geral, com reivindicações e sugestões aos Constituintes.

De início, a possibilidade deste trabalho fez com que eu voltasse a um tempo vivido, e do qual preservo lembranças. No sentido gramsciano, evoco-me como sujeito histórico que fui, no processo de luta contra a ditadura militar e nos movimentos em defesa de princípios e textos da nova Constituição brasileira. Recordo-me de espaços, desde a escola; de associações de moradores; de sindicatos; de movimentos religiosos; da Câmara de Vereadores e de Deputados; de campanhas na TV e rádio sensibilizando a população para participar do processo democrático (re)instaurado, com o envio de sugestões para a nova Constituição brasileira, além de diferentes fóruns de instituições públicas e privadas que se mobilizaram para escrever a nova Carta legislativa que reuniria as diferentes vozes desse Brasil.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco, porque naquele momento fazia-se a possibilidade de uma nova história política brasileira, após um longo tempo de ditadura militar, que silenciara vozes que lutaram por uma sociedade mais justa para todos. Passaram-se, desde o golpe de 1964, 51 anos e, portanto, já existia uma geração de eleitores no Brasil que só conhecia esse tempo histórico pelos livros, por registros midiáticos e por histórias contadas por pessoas de seu convívio social. Provavelmente, o registro em cartas toca de

⁴ As escritas epistolares apresentaram temas tanto relacionados a questões amplas vinculadas a direitos políticos e sociais quanto da esfera privada do próprio indivíduo.

forma muito diferente cada um dos jovens da atualidade, que não viveu esse tempo, e a mim, também jovem à época.

Destaco um recorte de minha trajetória ao qual tributo valor, no caminho por mim percorrido, pelo qual pude experienciar uma história comprometida com práticas vinculadas a processos de humanização, de libertação de homens e mulheres no cotidiano das próprias vidas. A militância, nos movimentos sociais, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, possibilitou vivenciar a importância da luta pela democracia e o direito à cidadania com trabalhadores e trabalhadoras e seus filhos, pois aqueles, apesar de não possuírem escolaridade, aprendiam e ensinavam dia a dia princípios que fortaleciam o ideário da democracia. Ainda bem jovem, participei de uma das primeiras mobilizações de luta pela terra, em um assentamento nas proximidades da Fazenda São Bernardino, uma das residências da família Real, no antigo Porto Iguaçu, em Nova Iguaçu (NI), cidade situada na Baixada Fluminense no estado do Rio de Janeiro. Essa mobilização foi coordenada pela Comissão Pastoral da Terra — organização da igreja católica que surgia no Brasil na época e pelo Movimento de Associações de Moradores (MAB-NI). O movimento fortaleceu minha escolha em lutar por uma sociedade mais justa, e, provavelmente, influenciou minha vontade política de atuar na educação de jovens e adultos (EJA), fosse esta vinculada a instituições comunitárias, sindicais, ou organizações não governamentais (ONGs); fosse no espaço escolar, na universidade e, mais tarde, no Fórum de EJA do estado do Rio de Janeiro⁵ criado em 1996. Mantive-me atenta, ouvindo vozes cotidianas desses sujeitos jovens e adultos, em maioria excluídos do direito à educação. Nas palavras de Antônio Cícero, o Ciço, lavrador entrevistado por Carlos Rodrigues Brandão (1980, p. 10), a questão ganhava mais força e tonicidade: “O que é que a escola ensina, meu Deus? Sabe? Tem vez que eu penso que pros pobres a escola ensina o mundo como ele não é.”

Antônio Cícero, que minha memória trouxe à tona, denunciava a ausência de um diálogo entre a escola e a vida dos mais empobrecidos, pois Ciço deixava transparecer na sua fala o que nem sempre nós professores queremos reconhecer: o que foi aprendido na trajetória de vida não tem valor para o conhecimento escolar. No espaço sindical, destaco a Central Única dos Trabalhadores como um espaço em que convivi com trabalhadores de pouca ou nenhuma escolaridade, que apresentavam, nos discursos muito bem articulados, saberes, valores que não estavam presentes no currículo escolar. Essa experiência, no entanto, não dava a eles condição de pertencimento ao espaço escolar, e encontravam nos movimentos

⁵ O Fórum de EJA/RJ foi um movimento que, mais tarde, vim a integrar por um longo período, em defesa da EJA em todo o Brasil.

sociais o sentimento de pertencimento quando, aliando-se aos iguais, sentiam-se fortalecidos e reconhecidos.

A leitura que fiz dessas cartas foi além de explorar proposições, sugestões de leis ou de temas que pautariam prioridades na Carta Magna. Fixei-me no que podiam representar como instrumentos de participação cidadã, de produção de subjetividades democráticas (OLIVEIRA,2009), trazendo, por meio da escrita, vozes que possibilitaram pressupor que a democracia é um processo a ser vivido, conquistado, e que, portanto, nunca está pronto, acabado. Essas cartas representam, ainda hoje, a utopia, a possibilidade de ruptura com um processo histórico da sociedade brasileira que perdurou de 31 de março de 1964 a março de 1985. Sendo assim, de acordo com Maffesoli (2011, p. 74), minha posição analítica será: “proceder à descrição, à apresentação, antes de qualquer representação judicativa”.

Reconheço as cartas como documento histórico, da mesma forma que Acosta (1956 apud ROSSI, 2010, p. 65) reconhece: "A memória das histórias e antiguidades pode permanecer entre os homens de três maneiras: *por cartas* [grifo meu] e escritos, como usam latinos, gregos, hebreus e muitas outras nações, ou por pintura, como se usa quase no mundo inteiro."

Assim, neste trabalho, as cartas são consideradas guardiãs de um processo histórico de participação política experienciado pelo povo brasileiro. Interessada no conteúdo dessas cartas e nas escritas ali presentes, debrucei-me sobre elas como um amplo acervo revelador não apenas de modos de escrita da população, mas também de expressões do que denominei participação cidadã. Uma questão, logo de início, se constituía como hipótese: pelas cartas sabia da existência de pessoas que acreditavam nessa forma de intervenção no texto constitucional e, por elas, traduziam suas carências, necessidades — direitos negados/interditados —, sonhos e utopias, escrevendo cartas diretamente endereçadas aos políticos e à CPMC.

Um dos aspectos que perpassou a elaboração desta pesquisa foi a reflexão sobre as relações entre o que tem sido designado como saberes, senso comum, e como conhecimentos científicos. Sobre esta discussão, a definição de Santos (1989) sobre o senso comum é profícua para compreender a escolha das cartas — como fonte de produção de conhecimentos elaborados nas inter-relações e diálogos nos contextos humanos e que fazem parte da riqueza do ecossistema. Assim, o autor se expressa:

O senso comum faz coincidir causa e intenção; subjaz-lhe uma visão do mundo assente na ação e no princípio de sua criatividade e das responsabilidades individuais. O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se e colado às

trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma de confiança e dá segurança. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objetos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento em nome do princípio da igualdade do acesso ao discurso, à competência cognitiva e a competência; lingüística. O sendo comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder cotidiano da vida. Por último, o senso comum é retórico e metafórico, não ensina, persuade. (SANTOS, 1989, p. 40)

A partir desta caracterização, podemos compreender a ruptura com argumentos que desqualificam os saberes oriundos do senso comum, e muito pelo contrário, assumir a importância deste para dialogar e forjar o projeto de emancipação cultural e social. Na perspectiva de interromper com a ideia da ciência moderna, Santos (1989, p.42) afirma “uma configuração de conhecimentos que, sendo prática, não deixe de ser esclarecida e, sendo sábia, não deixa de estar democraticamente distribuída.” Portanto, continuando apoiada nesta concepção, parto do pressuposto de que:

[...] a nova configuração do saber é, assim, a garantia do desejo e o desejo da garantia de que o desenvolvimento tecnológico contribua para o aprofundamento da competência cognitiva e comunicativa e, assim, se transforme num saber prático e nos ajude a dar sentido e autenticidade a nossa existência. (SANTOS, 1989, p.42)

É fecundo esse debate a partir da ideia sistematizada por Santos. Assim, da mesma forma que se reconhece o valor do saber produzido pela humanidade, que com sabedoria foi distribuído e vem sendo modificado de acordo com *tecnologias sociais* mais avançadas em cada tempo histórico, não podemos deixar de compreender que “Todas as realidades influenciam a nossa prática, e essa influência é o significado dela para nós”. (JAMES apud SANTOS, 1989, p. 44) Implicada com essa ideia, estabeleci alianças com pensamentos que romperam com a lógica de que o conhecimento científico se sobrepõe nas relações com outras formas de conhecimento, bem como no impacto de seus usos (SANTOS, 1991).

O conjunto de cartas pareceu-me representar pessoas cujo conhecimento não incluía os trâmites de um processo constituinte, porém que percorreram territórios em que articularam diversas temáticas, diferentes abordagens e formatos, porque a escrita epistolar é livre. Por isso mesmo, ousavam dirigir-se diretamente aos representantes parlamentares, para com eles entabular um diálogo participativo. Isto significava admitir que, certamente, punha-me diante de pessoas de diferentes níveis de escolaridade ou de formação não escolar, mas detentores de

conhecimentos advindos de suas experiências de vida que as levaram a usufruir do direito cidadão democrático de intervenção sobre a ação do Estado.

A luta pela democracia assume um papel importante, e significados diversos no cenário político brasileiro.

[...] a democracia pressupõe uma possibilidade de participação do conjunto dos membros da sociedade em todos os processos decisórios que dizem respeito a sua vida cotidiana, sejam eles vinculados ao poder do Estado ou a processos interativos cotidianos, ou seja, em casa, na escola, no bairro, etc. (OLIVEIRA, 2009, p. 13)

As cartas podem ser vistas como forma de participação individual, por se tratar de instrumento pessoal; mas também coletiva, por apresentar questões que possuem significados de pertencimento para a maioria da população brasileira.

O trabalho a partir dessas cartas permitiu reconhecer nelas o que Gómez (2002, p. 16) denominou de mediação e reconhecimento de autoridade nesses sujeitos proponentes no processo de participação democrática. Em consequência desse diálogo primeiro com Gómez, “encontrei”, nessas cartas, conhecimentos sociais e políticos desses sujeitos, o que para Bakhtin (1997, p. 23) significa:

O excedente de visão [que] é o broto em que repousa a forma e de onde ela desabrocha como uma flor. Mas para que esse broto efetivamente desabroche na flor da forma concludente, urge que o excedente de minha visão complete o horizonte do outro indivíduo contemplado sem perder a originalidade deste. Eu devo entrar em empatia com esse outro indivíduo, ver axiologicamente o mundo de dentro dele tal qual ele o vê, colocar-me no lugar dele e, depois de ter retornado ao meu lugar, contemplar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele, convertê-lo, criar para ele um ambiente concludente a partir desse excedente da minha visão, do meu conhecimento, da minha vontade e do meu sentimento.

Considero que a hipótese inicial inseriu-se na necessidade de verificar de que modo, então, foram expressos conhecimentos tecidos a partir de perspectivas de vida, desejos, crenças, não pelo viés do que essas populações não sabiam, mas buscando o que sabiam expressar (e que fizeram nas cartas) nas formas escritas que traduziam demandas/sugestões à Constituição. Com isso, o que sabiam dialogava com um processo político, mesmo partindo de um lugar de pouca ou nenhuma escolarização.

As cartas selecionadas expõem ideias, conhecimentos e desejos de praticantes da vida cotidiana que usaram — a seu modo — esse instrumento carta para sugerir temas a uma “lei”, com a expectativa de participar de espaços historicamente não autorizados para todos. Com isso, avançamos no sentido de compreender a realidade específica de cada sujeito como

praticantes da vida cotidiana que são, neste estudo, todos os que ousaram participar deste processo enviando ideias à Constituição. (OLIVEIRA, 2008, p.51)

Os missivistas apresentam em suas escritas “as maneiras de fazer”, singulares e possuidoras de “estilos de ação dos sujeitos reais, obedecem a outras regras que não aquelas da produção e do consumo oficiais, [...] dando origem a novas ‘maneiras de utilizar’ a ordem [...]” (CERTEAU, 1994, p. 83) Para além do consumo puro e simples, os praticantes desenvolvem ações, fabricam formas alternativas.” Expressam sonhos e desejos de uma vida digna, inspirados no ideal de igualdade e liberdade, princípios fundantes de uma sociedade democrática.

Ao agirem dessa forma, demonstraram, para mim, conhecimento do lugar cidadão de exercício da participação política, ajudando-me a ampliar a compreensão desse uso cidadão das cartas, por entender o significado dessa cidadania como Martins (2000, p. 135):

[...] eram acima de tudo crítica a uma sociedade que não reconhece nos pobres, nos trabalhadores, nos imigrantes e migrantes, enfim, nos homens simples, a condição de protagonistas da História, com o direito claro de reivindicar nela lugar e reconhecimento e sobretudo, participação na definição de seus rumos.

A partir do percurso de investigação, estruturei a organização do texto final da pesquisa da seguinte forma:

1) Primeiro capítulo — dedicado à reflexão teórico-epistemológica. Busco dar conta de incursões necessárias para a elaboração do texto, evidenciando matrizes teóricas que tomei como fundantes das demais que delas decorrem demarcando, também, escolhas e recortes necessários. Apresento as principais noções e autores que serviram de base ao trabalho realizado e à leitura do material empírico, a saber: democracia; direito; ecologia de saberes, justiça cognitiva e justiça social. Sobre essas matrizes atuei com o auxílio de vários estudiosos; em decorrência, operei noções de emancipação social democratizante, utilizando Inês Barbosa de Oliveira (2012); de cidadania horizontal, defendida por José Leite da Silva Neto (2006), a partir do campo do Direito; de cotidiano / praticantes da vida cotidiana; de usos/ táticas/ trajetórias quando, em Certeau (1994), descobri a relevância de identificar sujeitos, valorizando histórias de vida. Ideias férteis para compreender o que diziam os missivistas e com as quais encontrei suportes para desenvolver concepções fundamentais para compreender o proposto nesta pesquisa.

2) Segundo capítulo — nesta parte do trabalho fiz uma narrativa do contexto histórico do período em que as cartas foram escritas, situando política, e socialmente o material

coletado, a partir da narrativa de contexto, de tempo e de espaço, expressa nas “falas” escritas dos sujeitos.

3) Terceiro Capítulo - fundamento teoricamente as escolhas metodológicas, organizando-as da seguinte forma: o lugar da história e da memória no contexto da pesquisa; sentidos da escrita epistolar; procedimentos utilizados para alcançar o objeto de estudo; noções de usos / táticas / trajetórias de Certeau para as escolhas que o trabalho impôs; adequação metodológica do projeto original.

4) Quarto capítulo — envolve o trabalho com o material empírico, situando política, social e pedagogicamente o material, apresentando o corpus organizado, e dialogando com conhecimentos expressos nas cartas à luz dos referenciais epistemológicos e teóricos e dos objetivos traçados.

Considerações finais — reflexão sobre o legado possível dessas escrituras para pensar diferentes formas de participação política, bem como a importância desse movimento para a cultura política da sociedade brasileira, de modo a não deixar apagar essa história da memória coletiva.

1 APRESENTANDO AS MATRIZES TEÓRICAS

[...] em meus escritos toda a minha vida e toda a minha pessoa [...]

Nietzsche apud Morin, 2010, p. 09

Este fragmento de texto de Nietzsche reforça a ideia da não neutralidade no meu processo de escrita. Há uma intenção, ao escrever este trabalho, implicada com o modo como vejo, penso e sinto o meu estar no mundo, pois "as ideias não vivem apenas na cabeça. Elas vivem também na alma e no coração e no estômago e em todo o resto. É preciso escutar as pessoas, aprender das pessoas." (AMÍLCAR CABRAL *apud* GALEANO, 2012, p. 292). No ato de escrever percebo o quanto essas cartas remetem a lembranças de um período significativo no processo de minha formação. Sinaliza também a importância de compreender as cartas não só para refletir sobre a história, mas como expressões escritas de sujeitos, num convite para fazer a história e aprender com eles.

Desse modo, as concepções teórico-metodológicas escolhidas para conduzir a realização desta pesquisa procuram dar conta da complexidade da temática que envolve aspectos relacionados: políticos, sociais, culturais, afetivos. São histórias de vida, trazem o cotidiano de brasileiros no período de 1985 a 1988. A escrita, entendida como ato político⁶: esse é o uso dessas cartas que a pesquisa assume. Encontrei no pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2010) o conceito de ecologia de saberes, que tem ressonância com essa ideia, ao assinalar a relevância do trabalho científico, bem como a relação deste com os demais saberes produzidos na e pela sociedade. Vejo também que o autor assume postura política, ao afirmar que:

A ecologia de saberes procura dar consistência epistemológica ao saber crítico. Trata-se de uma ecologia porque se assenta no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um deles e da articulação sistêmica, dinâmica e horizontal entre eles. Anti-hegemônico, antimoderno, anti-instrumental, o saber crítico emancipatório é interconhecimento, reconhecimento e autoconhecimento. (SANTOS, 2010, p. 157.)

Essa ideia afirma que, ao desconsiderar os saberes produzidos fora dos espaços formais de ensino, nega-se o processo cognoscente, ontológico da humanidade, portanto, a

⁶ cf. Esta ideia de Freire se materializa através dessas cartas.

produção de conhecimento como processo criativo para inventar a vida, muito antes da invenção de espaços formais de ensino. Não estou com esse argumento negando a importância do conhecimento científico, porém quando não reconheço os conhecimentos de sujeitos e grupos produzidos com e pelas suas experiências no cotidiano, e que viveram e vivem a margem de processos do estudo escolar, nego também que a produção de conhecimento seja uma atividade ontológica, entendendo-a como produção formal e intencionada de alguns sujeitos e grupos sociais. Esse não reconhecimento traz consigo consequências no reconhecimento social desses sujeitos, como evidencia Santos (2010, p. 157) "[...] A injustiça social assenta-se na injustiça cognitiva. A ecologia de saberes é a epistemologia da luta contra a injustiça cognitiva."

A citação de Santos (2010) é fundamental para compreender que homens, mulheres, jovens e crianças que ficaram fora do sistema de ensino ficam também fora do reconhecimento social porque há uma relação entre questões sociais, econômicas, de gênero, de raça, de etnia, entre outras. Logo, assumo, respaldada nesta ideia, que o conhecimento é plural, forjado na concepção de que são múltiplos sujeitos atuando em cada um de nós; que pensamos, agimos a partir de valores, gravados na memória, nos costumes, na cultura individual e coletiva que estão entrelaçados, tornando, portanto, difícil de esquecer e mudar o que constituímos como *verdade*, nas nossas ideias e atitudes.

Reconheço assim, que todo sujeito é histórico, que produz o seu tempo, e que é produtor de conhecimentos que o dignificam como cidadão no seu fazer cotidiano. Sendo assim, parto do pressuposto de que não existe hierarquia *a priori* entre conhecimentos, porque todos têm valor e são úteis e necessários para compreendermos ou explicarmos algo, em diferentes circunstâncias. Contrariamente, de acordo com a ciência moderna, só são considerados como conhecimento aqueles que resultam do trabalho científico.

Outro aspecto que nos ajuda a aprofundar mais esta questão é o debate em torno da democratização da ciência, que se transforma pelos movimentos sociais “[...] um conhecimento aberto aos cidadãos, que permita a participação nas discussões que os afetam e por um reconhecimento de outras formas de conhecimento e da sua relevância para essa discussão.” (SANTOS, 2005, p. 73).

O autor ainda adverte que:

Derrubar a barreira entre cientistas e especialistas, de um lado, e cidadãos comuns do outro – uma barreira que, para os partidários do privilégio epistemológico da ciência, é condição indispensável da manutenção da autoridade cultural assente nesse privilégio (Gieryn, 1999) – é seguramente, uma tarefa difícil. Não são inéditas, porém, as situações em que os próprios cientistas tomaram a iniciativa de interrogar

criticamente as orientações dominantes [...] A primeira tem suas raízes nos diferentes movimentos de cientistas pela responsabilidade social [...] por um lado, na crítica pública do que consideram ser má ciência, usos enviesados e irresponsáveis de argumentos ou de procedimentos científicos para justificar iniciativas, projetos ou políticas, que violam os direitos, o bem estar e a segurança dos cidadãos [...] pela defesa do investimento público na investigação e da orientação desta para o interesse público.

A segunda forma assenta na própria diversidade interna das comunidades científicas, das disciplinas e das especialidades, e baseia-se na crítica das posições dominantes num dado domínio ou disciplina ou, de maneira mais ampla, de concepções de cientificidade transversais às ciências, e na recuperação de correntes ou abordagens epistemológicas e teóricas marginalizadas, esquecidas ou secundarizadas.

[...] A estas lutas se deve o principal papel de reatamento do diálogo entre a ciência e a democracia.(SANTOS, 2005, p. 74-75).

No contexto da sociedade brasileira esta concepção encontra ressonância, pelo fato de, ainda hoje, o nível de formação escolar definir uma condição de privilégio social, contribuindo para hierarquizar a sociedade. O preconceito contra pessoas que não possuem o estudo formal é cultural, é consequência da ignorância, da intolerância com tudo que é exterior ao seu mundo, ao outro, ou de cunho ideológico. Não deixa de ser também uma forma de demonstração de poder. Porém, a não escolaridade não foi impedimento para que Luis Inácio Lula da Silva ocupasse o posto mais importante da sociedade brasileira, sendo eleito Presidente da República em 2002.

Apesar desse processo que significou um avanço, vivemos, ainda, sob o véu do colonialismo. Santos (2005, p. 27) afirma que “o fim do colonialismo político não significou [ainda hoje] o fim do colonialismo como relação social” chamando atenção para o muito que ainda temos de nos inquietar frente a algumas ideias.

Como o conhecimento científico não está distribuído socialmente de forma equitativa, as intervenções no real privilegiadas por ele tendem a ser aquelas determinadas por classes e grupos sociais que monopolizam o acesso à ciência. (SANTOS, 2013, p. 35)

Um dos aspectos relevantes, singular, desta pesquisa, que destaco, foi a escolha de cartas de sujeitos que, pela escrita, demonstraram não possuir escolaridade formal. Ao invés de se expressarem objetivamente, formalmente, com sugestões de textos ao legislativo, enriqueceram suas ideias trazendo a marca de histórias sobre conhecimento político, apontando o necessário para o alcance da cidadania na contemporaneidade. Reconheço nestas cartas expressões escritas que apresentam formas simples de contar a história, reivindicar direitos, implicadas com outras bem particulares de ver o mundo.

1.1 Reconhecer a pluralidade de saberes

Santos (2008) ao reconhecer que não existe uma verdade única, mas pluralidade de saberes contribui para aprofundar a ideia central deste trabalho, ao apresentar a noção de *ecologia de saberes*, a fim de compreender o processo epistemológico de produção de conhecimentos. Alerta quanto à importância de refletir sobre a elaboração do trabalho científico na contemporaneidade, frente à pluralidade de elementos que implicam novas formas disponíveis para acessar e processar conhecimentos, de acordo com as necessidades dos sujeitos.

A *ecologia de saberes* é o reconhecimento da interdependência entre os diferentes saberes na sociedade. Ao reconhecer esta interdependência pressupõe não uma hierarquia entre conhecimentos, mas as relações entre eles, que fazem, dessa forma, a *justiça cognitiva*, entendendo-a como condição para a *justiça social*. Ou seja, assume-se, com Santos (2008), o reconhecimento da validade dos diferentes saberes, buscando-se uma relação horizontalizada entre eles, admitindo ser necessário que alguns saibam algumas coisas e outros saibam outras.

Esta ideia parte do pressuposto destacado pelo autor, principalmente, de “um diálogo entre formas de conhecimento e de saber que permita a emergência da ecologia de saberes em que a ciência possa dialogar e articular-se com outras formas de saber, evitando a desqualificação mútua e procurando novas configurações de conhecimentos.” (SANTOS, 2005, p. 24). Rompe, assim, com a lógica da monocultura do saber e do rigor científico, reconhecendo outros saberes e outros critérios de rigor constituídos em práticas sociais. A *ecologia de saberes* tem o objetivo de instituir um novo tipo de relacionamento entre o saber científico e outras formas de conhecimento. Sendo assim:

[...] a luta contra o monoculturalismo autoritário, que não reconhece a existência de outras culturas deve ir de par com a luta contra o relativismo, não menos autoritário que, ao afirmar a igualdade das culturas, as encerra num “absolutismo do particular” que torna impossível o diálogo crítico e a mobilização solidária. (SANTOS, 2005, p. 24)

Santos (2005, p. 25) completa afirmando que se deve “[...] constituir uma rede de intervenção em que todas as formas de conhecimento possam construtivamente participar em função da sua relevância para a situação em causa.”

Sobre este debate, destaco ainda três ideias de Santos (2005, p. 76), que neste trabalho assumo como princípios que contribuíram para a leitura das cartas escolhidas, que levaram a

possíveis compreensões: a) "a primeira é o conhecimento pós-dualista, de superar dicotomias como certo/errado, verdadeiro/falso", não atribuindo juízo de valor às ideias expostas nas cartas; b) "a segunda é a defesa de que valores cognitivos não podem ser dissociados de valores éticos e políticos", portanto, nem todo saber é validado como conhecimento; o conhecimento é aquele que faz o sujeito ultrapassar os desafios do cotidiano, e a presença nos textos de uma autobiografia situa esse sujeito em um *tempolugar*, possibilitando dimensionar suas superações, frente ao mundo letrado; c) "a terceira ideia afirma que a cultura (é) constitutiva da ciência"; sendo assim, há que reconhecer a existência de outras explicações não científicas da realidade, mas realizadas a partir do lugar ocupado pelos diferentes sujeitos.

De acordo com Santos (2010, p. 137):

[...] só existe conhecimento em sociedade e, portanto, quanto maior for o reconhecimento dessa perspectiva de como o conhecimento é produzido, maior será sua capacidade de conformar a própria sociedade, conferindo inteligibilidade ao presente e ao passado, e dando sentido e direção ao futuro.

Pode-se observar, nos escritos dessas cartas, o forte sentimento que movimentou homens e mulheres neste processo, cheios de sonhos e utopias, acreditando ser possível um outro mundo, deixando o sentido de justiça expresso nesses documentos. Cidadãos apresentaram a necessidade de um conjunto normativo de princípios que pudesse proporcionar vida digna para todos, e não continuar sendo privilégio de poucos. De acordo com Santos (2004, p. 8), "aposta-se não tanto em um mundo utópico, mas um mundo que permita utopias." Nestas cartas estão expressões de homens e mulheres manifestando suas utopias como alternativas à dureza de suas vidas.

1.2 Da justiça cognitiva à justiça social

No período de 1986 a 1988, 19,7%⁷ da população acima de 15 anos ainda era analfabeta e aproximadamente 60% não tinha o ensino fundamental. Não saber ler e escrever poderia ter sido um impeditivo à participação política. Neste processo, a pouca ou nenhuma escolaridade estava relacionada diretamente à não autorização social, que legitima e

⁷ Este dado foi retirado do Mapa do Analfabetismo no Brasil (2003), publicação produzida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão de pesquisa do Ministério da Educação do Brasil.

possibilita maior participação política. Desta forma, parte significativa da sociedade não se sentia autorizada a enviar ideias, principalmente, escritas, para a elaboração da Constituição brasileira, delegando a políticos ou a intelectuais esse direito e dever.

Discutindo a questão das “ignorâncias”, para aprofundar um pouco mais esta reflexão, Santo(1995,p. 25) diz “que toda ignorância é ignorância de um certo conhecimento, e todo conhecimento é a superação de um ignorância particular”. Esta ideia vincula-se a outra ideia , principalmente, de que “Na ecologia dos saberes cruzam-se conhecimentos e, portanto, também ignorâncias. Como não há ignorância em geral, as ignorâncias são tão heterogêneas, autônomas e interdependentes quanto os saberes” (SANTOS, 2010, p. 157). Presume-se que neste processo as cartas assumem o lugar do conhecimento produzido a partir do lugar desses sujeitos, encarnando assim o que o autor denomina como justiça cognitiva.

Ainda sobre a justiça cognitiva, Santos (2010, p. 107) diz que “o princípio da incompletude de todos os saberes é condição da possibilidade de diálogo e debate epistemológicos entre diferentes formas de conhecimento”. Essa ideia encontra ressonância nos trabalhos de Freire (2004, p. 55) “o ser humano é um ser histórico, cultural, inacabado — consciente do inacabamento e em permanente movimento de busca do ser mais, sujeitos portanto cognoscentes.” Portanto, o conhecimento é inerente ao ser humano: "Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez homens e mulheres educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade" (FREIRE, 2004, p. 58).

A concepção de ser humano, em Freire (2002, p. 124) como ser inacabado, explicita a origem da necessidade da educação ter caráter político, ou seja, sua incapacidade de ser neutra, pois "a raiz mais profunda da politicidade da educação se acha na educabilidade mesma do ser humano, que se funda na sua natureza inacabada e da qual se tornou consciente".

Complementando, ainda, essa matriz de *justiça cognitiva e justiça social*, a sociologia das ausências propõe a expansão do presente contra a invisibilidade ativamente produzida pela razão moderna que só percebe a existência daquilo que se encaixa em sua racionalidade (SANTOS, 2004), o que implica compreender e ressignificar outras realidades, e reconhecer a heterogeneidade de sentidos no mundo como uma riqueza. Nos textos escritos nessas cartas, que ao mesmo tempo denunciam supressão e negação de direitos, percebemos uma forma de participação social, que expressa também expectativas de melhoria de vida, desinvisibilizando modos de estar e compreender o mundo dessas populações.

1.3 Emancipação social democratizante

No início dos anos 1980, após um longo período de censuras, proibições, perseguições a todos que pensavam e lutavam contra o regime militar, nasce um desejo profundo de atingir os ideais de uma sociedade democrática, como uma das forças que proporcionaram movimentos capazes de mudar o projeto de sociedade instituído e transformar aspirações — principalmente a luta pela liberdade de expressá-las — em realidade.

O processo de redemocratização brasileiro, sob a égide do projeto capitalista, redefiniu *democracia* como noção e prática social, adaptando-a aos valores e exigências liberais. Nesse contexto, reivindicações, principalmente, de *justiça social*, capaz de garantir igualdade entre cidadãos, se opõem à exigência de liberdade de escolhas, diante das desigualdades da sociedade brasileira. Para a maioria não é possível fazer escolhas, e sim aceitar o que está sendo oferecido pelos governantes ou patrões. As cartas rompem com esta ideia, seus autores colocam-se como sujeitos históricos que acreditam na capacidade de intervir também no campo legislativo.

Os súditos se tornam cidadãos quando se empenham para o reconhecimento destes direitos fundamentais. A cidadania ativa e participativa despreza a atitude comodista [...] Como no conselho dado por Maquiavel para os moradores de Florença, a cidadania supõe juntar as forças e ir à luta em defesa dos próprios interesses e dos interesses daqueles que vivem na mesma sociedade. (SILVA NETO, 2006, p. 116).

Esta ideia acima dialoga com a experiência vivenciada pela sociedade brasileira no período da preparação da Constituição de 1988. Princípios de uma sociedade democrática entendem que:

[...] uma atitude de questionamento e debate permanente e aberto sobre o sentido e a aplicação dos diferentes saberes é hoje uma necessidade urgente.[...] envolver de maneira construtiva no debate e na pesquisa de soluções todos os atores que direta ou indiretamente estejam ligados a esses problemas. Tal atitude exige [...] uma participação mais alargada [...] constituir uma rede de intervenção em que todas as formas de conhecimento possam construtivamente participar em função da sua relevância para situação em causa. (SANTOS, 2005, p. 25)

As democracias liberais continuam afirmando que a igualdade formal, garantida por lei a todos os cidadãos, seria o ponto de partida para o alcance da liberdade de pensamento, de participação social e de iniciativa, assegurando o livre arbítrio para escolhas individuais; complementarmente, críticas às experiências do chamado “socialismo real” jamais deixaram

de enfatizar o que seria o “logro da igualdade” – definitivamente abalado pela derrocada do regime soviético (FERNANDES, 2006, p. 17), período histórico quando essas cartas foram redigidas.

A questão da igualdade em oposição à desigualdade é muito discutida nos sistemas políticos. De acordo com Oliveira (2009, p. 16-17):

Há uma tendência simplista de se opor a igualdade à desigualdade, defendendo-se a igualdade supostamente existente nos sistemas socialistas quando se pretende criticar a democracia ocidental, ou a se perdoar toda sorte de desigualdade nesta última, na oposição à modelização das populações tentada pelo ‘igualitarismo’ comunismo. [...]

[...] Quando se defende uma sociedade mais igualitária [...] não se está considerando que uma sociedade democrática é aquela na qual as pessoas levam uma mesma vida. A igualdade de oportunidades não significa mesmice nos caminhos trilhados, nem de escolha política, profissional ou pessoal. A igualdade pretendida é a de que possibilidades de se escolher um caminho de vida próprio, de poder ser respeitado nessas escolhas e de poder se viver de modo digno e satisfatório em qualquer alternativa, de acordo com as próprias aptidões, pertencimentos, desejos e valores.

A sociedade democrática que advém desse modelo pauta-se no princípio de igualdade entre os cidadãos, independentemente de raça, cor, etnia e gênero. Portanto, a iniciativa desses sujeitos no processo de elaboração da Constituição traz, potencialmente, alguns elementos constitutivos do ideário de emancipação. "Ter o direito de ser igual quando a diferença nos inferioriza e o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza" (SANTOS, 2003, p. 56) traduz o sentido do autor para igualdade e diferença.

As cartas estão inseridas no que podemos denominar da participação popular, que através dos mecanismos de democracia (escrita de cartas para sugerir leis no processo de elaboração da Constituinte) pode ser compreendida como um “escola de cidadania”.

1.4 Cidadania horizontal

As incursões do estudo para este trabalho, de modo a se tornar tangível no campo legislativo, fez com que eu buscasse diálogo no campo do Direito (SILVA NETO, 2006), principalmente nos aspectos relacionados à Constituição, colocando-me diante de algumas questões históricas que ajudaram também a conduzir a pesquisa.

Este movimento de escritura de cartas como:

[...] contribuições na luta pela emancipação social democratizante [na perspectiva] Boaventura de Sousa Santos (2004a), [que neste processo acontece] pela criação de relações mais diversas, de interdependência, entre os diferentes, em todas as dimensões da sociedade, sem dissociação entre o campo do epistemológico e o do político. promove-se a desinvisibilização e possível multiplicação de experiências emancipatórias desenvolvidas [por sujeitos simples] a quem são historicamente negados o reconhecimento por suas criações cotidianas e de sua competência profissional. (OLIVEIRA, 2013, p. 46)

Percebo nas situações expressas nas missivas a importância as narrativas como práticas sociais de justiça cognitiva, reconheço as diferentes ideias, sugestões e, sem hierarquizá-las, torna-se possível antever a cidadania horizontal e a justiça cognitiva.

Em princípio, é preciso destacar que a cidadania, como direito a ter direito, foi sendo historicamente conquistada. Um “Estado de direito baseado em regras e não em exceções e privilégios”, ainda hoje é uma noção pensada de maneira diferente em vários países, e muitas ideias estão relacionadas ao universo cultural e religioso que formam o ideário de diferentes sociedades. Porém, ainda é o poder econômico que pauta as regras, criando meios para justificar a exceção. A peça teatral *A exceção e a regra*, de Bertold Brecht (1990, p. 150), ilustra esta ideia, ao afirmar que se “protege o crime de quem se escuda na inocência de seu poder econômico”.

O Estado de Direito é uma característica do Estado moderno. De acordo com Bobbio (1992, p. 61):

É com o nascimento do Estado de direito que ocorre a passagem final do ponto de vista do príncipe para o ponto de vista dos cidadãos. No Estado despótico, os indivíduos singulares só têm deveres e não direitos. No Estado absoluto, os indivíduos possuem, em relação ao soberano, direitos privados. No Estado de direito, o indivíduo tem, em face do Estado, não só direitos privados, mas também direitos públicos. O Estado de direito é o Estado do cidadão.

A experiência brasileira no processo da escrita da Constituição de 1988 deixa de ser uma prerrogativa única da Assembleia Nacional Constituinte, quando e a sociedade conquista um lugar de protagonista também nesse processo, ainda que invisibilizado para a própria sociedade. O protagonismo a que me refiro não foi somente para sugerir propostas legais, mas também como indutor de debates mais amplos sobre mudanças requeridas no Estado brasileiro, a fim de tornar democrática a nação. O Artigo 1º, § único, da Constituição Brasileira, afirma o lugar desse protagonismo: *todo poder emana do povo*, o que define o sentido de cidadania. Que noção de cidadania, então, assume-se nesse estudo?

A cidadania ativa depende de atitudes do indivíduo. Para pensar mais sobre esta ideia, os estudos de Rousseau (1978) afirmam que o indivíduo é sujeito das relações estabelecidas

socialmente e que cidadania participativa é a que não delega suas responsabilidades ao legislativo. De acordo com esse autor, a democracia representativa não é uma democracia perfeita. Há, para ele, necessidade de elaboração de um *contrato social*, a fim de buscar um *consenso* por meio de assembleias, e não por vontade da maioria.

Fundada no contratualismo rousseauiano, a noção de cidadania horizontal é entendida como a relação solidária entre os indivíduos, no pacto entre eles presente no compromisso de uns com os outros em nome do bem-estar de todos, comprometendo-os uns com os outros independentemente ou para além do Estado e das obrigações e direitos que os cidadãos tenham em relação a ele. (OLIVEIRA, 2013, p. 6)

Sendo assim, parto do pressuposto de que cidadania ativa e participativa se complementam, na medida em que, na primeira, o indivíduo tem atitudes que ativamente compromete a ação do Estado; e, na segunda, a participativa, à medida que os indivíduos, como sujeitos, decide coletivamente. Este processo é complexo, porém, a cidadania solidária leva o indivíduo a lutar por seus direitos, inserido num projeto social, compreendendo que sua luta faz eco, unindo-se a outros projetos que não causam impacto diretamente a si mesmo, mas é essencial porque beneficia outros, também, no alcance de uma sociedade mais justa.

A cidadania se consolida a partir de esforços que asseguram direitos individuais e coletivos conquistados historicamente por meio de lutas, e inscritos na formalidade da lei, principalmente na Constituição de uma nação. Porém, há necessidade de uma população engajada para garantir e preservar uma sociedade justa, igualitária e livre para todos.

Nessa perspectiva, é necessário pensar para além dos direitos e deveres em relação ao Estado, ou seja, na solidariedade entre os cidadãos.

Ela extrapola a dimensão física e administrativa do Estado e do governo. Solidariedade que não é movida estritamente pelo sentimento religioso, mas pela consciência de humanidade e alteridade. Não olha apenas o interesse das partes em relação ao todo, mas também os interesses das partes entre si. O despertar da consciência de cidadania além de levar à exigência de status civitas por parte do indivíduo, conduz à descoberta do compromisso de colaboração para que todos possam alcançar tal status. (SILVA NETO, 2006, p. 117-118)

Essa ideia pressupõe uma sociedade que valoriza relações coletivas, e não está calcada no pensamento liberal ao defender que atitudes para uma vida melhor estão nas mãos do próprio indivíduo.

Este processo de sugerir princípios e valores como bens sociais, encontrados nas cartas escritas, vincula-se ao que estou assumindo como *cidadania horizontal*, na medida em que

sujeitos relacionam-se com o Estado buscando participar da escrita da Carta Constitucional em busca de benefícios para o coletivo. A participação se dá a partir de necessidades ligadas ao lugar de origem, baseadas em questões de direito negado que impedem a conquista de *justiça social e cognitiva*. Ao escreverem, situam-se socialmente, e demonstram, pelo escrito, o quanto a desigualdade está instituída.

1.5 As cartas: narrativas de vida

Mais uma vez faz-se necessário lembrar que, apesar de trabalhar com documentos arquivados, não desenvolvi uma pesquisa histórica. Usei, no sentido dado por Certeau ao termo, de escritos e as marcas que as cartas trazem para compreender parte da história, que tem os sujeitos como narradores de histórias de vida pertencentes a um tempo. Por meio delas, faço emergir o ideário de uma sociedade que representa as utopias de cidadãos brasileiros. Como documentos escritos há mais de duas décadas, só me permitiram dialogar com seus autores, na escolha que fiz, pela mediação do texto. Provavelmente, esses documentos teriam outras significações, das quais até mesmo seus autores não lembrariam mais, se os abordássemos no momento atual. Esta seria outra proposta de pesquisa, e não a que me propus fazer. Entendo que essas cartas existem, são reais, mas também são *ficções*, o que, de acordo com Certeau (2011, p. 46) revela a criação humana, por meio da escrita, e porque produzem sentidos, por si mesmas, do *espaçolugar* cotidiano desses sujeitos.

Sendo assim, parto do pressuposto de que:

Todo conhecimento, portanto, e as realidades sociais no seio das quais eles são produzidos, por serem sempre e necessariamente narrativamente apresentados, comportam elementos de “ficção”, produzidos pelo narradores modificados pelos “ouvintes”. As narrativas podem, assim, ser entendidas como processos de produção de discursos por meios dos quais expressamos aquilo que compreendemos/percebemos, aquilo em acreditamos e que acreditamos existir. (GARCIA; OLIVEIRA, 2010, p. 40)

Dessa forma, o texto não está restrito ao que está escrito. O autor se expõe como indivíduo, trazendo seu universo cultural e o modo como se vê no mundo. Sua fala é expressiva da realidade sociocultural e da realidade possível de ser criada pelo próprio indivíduo, repleto de singularidades. O seu discurso revela, e ao mesmo tempo omite,

buscando dar o tom do que o autor deseja expressar. A missiva foi a criação possível para expor o que compreendia ser mais importante no momento da escrita.

Sendo assim, ao escrever uma carta revela suas “artes de fazer”, narra trajetória de um *sujeito praticante* (CERTEAU, 1994), faz desse processo um espaço capaz de dar visibilidade a tensões cotidianas, permitindo que , assim, possamos compreender melhor o que espera desse contexto.

1.6 Os cotidianos – pelas escritas, suas inquietações

Para investigar as cartas e seus significados, a presente pesquisa buscou indícios de práticas de escrita que transcendem a normas e padrões de estilos. Na minha compreensão, essas cartas revelam significados atribuídos à participação política de cidadãos no cotidiano de suas vidas; concepções de Estado, de cidadania e de democracia que orientaram/sustentaram propostas feitas, resguardando necessidades específicas de sujeitos distintos.

Guiiei-me, assim, de modo a tratar de sujeitos cuja cotidianidade levou à escrita de cartas em momento de estímulo à participação popular, o que exigiu de mim, como pesquisadora:

[...] pensar os cotidianos e erguê-los à condição de *espaçostempos* privilegiados de produção da existência e dos conhecimentos, crenças e valores que a ele dão sentido e direção, considerando-o de modo complexo e composto de elementos sempre e necessariamente articulados, [o que] implica em não poder dissociar as metodologias em si das situações estudadas por seu intermédio. (OLIVEIRA, 2008, p. 51).

O desejo de trabalhar com as cartas veio da possibilidade de ver como sujeitos exploraram e participaram de um momento histórico, usando cartas como forma de expressar desejos de mudança e esperanças pessoais e em um país. Ao trazer esses elementos históricos — um conjunto de cartas que representam a “memória coletiva” “de uma experiência vivida [...] por uma coletividade [tomo como] parte integrante o sentimento do passado. Recordações de acontecimentos diretamente vividos ou transmitidos pela tradição, escrita, prática ou oral” (LE GOFF; CHARTIER; REVEL, 1978, p. 451), para serem visibilizadas e não deixarem cair no esquecimento uma significativa experiência popular, e para que esta experiência favoreça a

criação de outros processos democráticos. Encontrei na noção de *micropolítica*, de Guattari (*apud* ALVES, BERINO, SOARES, 2011, p. 3), outro aporte teórico fértil para conduzir a leitura dessas cartas, pois segundo o autor, as micropolíticas significam “movimentos minúsculos [...] forjados em meio às práticas cotidianas, levando a que nelas se pensem saídas, propostas, outras ações, conhecimentos e significações”.

1.7 Nas escritas, parte das trajetórias de vida

[...] uma formalidade das práticas cotidianas vem à tona nessas histórias, que invertem frequentemente as relações de força e, como as histórias de milagres, garantem ao oprimido a vitória num espaço maravilhoso, utópico. Este espaço protege as armas do fraco contra a realidade da ordem estabelecida. Oculta-as também às categorias sociais que “fazem história”, pois a dominam. [...] essas histórias “maravilhosas” oferecem a seu público [...] um possível de táticas disponíveis no futuro.

Certeau, 1994, p. 85

Na exposição escrita dos missivistas, estes trançam suas histórias de vida com as sugestões para a Constituição. Certeau (1994) contribuiu para uma leitura qualificada deste material. Nas cartas, há muitas histórias imbricadas com situações de opressão, porém o que esses autores revelaram também foi otimismo frente ao dia a dia marcado pela luta contra adversidades, principalmente, quando escreveram essas cartas.

Por compreender que estava diante de um material que representava o pulsar de vidas; que traduzia sentidos e significados de trajetórias marcadas pelas experiências de trabalhador, trabalhadora, homem, mulher, pai, mãe e filhos, utilizo-me da frase de João Cabral de Melo Neto (2007) que traduz o significado de *vida* que muitos desses missivistas deixaram em suas escritas “É difícil defender só com palavras a vida (ainda mais quando ela é esta que se vê, Severina)”. Como retirantes que mudam querendo encontrar uma vida melhor, os autores também escreveram suas cartas acreditando que aquele processo mudaria suas vidas.

Cotidianamente, produzem-se alguns processos de subjetivação e singularização e de tomada de consciência de que não há neutralidade nas relações que se estabelecem dos sujeitos com o mundo e entre eles. Em diferentes momentos conseguem-se forjar processos de singularização, de encontros, em que se cruzam diferentes práticas, criando e fortalecendo territórios singulares e sem necessariamente reproduzir ou produzir modelos. Em outros momentos percebem-se possibilidades de rupturas que permitem o novo, o criativo, o criar de outras percepções, de outras práticas pedagógicas, a partir de uma nova visão de homem e de mundo.

2 VISITANDO E REVISITANDO PASSAGENS VIVAS DA HISTÓRIA BRASILEIRA NOS ANOS 1980

A memória desperta é contraditória, como nós. Nunca está quieta e, conosco, vai mudando. Não nasceu para âncora. Tem, antes, a vocação da catapulta. Quer ser ponto de partida, não de chegada. Não renega a nostalgia, mas prefere a esperança

Galeano, 1999, p. 217

Neste capítulo apresento aspectos relevantes do cenário brasileiro na década de 1980, baseada nos trabalhos de cientistas políticos e historiadores, trabalhando, em particular, os fatos que contribuíram para grandes mobilizações, participação social e para a redemocratização do Brasil ocorridos em um contexto de aprofundamento das desigualdades sociais no país. Passo a rever o passado de um tempo pulsante, fazendo-o voltar à memória, e voltar aos momentos como “catapulta” para evitar que esse tipo de história se repita.

O desafio nos idos de 1980 era construir no seio da sociedade a participação de todos os brasileiros, vislumbrando o alcance da democracia, rompendo com a ditadura militar, que cerceou e empobreceu ainda mais os trabalhadores. O sociólogo e político Florestan Fernandes (1986, p. 87-88) assim destacou a importância da luta pela democracia:

Os proletários e os humildes precisam de uma democracia que lhes garanta a liberdade maior de ser gente, de ter peso e voz na sociedade civil, de exercer controles sociais diretos e indiretos sobre a composição e o rendimento do Estado. Em seus termos, a questão da democracia é uma questão vital como premissa para que ultrapassem sua condição atual de morte civil e para que conquistem para si (como pessoas), para as suas organizações sociais, culturais e políticas (como movimentos) e para a sua classe e subdivisões de classe (como forças vivas essenciais da Nação), o direito e o dever de participar de forma livre e independente da solução dos grandes problemas nacionais e dos dilemas de nossa época. Eles constituem a única garantia que temos de quebrar o círculo de ferro da democracia dos donos do poder e de imprimir perpetuidade à revolução democrática.

Os fatos selecionados estão implicados com questões enunciadas pelos missivistas, que trazem as marcas do tempo histórico vivido no momento da escrita de suas cartas, objeto desse estudo. E o momento anterior definido por Galeano (1999, p. 208) é relevante para que esse período não seja desprezado, mantendo-se vivo em nossas memórias:

Nos anos sessenta e setenta, os militares assaltaram o poder. Para acabar com a corrupção política, roubaram muito mais que os políticos, graças às facilidades do poder absoluto e a produtividade de suas jornadas de trabalho, que todos os dias começam bem cedinho, ao toque da alvorada. Anos de sangue e sordidez e medo: para acabar com a violência das guerrilhas locais dos fantasmas vermelhos universais, as forças armadas torturaram, violaram e assassinaram a torto e a direito, numa caçada que castigou qualquer expressão da aspiração humana de justiça, por mais inofensiva que fosse.

Porém, as lutas não foram em vão. Podemos recuperar alguns acontecimentos que contribuíram para o retorno e consolidação da democracia no país como os movimentos sociais nas décadas de 1960, 1970 e culminando na década de 1980; a campanha pelas eleições diretas e a eleição para presidente pela via indireta; as eleições da Assembleia Nacional Constituinte em 1986; a promulgação da nova Constituição Federal em 1988; e eleições diretas para presidente da república em 1989.

2.1 Empobrecimento e aumento da desigualdade social

Outro problema significativo, o da desigualdade social, foi amplamente discutido nesse período, por meio de ações e debates. O historiador Wanderley Guilherme dos Santos, em seu estudo de 1985, no início da redemocratização da sociedade brasileira, ajuda a situar o contexto socioeconômico e político que se instalou no Brasil na ditadura militar, do período de 1964 a 1985. Além disso, contribui para melhor compreensão acerca das situações de crise vivenciadas pelos trabalhadores brasileiros, bem como das transformações exigidas e forjadas no período posterior, quando as cartas foram escritas. O autor afirma:

A violenta transformação social ocorrida no Brasil nos últimos 20 anos acelerou a mutação da sociedade brasileira em aspectos básicos. Ela cresceu, industrializou-se, capitalizou-se, privatizou-se, reestruturou-se ocupacionalmente, educou-se, reordenou-se e burocratizou-se. Gerou ao mesmo tempo pressão simultânea para igualdade e desigualdade, sendo que as últimas levaram nítida vantagem no período. As distâncias sociais ficaram maiores, a renda concentrou-se, as famílias trabalham mais e mobilizam mais membros para o trabalho, e em larga medida apenas para permanecer no mesmo lugar (SANTOS, W., 1985, p. 275).

As afirmações de Santos, W. (1985) fundaram-se em dados de pesquisas produzidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)⁸. Um dos elementos que merece destaque nesse contexto é a variação do salário mínimo e o valor da cesta básica praticados no Brasil. Em 1970, o salário mínimo era CR\$187,20 enquanto a cesta básica custava CR\$84,13, ou seja, pouco menos de 50% do salário mínimo. Em 1976, o salário mínimo era de CR\$768,00 enquanto a cesta básica passou a custar CR\$494,29, verificando-se que esta ultrapassou 60% do valor do salário mínimo. Em 1983, treze anos depois, o salário mínimo praticado era de CR\$34.776,00 e a cesta básica valia CR\$35.349,85, ou seja, um salário mínimo não dava para comprar a cesta básica⁹. Os dados revelam que, no final da ditadura militar, os trabalhadores assalariados encontravam-se extremamente empobrecidos, a ponto de o valor da cesta básica ser mais alto do que o do salário mínimo.

Outros estudos, já do campo da economia, afirmavam que o Brasil era, e penso que ainda é “Um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania.” Tais estudiosos dizem mais em seu trabalho: “O grau de pobreza atingiu seus valores máximos durante a recessão do início dos anos 1980, em 1983 e 1984, quando a porcentagem de pobres ultrapassou a barreira dos 50%.” (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2000, p. 45), ratificando a análise do historiador anteriormente utilizada.

De acordo com Galeano (1999, p. 207) a desigualdade vai além de produzir nas classes sociais a pobreza, mas foi também o que levou à impunidade política e à injustiça, que são datadas:

[...] a desigualdade perante a lei é o que fez e continua fazendo a história real, mas a história oficial não é escrita pela memória e sim pelo esquecimento. Bem o sabemos na América Latina, onde os exterminadores de índios e os traficantes de escravos têm estátuas nas praças das cidades e onde ruas e avenidas costumam levar nomes dos ladrões de terras e dos cofres públicos.

⁸ O DIEESE foi criado pelo movimento sindical brasileiro, fundado em 1955 para desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores. Maiores informações sobre a instituição ver www.dieese.org.br.

⁹ Destaco que a moeda brasileira no período de 1970 a 1984 denominava-se Cruzeiro (CR).

2.2 As grandes mobilizações no final da década de 1970

Esse contexto de crise econômica não impediu, ou talvez tenha até contribuído, para que o Brasil se tornasse um solo fértil para práticas de participação política. A ditadura, apesar da repressão, não silenciou o sentimento e ação de resistência democrática. Assim, mesmo com um governo militar no poder, o sonho pela democracia se materializava nos movimentos da sociedade civil¹⁰. E as experiências vivenciadas por cada sujeito, de acordo com a concepção de classes do historiador Thompson (1988, p. 11), que define a sua existência a partir das “experiências vividas por homens e mulheres concretos”. Nesse contexto os movimentos sociais se colocaram em curso, revelando uma nova cultura política, baseados na ideia de coletividade. Traziam em sua bagagem uma teoria que inspirava a utopia que representava opções de fora do que estava instituído, significando consciência de si mesmo e da realidade, elaborando e propondo alternativas, capaz de romper com a ordem vigente:

[...] podemos dizer que as ações coletivas nos anos 70 e 80 no Brasil, foram impulsionadas pelos anseios de redemocratização do país, pela crença no poder quase que mágico da participação popular, pelo desejo de democratização dos órgãos, das coisas e das causas públicas, pela vontade de se construir algo a partir de ações que envolviam os interesses imediatos dos indivíduos e grupos. Os movimentos sociais, populares ou não, expressaram a construção de um novo paradigma de ação social, fundado no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões ou segmentações (GOHN, 1995, p. 203)

Neste sentido, o estudo de Sader narra, de forma emblemática, a fecundidade dos movimentos sociais na região de São Paulo na década de 1970 e 1980 “quando novos personagens entraram em cena”, criados a partir da prática política e social, nos espaços de formação política que possibilitaram a luta pelo exercício da democracia, que se enraiza pelo território brasileiro. Surge, assim, o sujeito coletivo que, de acordo com Sader (1988, p. 11), seria “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”. Corroborando essa ideia a pesquisadora Regina Bega dos Santos (2008, p. 31-32) define:

¹⁰ A ideia de sociedade civil que utilizo está baseada em Gramsci. São instituições que se organizam para defender determinadas posições sociais, nesses espaços todo esforço para formar, preparando seus integrantes para formular propostas para intervir nas diferentes instâncias que pretendem alcançar. (COUTINHO, 1999, p. 83).

O sujeito coletivo vai surgindo na dinâmica dos movimentos sociais, entre as pessoas que vão se descobrindo uma às outras, a partir de uma identidade própria, de histórias semelhantes, de problemas e esperanças comuns. Pessoas que têm valores semelhantes e um destino comum, o que possibilita a elaboração de um projeto de futuro para mudar a realidade circundante, com base nas práticas desenvolvidas durante a mobilização.

A luta em torno da democracia foi muito grande no Brasil e na América Latina desde os golpes militares que ocorreram nos diferentes países entre a década de 1960 e 1970. No caso brasileiro, vários setores ligados a partidos de esquerda; as alas progressistas¹¹ da igreja católica, que globalmente apoiou os movimentos golpistas, de igrejas evangélicas e de religiões afrodescendentes não se intimidaram frente à política de repressão e de tortura que os militares utilizaram para combater todas as iniciativas que poderiam desestabilizar ou levar à queda do regime militar. Frutos desses movimentos de resistência foram colhidos com o surgimento e fortalecimento dos movimentos sociais ligados a igrejas, sindicatos de trabalhadores - principalmente, os das empresas automobilísticas- de trabalhadores do campo e de professores, decisivos na década de 1970.

Pode-se afirmar que, no final do período de ditadura militar, depois de um tempo em que o silêncio era a norma e a produção do silenciamento parte da política, a participação política sai fortalecida. A luta contra o golpe militar fortaleceu vários movimentos organizados. Foram exemplos de movimentos de resistência contra a lógica que se tornou hegemônica pela força, deixando pistas de que era possível romper com a ordem política instalada no Brasil. Durante esse processo, foram instituídos vários espaços de formação política e cultural. A continuidade desses espaços de formação na perspectiva dos círculos de cultura¹², baseados na ideia de Paulo Freire, cujo início remonta à década de 1960 em classes de alfabetização, foram se espalhando com outros nomes, mas dentro da mesma concepção e os mesmos ideais; a formação de novos sujeitos sociais, que “passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas” (SADER, 1988, p. 10).

No trabalho de Sader, citado anteriormente, o autor faz análise dos discursos e buscou compreender as experiências dos novos sujeitos representados em quatro movimentos sociais:

¹¹ Denominação dada aos grupos religiosos que defendiam aliança com a população mais pobre.

¹² Círculo de Cultura de Paulo Freire foi uma ideia que constituiu uma nova metodologia em sala de aula. A denominação de Círculo porque todos estariam sentados à volta no formato do figura geométrica, a fim de possibilitar o diálogo entre os participantes, para reflexão e elaboração coletiva. Portanto, a maior qualidade desse trabalho seria a interação e a participação de todos. E o termo Cultura, porque esse processo vai além de aprendizados individuais de conteúdos “escolares”, o centro deste trabalho seria a organização dos temas pertencentes à comunidade, feito, na interação dos alunos e do professor.

o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, a Oposição Metalúrgica de São Paulo, o Clube de Mães da periferia Sul de São Paulo e as Comissões de Saúde da periferia Leste. Representavam novos modelos de organização dos movimentos, distintos dos tradicionais, quando se evidencia a ruptura com o padrão de organização característicos de sindicatos e partidos. Sendo assim, os movimentos sociais constituem-se pela luta por transformações sociais, nascem de contradições presentes em diversos conflitos e disputas desenvolvidos no seio da sociedade capitalista, parte do processo histórico.

Em 1979, metalúrgicos, professores, bancários, médicos, trabalhadores da construção civil e outras categorias profissionais se organizaram por todo o país. Nesse momento, aproximadamente 3 milhões de trabalhadores entraram em greve por melhores salários e pela volta da democracia, desafiando a ordem militar. O governo reprimiu violentamente esses movimentos, fez intervenção nos sindicatos e encarcerou várias lideranças e ativistas, mas tais atitudes contribuíram ainda mais para o fortalecimento de resistências organizadas contra o regime, inclusive com alcance internacional.

Neste mesmo ano, a anistia, ainda que parcial, representou um marco para a história brasileira. Com a aprovação da Lei n. 6.683, conhecida como a Lei da Anistia, promulgada pelo presidente João Batista Figueiredo, em 28 de agosto de 1979, e conquistada graças aos movimentos organizados, possibilitou-se o retorno dos que foram obrigados a viver no exílio. Viu-se, então, o retorno de trabalhadores, de políticos, de intelectuais e de estudantes, como também o surgimento, novamente, das organizações partidárias, pois até 1979 o sistema era bipartidário¹³, o que vigorou no Brasil durante boa parte do Regime Militar (1965-1979). Podemos afirmar que se iniciava um novo período da história política brasileira, que se distingue do anterior por intensas mobilizações, ampliando a participação e o retorno, aos poucos, do exercício da cidadania. Um fato marcante ocorreu para consolidar esse processo: a greve nacional de fome feita por 50 presos políticos brasileiros, detidos em diferentes locais, em defesa da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. A greve iniciou-se em 22 de julho de 1979, e alcançou boa repercussão na mídia nacional e internacional. Só foi suspensa quando a Lei foi aprovada, no dia 28 de agosto de 1979.¹⁴

De acordo com os trabalhos de história — guardiãs da memória deste tempo, — podemos afirmar que esse processo foi fundamental para aumentar a chama da esperança,

¹³ Os dois partidos eram ARENA, o partido que apoiava o regime militar, e o MDB, o partido de oposição que lutava contra o regime militar.

¹⁴ Para conhecer mais sobre a história da luta contra a ditadura, pela anistia e sobre o que acontecia nos presídios ler o livro Fome de Liberdade, um relato feito por dois ex-presos políticos que participaram da greve de fome.

porque o governo militar e seus aliados, assim os representantes do poder econômico e dos principais meios de comunicação — protagonistas da ditadura militar — tiveram de se curvar ao processo democrático que se instaurava no Brasil.¹⁵

2.3 A utopia de eleições pelo voto popular para Presidente da República se materializa na Campanha das Diretas Já!

A expectativa dos movimentos era reivindicar mudanças na sociedade brasileira e, ao mesmo, tempo criar consciência democrática no país. A Campanha pelas Diretas Já ganhou as ruas, se transformando na maior manifestação de rua ocorrida no Brasil até os dias atuais. Esta Campanha foi um movimento nacional suprapartidário, que reuniu partidos de oposição ao regime militar¹⁶ e as organizações da sociedade civil¹⁷ responsáveis por grandes mobilizações unificadas pela eleição direta para presidência da República.

De acordo com o trabalho de Rodrigues (2003) a manifestação que reuniu 300 mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1984, pode ser considerada o primeiro grande ato público dos primeiros 20 anos de ditadura e no âmbito da luta pelas eleições diretas para Presidente da República. Estiveram presentes ao ato políticos, artistas, sindicalistas e estudantes. Rodrigues (2003, p. 63) afirma que “O histórico comício da Praça da Sé ocorreu em um momento em que o Brasil reunificava suas forças para tentar por fim ao regime de exceção, em um movimento crescente”.

O evento das Diretas Já de 10 de abril de 1984, na Igreja da Candelária na cidade do Rio de Janeiro, que reuniu mais de um milhão de manifestantes, também demonstrou a insatisfação da população com a ditadura militar e com o governo militar, e o pedido de eleições diretas para Presidente no Brasil, que já fazia parte da luta de vários setores da sociedade brasileira desde o início da ditadura militar. No dia 16 de abril, uma passeata saiu da Praça da Sé até o Vale do Anhangabaú, onde foi realizado um comício em apoio ao

¹⁵ Para mais leituras sobre os principais atores do poder econômico e da mídia durante o governo militar ver trecho da polêmica “cobertura” da Globo no documentário Muito além do Cidadão Kane. Ver também Rodrigues (2003).

¹⁶ Formaram o Comitê Nacional Partidário Pró Diretas: PT, PMDB e PDT, com a contribuição do PCB e do PC do B que, naquela época, estavam na ilegalidade.

¹⁷ As instituições mais atuantes dos movimentos sociais foram: UNE, OAB, ABI, CUT, CPB, Pastoral da Terra, CNBB e grupos de outras religiões, a Comissão de Justiça Paz de São Paulo.

movimento das Diretas Já. Esta manifestação contou com a participação de 1,5 milhão de pessoas, transformando-se na maior manifestação pública da história do Brasil. O ponto máximo das mobilizações foi a votação no dia 25 de abril de 1984, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 05/1983, apresentada pelo Deputado Federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), que tinha por objetivo implantar, no país, eleições diretas para a Presidência da República. A PEC visava a alteração dos Artigos 74 e 148 da Constituição Federal de 1967 e da Emenda Constitucional n. 1, de 1969, os quais não constava a previsão de respeito à tradição democrática de realização de eleições diretas para o Poder Executivo, a partir do golpe militar de 1964. Uma alteração na Constituição Federal requeria dois terços da Casa, ou seja, 320 deputados, antes que fosse para o Senado. A Emenda foi rejeitada, porque somente 298 deputados votaram a favor, 65 contra, 3 se abstiveram e 113 não compareceram. Esse resultado causou enorme frustração no seio da sociedade brasileira, que havia se mobilizado amplamente em defesa das eleições diretas.

O forte empenho de milhões de brasileiros em favor da mudança não foi paralisado com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, como era chamada. A criação de diversas iniciativas vindas dos movimentos sociais foram fundamentais para garantir o estado democrático de direito que ressurgia no Brasil. A legitimidade das vozes de cidadãos ocupou ruas e praças das cidades para defender a democracia política, representativa, eleições para cargo dos Poderes Executivo e Legislativo, importantes ideais republicanos e garantia dos interesses públicos.

O desfecho inviabilizou o sonho de eleger o presidente de forma direta naquele momento. Sendo assim, o debate passou a girar em torno de duas propostas: construir uma saída com os governistas ou continuar, através da mobilização da sociedade civil e de seus movimentos organizados – a luta pelas Diretas Já. O, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), oriundo do MDB, oposição à ditadura militar, que havia incorporado o Partido Popular (PP), de Tancredo Neves, constrói a candidatura deste último como representante da oposição na eleição pelo Colégio Eleitoral, formado por membros eleitos para este fim, que escolheu de forma indireta o Presidente da República, com apoio de grande parte da oposição – três dos 5 partidos existentes na ocasião: o PMDB, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) – e mesmo de deputados da situação, descontentes com a indicação de Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS), como candidato da situação. Só o Partido dos Trabalhadores (PT) não votou, preferindo a abstenção como política. Essa candidatura ganhou força logo após a derrota da Emenda Dante de Oliveira, conhecida como Diretas já. Para viabilizar a candidatura de

Tancredo Neves e alcançar sua vitória, seus aliados tiveram que conseguir dividir a situação e conquistar a simpatia de parte deste grupo, contrário à candidatura de Paulo Maluf. Alguns políticos do PDS, insatisfeitos com a decisão sobre a candidatura da situação, rompem e fundam a Frente Liberal, logo registrada como Partido da Frente Liberal (PFL) e se aproximam do PMDB para fechar a chapa de oposição que viabilizou a eleição de Tancredo Neves e José Sarney.

O PT em convenção na cidade de Diadema, em São Paulo, na primeira semana de janeiro de 1985, toma a decisão de que os parlamentares do Partido não votariam nos candidatos submetidos ao Colégio Eleitoral, Mesmo assim, os deputados Airton Soares, Bete Mendes e José Eudes votaram em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985. Diante de muita crítica interna, pediram afastamento antes de serem expulsos do Partido, ainda em 1985. De acordo com as discussões do PT naquele momento, era preciso tensionar o processo, pois no ano anterior milhares de pessoas ocuparam as ruas exigindo eleições diretas para Presidente da República, e para o PT o Colégio Eleitoral era uma traição aos anseios populares.

O processo que culminou com a eleição de Tancredo Neves à Presidência da República contou com forte apoio popular e da mídia, colocando fim a 21 anos de ditadura, com cinco presidentes militares, iniciada em 1964. Tancredo Neves, faleceu dia 21 de abril de 1985 por graves problemas de saúde, não chegando a tomar posse. José Sarney, o vice-Presidente, tomou posse em 15 de março 1985. Apesar de ter apoiado os militares por 20 anos, acabou sendo alçado ao posto de Presidente da República pela oposição, tornando-se um dos responsáveis pelo processo de redemocratização do país.

2.4 A Assembleia Nacional Constituinte de 1987

Eleita em 1986, a Assembleia Nacional Constituinte composta por 559 congressistas foi instalada no dia 1º de fevereiro de 1987 no Congresso Nacional em Brasília, com o objetivo de redigir a nova Constituição brasileira, pós-regime militar. A sua composição contava com: 53,3% do PMDB, 23,8 % do PFL, 6,8% do PDS, 4,7% do PDT, 3,4% do PTB, 2,9% do PT, 1,3% do PL, 1,3% do PCB, 1,3% do PC do B, 1,1% do PDC e 0,4% do PSB¹⁸.

¹⁸ Fonte: O processo constituinte 1987-1988: documentação fotográfica A Nova constituição. Milton Guran (Coordenador). Brasília: AGIL, 1988.

Nesta configuração PMDB e PFL tinham 431 constituintes e PT, PCB, PCdoB e PSB com 26 representantes, estes últimos considerados partidos mais à esquerda.

Os partidos se organizaram para atuar nas subcomissões e comissões, responsáveis pela sistematização do texto a ser debatido e votado em Assembleia sob a coordenação do PMDB e PFL, partidos que com maioria e parlamentares. De acordo com o trabalho de Coelho (1999) os partidos se distribuíram por áreas:

[...] o PMDB, procurou comandar a área econômica, a de definição do governo e a social. O PDS demonstrou maior interesse na questão da propriedade dos meios de produção e os três partidos de orientação trabalhista (PT, PDT, PTB) “privilegiaram as Comissões e Subcomissões da área social em detrimento do ordenamento político-territorial (COELHO, 1999, p. 83)

No final de 1987 a organização de grupos por interesses políticos dão nova configuração à Assembleia Nacional Constituinte. O denominado:

[...] “Centrão” conseguiu reunir assinaturas de 290 constituintes naquela que o Jornal Estado de São Paulo considerou a “sessão mais tumultuada da história do Congresso Nacional” (Estado de São Paulo, 04/12/1987). Como uma das principais propostas de alteração do “Centrão”, estava uma importante inversão: para que um texto destacado fosse mantido, seria necessária a formação de uma maioria absoluta. (MUNHOZ, 2011, p. 22).

Os políticos que faziam parte do denominado bloco Centrão eram do PMDB, PFL, PTB, PDS e de partidos menores, intitulados como Centro Democrático. Por ser constituição, o grupo representava os segmentos conservadores da sociedade brasileira. Esse perfil permite compreender a derrota na tentativa de inclusão de questões intensamente debatidas tais como: a redução do mandato do Presidente Sarney de 5 anos para 4 anos; a questão agrária; verbas públicas somente para instituições públicas de ensino; e o papel das Forças Armadas na sociedade.

No entanto, é importante destacar que não ocorreram somente derrotas. Deputados e senadores eleitos pelo PT e por partidos mais à esquerda, representantes de alas mais progressistas dos partidos tradicionais, sobretudo do PMDB que contava na época com um grupo significativo de políticos não conservadores, liderado principalmente por Dr. Ulisses Guimarães garantiram que ocorresse debate e mobilizações ao que representava avanço no cenário da política no Brasil.¹⁹

¹⁹ Para aprofundar o assunto sobre os grupos políticos na Assembleia Nacional Constituinte sugiro leitura do trabalho *Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. (RODRIGUES, L. M. São Paulo: OESP Maltese, 1987).

2.5 Significado da Constituição de 1988

A Constituição de 1988 foi um marco histórico. Um dos aspectos relevantes que a diferencia das demais foi o intenso debate ocorrido em torno de sua formulação, entre 1985 e 1988, alcançando intensa participação popular de segmentos da sociedade do campo e da cidade. Este processo foi resultado das lutas por direitos suprimidos desde o golpe militar, demonstrando também o eco das vozes que não se calaram advindas de diferentes movimentos sociais. Neste sentido, é um marco porque em todo o processo de elaboração do texto se inscreveu num processo, iniciado no início dos anos 1980, que reinventou a participação de todos os segmentos da sociedade na vida política do país, permitindo o exercício da cidadania nesse período de transição democrática e de retorno à garantia de preservação e respeito aos direitos humanos no país.

A primeira Constituição brasileira foi outorgada em 1824, no período do Império. Ficou conhecida como Constituição do Império. Em 1891, a Carta Constitucional do Brasil República, em seus artigos sobre o tema estabelece: a forma de Estado (Federação); a forma de governo (República); e o sistema de governo (Presidencialismo). Incluiu voto direto para eleger deputados, senadores, presidente e vice-presidente da República. Porém, não poderiam exercer o direito de votar os mendigos, os analfabetos, os religiosos e nem as mulheres. Esses grupos não poderiam, portanto, exercer tais direitos políticos. Em 1934, Getúlio Vargas apresenta a Constituição reconhecida como Constituição social. Isso porque essa Constituição assegurou direitos sociais aos cidadãos, especialmente direitos trabalhistas, tais como: o direito a um salário mínimo capaz de satisfazer necessidades básicas do trabalhador, determinado pelo Governo; o repouso semanal remunerado; e a carga horária de trabalho de oito horas diárias, podendo chegar até 48 horas semanais. O voto feminino já era legal no Brasil desde 1932. Em 1937, nova Constituição é outorgada: a Constituição do “Estado Novo”, que proibiu as liberdades individuais e centralizou o poder no Presidente da República. Não foi o Congresso Nacional que escreveu esta Carta, porque nesse período fora fechado, e o Presidente Vargas o único que podia legislar. O Presidente retirara da Constituição as eleições diretas e promovera o fim da pluralidade partidária. A 4ª Constituição Republicana, promulgada em 1946, decorreu da instituição de comissão que elaborou um projeto, a partir da Constituição de 1934, apenas revista, cujo o texto foi aprovado em 18 de setembro de 1946. Em 1967, sob a égide da Ditadura Militar, é escrita e tornada oficial a Constituição produzida pelas mãos dos militares, legitimando e oficializando

os ditames dos Atos Institucionais, produzidos e tornados legais entre 1964 e 1967. Neste período, silenciaram-se vozes de oposição com a cassação dos mandatos e perseguições políticas de todos os contrários ao regime.

A Constituição de 1988, em vigor até data atual, é considerada a Constituição Cidadã. Assim foi chamada pelo que significou de avanço pós-ditadura militar, pela ampla participação de diferentes setores da sociedade e em virtude de seu conteúdo, apesar das pressões dos grupos conservadores. Contém a ampliação e afirmação de direitos fundamentais; foi elaborada por meio de um método que contou com ampla participação de vários segmentos da sociedade. Havia uma preocupação em garantir processos mais democráticos e participativos na sua gestação.

Apesar de toda a luta e empenho, e mesmo de alguns avanços, os movimentos sociais que lutavam pela retirada de privilégios das elites e buscavam legislar para instituir o estado de direito para todos, principalmente para os mais pobres, não conseguiram fazer eco na Assembleia Constituinte. Forças políticas contrárias à participação popular acabaram por se fortalecer pela criação do bloco suprapartidário, já citado, o Centrão, que buscava invisibilizar as mobilizações populares, bem como suas pautas. Assim, muitos embates ocorreram em torno de ideias divergentes, tais como o estabelecimento de condições para uma vida mais digna para a população; maior controle pela sociedade dos gastos públicos e os usos do dinheiro público nas iniciativas do Estado. Durante todo o processo, movimentos sociais e sindicatos se mantiveram persistentes na defesa de suas posições, apesar dos conflitos, próprios do ambiente democrático.

Desde o início dos anos 1980, a criação e fortalecimento de sindicatos e de diversas instituições de caráter mais independente do Estado, reconhecendo, também, a necessidade de fazer uma nova Constituição se ampliaram no país. Assim, no contexto que a sociedade brasileira experienciava as cartas escritas pela população sugerindo temas para a nova Carta Magna indicam a conformação de um dos instrumentos de participação instituído neste processo. Atores sociais, intérpretes sociais de um tempo, percebem que algo novo acontecia na história política brasileira e que significava a possibilidade de participação.

A novidade, conclamando a sociedade para participar da elaboração da Constituição, torna subitamente visível a participação possível, e sua aceitação é demonstrada pelas respostas à ampla divulgação pública por panfletos, propagandas nos diferentes meios de comunicação, e contando com diferentes instituições religiosas, sindicais, associações públicas e privadas. A sociedade responde de diferentes formas, reivindicando direitos. Primeiramente, o direito de reivindicar direitos. Uma das principais marcas desse processo histórico foi a

valorização de práticas sociais presentes no cotidiano dos sujeitos, ocultadas pelas ideias hegemônicas das classes dominantes.

A Constituição de 1988 representou, em relação às anteriores, a abertura de uma nova perspectiva em termos de direitos políticos e sociais. Redigida num tempo de muita expectativa democrática, criou a ilusão de que o simples ato de se inscrever na Carta Magna forjaria uma sociedade ideal. Nesse caso, a utopia necessária acabou por criar expectativas que não podiam ser cumpridas e que causaram certas frustrações.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar. (GALEANO, 1994, p. 310).

Esse sentimento expresso por Galeano serve de inspiração para olharmos os processos vividos durante e logo após a ditadura militar. Os principais avanços conquistados pelos trabalhadores na Constituição de 1988 representam a um marco na história política brasileira, pela consolidação de alguns direitos que têm proporcionado uma vida mais digna aos trabalhadores. Nesse contexto, podemos relacionar as seguintes conquistas: o direito à educação como direito social de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; direito de voto para os analfabetos; restabelecimento de eleições diretas para os cargos de Presidente da República, de governadores de estados e de prefeitos municipais; o fim à censura aos meios de comunicação, obras de arte, músicas, filmes, teatro e similares; voto facultativo para jovens entre 16 e 18 anos; redução do mandato do presidente de 5 para 4 anos; eleições em dois turnos (para os cargos de presidente, governadores e prefeitos de cidades com mais de 200 mil eleitores); direitos trabalhistas passaram a ser aplicados, além de aos trabalhadores urbanos e rurais, também aos domésticos; direito à greve; liberdade sindical; Diminuição da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais; licença maternidade de 120 dias; licença paternidade de 5 dias; abono de férias; décimo terceiro salário para os aposentados; seguro desemprego; férias remuneradas com acréscimo de 1/3 do salário.

As cartas escritas por homens e mulheres brasileiros, que serão analisadas nessa tese, demonstram pela escrita que seus autores estavam fortemente influenciados pelas ideias de participação e pela possibilidade de exercício pleno de seus direitos. As cartas expressam

questões debatidas durante a elaboração da Constituição brasileira de 1988, principalmente relacionadas ao trabalho como forma de possibilitar vida digna para a população brasileira.

As cartas escolhidas denunciam um estado de não reconhecimento de direitos dos setores mais pobres da população e, ao mesmo tempo, significam que essa situação chegava ao limite, o que fez com que o debate sobre a melhoria das condições de vida ultrapassasse as paredes dos sindicatos, dos movimentos organizados, transformando-se em bandeira de luta, exemplo de cidadania.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresentarei a fundamentação teórico-metodológica utilizada para compreender como, a partir da base epistemológica já enunciada, pude constituir a leitura e escolha das cartas, tornando possível um trabalho com o devido rigor acadêmico. Santos (2004, p. 21) alerta quanto ao sentido do investigar na contemporaneidade.

É insustentável a situação de, por exemplo, as ciências sociais continuarem a descrever e interpretar o mundo em função de teorias, de categorias e de metodologias desenvolvidas para lidar com as sociedades modernas do Norte, quando a maioria das sociedades não só apresenta características e dinâmicas históricas diferentes, como tem gerado as suas próprias formas de conhecimento das suas experiências sociais e históricas e produzido contribuições significativas para as ciências sociais, ainda que remetidas para as margens destas.

Esta ideia de Santos (2004) contempla as opções teórico-metodológicas e epistemológicas que fiz para desenvolver este trabalho de pesquisa. Parti do pressuposto de que a sociedade é dinâmica, de que a história não tem fim, de que é composta por diferentes sujeitos em suas práticas sociais, culturais, emocionais, políticas que vão instituindo o cotidiano da vida.

[...] as práticas de produção de conhecimento envolvem um trabalho sobre os objetos, seja no sentido de os transformar em objetos de conhecimento reconhecíveis no quadro do que já existe [...] Alguns objetos se transformam quando colocados em novas situações, seja adquirindo novas propriedades sem perder as que os caracterizavam, seja assumindo identidades novas que permitem sua reapropriação em novas condições. [...] são apropriados de modo distinto em diferentes situações e contextos (SANTOS, 2010, p.18).

A teoria e a metodologia se enredam, o objeto se transforma em conhecimento a ser desvendado, e este processo está implicado com a minha escolha que é política. Neste sentido, a metodologia está de acordo com a tendência epistemológica assumida, e terá de ser capaz de apresentar os sentidos e significados que esses sujeitos atribuíram ao participar, com missivas, do processo de elaboração da Constituição de 1988.

Organizei este capítulo da seguinte forma: história e memória; escrita epistolar, procedimentos metodológicos e adequação metodológica.

3.1 História e memória

Por se tratar de um estudo feito a partir de documentos escritos — que constituem meu *corpus* da pesquisa — que compõem o acervo histórico de um processo republicano brasileiro, fez-se necessária minha incursão nos estudos de *história e memória*, para que pudesse, de forma pertinente, definir a condução das leituras dos achados deste trabalho. Encontrei nos estudos sobre *História e Memória* de Le Goff (1990), reflexões que me guiaram neste processo. Nessa obra, o autor define os dois conceitos, a partir de estudos sobre trabalhos históricos, desde a Antiguidade, ressaltando avanços e impasses, e debates sobre a ciência histórica. Destaca a importância da “noção de documento” que relaciono a esta pesquisa, alertando “que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é um monumento”. (LE GOFF, 1990, p. 10). De acordo com essa definição, *monumento* seria “obra, [...] grandiosa, construída com a finalidade de perpetuar a memória de pessoa ou acontecimento relevante na história de uma comunidade, nação”.

Como *monumento*, as cartas representam:

A memória coletiva [que] é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1990, p. 476)

Guiando-me por esta ideia, vejo nas cartas um instrumento histórico que agrega grande valor para a memória da sociedade brasileira. Democratizá-la, portanto, uma responsabilidade da sociedade. Sobre esse tema, Le Goff (1990, p. 477) afirma.

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. Portanto, cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, [...] fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica.

Outra definição que me pareceu útil à pesquisa foi a de “sobrevivência, na memória, de alguma coisa significativa para alguém ou para um grupo social; recordação, lembrança” (HOUAISS, 2009).

Sendo assim, o entrelaçamento memória-esquecimento é muito profundo.

Enquanto nos recusamos a aceitar o nosso passado, em lugar nenhum, em nenhum continente, teremos um futuro diante de nós [...] Tenha consciência de suas origens, aí não haverá limites que você não possa superar. (BALDWIN, 1962, p. 112, 116-117 apud ROSSI, 2010, p. 25)

Buscando atender às preocupações acima referidas, dediquei-me, desde o início, à leitura de dois trabalhos de Eclea Bosi. O primeiro, reconstituindo a história da jovem Simone, morta aos 37 anos, cujo legado foram suas reflexões derivadas da vida implicada na luta contra a situação da opressão, fome e miséria de seu tempo, na obra *Simone Weil: a condição operária*. No segundo, *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, Bosi (1994) reconstitui histórias de vida de velhos, resgatando suas memórias. Bosi (1994, p. 23) define que:

O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição.

Sendo assim, a leitura das cartas possibilitou-me criar imagens de experiências do que pode ter significado e como se utilizaram desse processo de participação para vários brasileiros. Por isso, mais uma vez essa ideia de memória me assalta com Rossi (2010, p. 24): “A memória (como bem sabia David Hume) sem dúvida tem algo a ver não só com o passado, mas também com a identidade e, assim (indiretamente), com a própria persistência do futuro”.

Considerando, ainda, a relação de proximidade mas também de diferenciação entre a memória e a história e a importância de ambas nesta tese, segui, no campo da história, a linha de pensamento de Carr (1976, p. 12). Ao responder a pergunta sobre o que é história, ele inicia com “*nossa resposta*”²⁰, consciente ou inconscientemente, reflete nossa própria posição no tempo, e faz parte da nossa resposta a uma pergunta mais ampla: que visão nós temos da sociedade em que vivemos?” Encontrei neste fragmento — que reforça a ideia de que não existe neutralidade na história da humanidade — o que intensificou a vontade de narrar parte dessa história, como contada por esses sujeitos anônimos, desconhecidos da historiografia brasileira, até o momento, ao trabalhar sobre o acervo de cartas a mim disponibilizado, entendendo-o como:

²⁰ Grifos meus. O que me chama atenção, é o fato de o autor apresentar uma posição coletiva, representando uma corrente de pensamento, o que expressa minha intenção neste trabalho de pesquisa.

[...] o registro daquilo que uma época encontra em outra digno de nota. O passado é inteligível para nós somente à luz do presente; só podemos compreender completamente o presente à luz do passado. Capacitar o homem a entender a sociedade do presente e aumentar o seu domínio sobre a sociedade do presente é a dupla função da história (CARR, 1976, p. 49).

3.2 Epístolas

As cartas, como documentos, constituem o *corpus* desta pesquisa, daí a importância de esclarecer como estão sendo percebidas. Por se tratar de uma escrita que apresenta estreita conexão com os roteiros de cada indivíduo, a comunicação epistolar representa uma das manifestações mais evidentes de escritura subjetiva e existencial (GÓMEZ, 2002, p. 18). As palavras tomam significados singulares, a partir de cada sujeito-autor da escrita que registra as memórias e os aspectos sociais de uma época, fornecendo informações sobre determinado assunto para estudos sócio-históricos.

A necessidade de um referencial teórico-metodológico que possibilitasse a criação de uma estrutura investigativa capaz de elucidar aspectos dos quais poderia eu extrair maior significado fez com que eu selecionasse como fundamento do estudo dessas cartas as ideias de alguns estudiosos que utilizam esse tipo de material como fonte em seus trabalhos de pesquisa.

Os estudos de Mignot (2002), publicados em artigos e livros, aproximaram-me de diversos trabalhos de historiadores que utilizaram a escrita epistolar como fonte de pesquisa; e os de Kalman (2010), ao trabalhar, utilizando cartas que a população escrevia e deixava em um bar de periferia no México, sobre conhecimentos produzidos e crenças de jovens e adultos, pautaram-me quanto ao uso do acervo como *corpus* desta pesquisa. Nesses trabalhos encontrei subsídios para delimitar o objeto a ser investigado, definir a metodologia e sensibilizar meu olhar para identificar elementos que eu poderia melhor explorar, no desenvolvimento da tese.

Autores como Bhabha (2011) e Bakhtin (1997) contribuíram para compreender forma e conteúdo das palavras que se transformaram em enunciados, representando seu estar, ficar, enraizar-se e ser no mundo. A pesquisa exigiu recorte e a opção feita pode ser compreendida a partir de Bhabha (2011, p. 35) que expressa meu sentimento, ao traçar critérios para selecionar os documentos a serem utilizados: “É com aqueles que sofreram o sentenciamento

da história – subjugação, dominação, diáspora, deslocamento – que aprendemos as nossas lições mais duradouras de vida e de pensamento”.

Esta ideia reforça minhas escolhas sem perder a utopia de viver comprometida com uma vida justa e digna para homens, mulheres, jovens e crianças, sendo possível o direito de escolha a todos. Conhecimentos e práticas sociais que considere *emancipatórias*, presentes nas relações sociais, serão apresentados por meio das cartas, saberes que para muitos não têm valor por se tratar de escrita que foge ao padrão de escrita formal, “culto”. Para Bhabha (2011, p. 48):

[...] não existe saber — político ou outro – exterior à representação. Pretendo, isso sim, sugerir que a dinâmica da escrita e da textualidade exige que repensemos a lógica da causalidade e da determinação através das quais reconhecemos o “político” como uma forma de cálculo e ação estratégica dedicada à transformação social.

A leitura que fiz dessas cartas partiu do pressuposto de que todo sujeito é político, porque pensa, cria estratégias para sua sobrevivência e, no caso dos autores dessas cartas, ao escrevê-las sugerindo elementos constitutivos para a lei maior de uma nação, a Constituição, demonstram por este gesto que compreendem a importância de participar da vida política para a transformação da sociedade.

[...] esse mundo único do conhecimento não pode ser percebido como único todo concreto, preenchido pela diversidade de qualidade da existência, da mesma forma como percebemos uma paisagem, uma cena dramática, um edifício, etc., pois a percepção efetiva de um todo concreto pressupõe o lugar plenamente definido do contemplador, sua singularidade e possibilidade de encarnação; o mundo do conhecimento e cada um de seus elementos só podem ser supostos. (BAKHTIN, 1997, p. 22)

Sendo assim, os discursos pronunciados nas cartas por mim selecionadas, segundo critérios a seguir apresentados, apesar de serem minoria constitutiva do banco de dados sob a guarda do Museu da República, a mim confiado em meio digital, também são extremamente importantes, porque representam múltiplas identidades, sujeitos sociais constituídos pela hibridização cultural, que forjaram identidades capazes de, no momento da escrita, como autores, deixar no traço de cada palavra a experiência com o conhecimento, expressando de forma singular o que era necessário para a mudança de vida do povo brasileiro.

3.3 Procedimentos — percursos teórico metodológicos

Escrever sobre o processo teórico metodológico da pesquisa colocou-me diante da questão: o que é uma pesquisa de doutorado? A resposta que imediatamente chegou à mente foi a de que pesquisamos a partir de inquietações relacionadas à nossa prática cotidiana, em busca de produção de um conhecimento sistematizado em torno daquilo que nos inquieta. Desse ponto de vista busca-se, no estudo científico, a possibilidade de encontrar algumas respostas às nossas diversas indagações.

A opção que fiz para narrar o processo teórico-metodológico vivenciado, utilizando a ordem cronológica das etapas da pesquisa, tenta dar certa organicidade na condução da escrita da tese e proporcionar ao leitor a visão por onde passou a definição do objeto e minhas escolhas. Também pretendi preservar a importância de diferentes *espaçostempos* na minha constituição como sujeito professora/pesquisadora/militante, sem hierarquizar experiências vividas com paixão, em alguns momentos, determinadas por escolhas; em outros, pela imposição das circunstâncias da vida.

Esses processos vividos, anteriormente narrados, também serviram de subsídio para as escolhas teórico-metodológicas deste trabalho, pois parti do pressuposto de que a vida é um entrelaçamento de acontecimentos que tecem redes de diversos formatos, tons e resistências, que dão o colorido e formam imagens que representam vários desafios, obstáculos ou não e que dependem do ponto de vista de quem olha, observa, principalmente a partir do lugar que ocupa no mundo ou do que escolhe ou pode ver. Foi de posse dessas ideias que iniciei o trabalho de pesquisa.

A ideia de pesquisar esse acervo surgiu de uma conversa com uma companheira de trabalho, que havia participado de um evento no Museu da República, que ficara bastante mobilizada com a exposição de cartas escritas voltadas para a participação na produção da Constituição de 1988. Fiquei logo interessada, porque me sinto parte implicada nesse momento histórico brasileiro, cujo processo ainda guardo na memória. Meu primeiro movimento foi agendar um horário com o responsável por essa documentação no Museu da República²¹, para verificar a existência do material e sua potência como material investigativo. Por fim, senti-me na obrigação de preparar uma proposta de pesquisa, que me pareceu apropriada para ser realizada no curso de doutorado.

²¹ O Museu da República localiza-se no bairro do Catete, na cidade do Rio de Janeiro.

O processo de agendamento foi simples, mas para a consulta do acervo foi necessária a assinatura de um termo que definia a finalidade de uso desse material, impedindo-me de utilizá-lo para outras finalidades sem a devida autorização do Museu da República. Diante desse protocolo, a responsável gravou e me entregou o acervo digitalizado, organizado pela historiadora da instituição, Maria Helena Versiani, para as atividades que se iniciaram em outubro de 2008 e alcançaram a comemoração da maioridade, 21 anos²², em 2009, da Constituição vigente no Brasil. Tratava-se, 21 anos antes, de um conjunto resultante de processos participativos, rompendo com a lógica antidemocrática que, à época, se encerrava. É importante registrar que este seria o primeiro trabalho de pesquisa do acervo numa pós-graduação em educação, de acordo com a funcionária da equipe responsável pelo acervo, que informou que o material estava sendo explorado por historiadores e pesquisadores do campo do Direito.

Ao investigar o que vinha sendo produzido a partir desse acervo, encontrei, além da exposição organizada, realizada pelo Museu da República, o trabalho de digitalização de todo o material, pesquisas de mestrado e doutorado no campo da História e do Direito, artigos acadêmicos e matérias jornalísticas. Sobre o material, ainda há pouca produção acadêmica disponível desenvolvida a partir desse acervo²³. Durante a escrita deste trabalho também pesquisei no banco de teses e dissertações da CAPES, fiz pesquisas na internet em geral e realizei algumas idas ao próprio Museu para acompanhar os trabalhos em torno dele.

Em minhas primeiras incursões ao Museu em busca do material, vi-me diante de um acervo com milhares de documentos: fotografias; cartazes; charges; atas de assembleias; moções manifestando apoio e crítica a determinados projetos de lei; textos propondo leis a partir do resultado de conferências, congressos e reuniões; e cartas escritas individual e coletivamente por sujeitos. Todos os documentos chegaram à Comissão Pró Memória da Constituição (CPMC), coordenada pelo jurista Afonso Arinos e formada por políticos e intelectuais, comissão esta nomeada pela Presidência da República, entre os anos de 1987 e 1988. Como professora/pesquisadora da área de educação de jovens e adultos, quando busquei o acervo havia definido o que gostaria de selecionar como objeto de estudo: cartas escritas a mão, por pessoas da população, demonstrando indícios de pouca escolaridade ou de escolaridade incompleta dos missivistas. Nesse primeiro contato, deparei-me com escritas que apresentavam elementos suficientes para uma pesquisa desse porte.

²² A maioridade atualmente vigente no Brasil é 18 anos, mas era 21 anos até recentemente.

²³ Um trabalho publicado que encontrei foi: *Correio político. Os brasileiros escrevem a democracia (1985–1988)* de Maria Helena Versiani, publicado em 2014.

Diante de um acervo que guarda a memória de um passado recente que alterou a história da política brasileira, percebi a exigência de um trabalho de tradução, o que para Santos (2000) significa tornar pública uma possível leitura dos escritos, e para mim compreender o que esse movimento instituiu para a história da política brasileira, dignos de uma interpretação, sem comparações ou julgamentos, se forem relacionados aos escritos de grupos corporativos e indivíduos com escolaridade formal elevada. O momento em que essas escritas se dão guarda singular importância para os brasileiros, principalmente os que viveram aquele momento histórico, porque também representava o rompimento com uma passagem da história de uma nação, vivida sob a égide da ditadura militar, inaugurando uma nova forma de viver, pela escritura democrática da nova Constituição brasileira.

Ao debruçar-me sobre o material, o encantamento ao encontrar documentos que, de certo modo contribuíram com o debate para a produção da Constituição, oriundos de espaços de minha militância, como a carta de uma jovem de 17 anos que cursava o primeiro grau, à época, assim denominado o ensino fundamental, numa escola em Miguel Couto, bairro de Nova Iguaçu. Naquele primeiro contato, abria os arquivos e corria as páginas sem me preocupar com o objeto que definira para a pesquisa, mas deixava tomar conta de mim toda a curiosidade em ver e rever o material daquele período.

O Museu da República foi responsável pela digitalização de todos os documentos arquivados a fim de resguardar a aparência física do material original – os mais de 70 arquivos digitais tinham 200 a 400 páginas –, organizou uma exposição e uma mesa de debates em torno do material, o que possibilitou a publicização do acervo, e resultou na elaboração do livro *A voz e a letra do cidadão*, utilizando um vasto material produzido pelos visitantes/convidados. Encontrei, também, estudos realizados sobre a Constituição, feitos por Maria Helena Versiani, historiadora do Museu da República responsável pela organização do banco de dados do acervo de que é objeto este trabalho, sua tese de doutorado e o trabalho de pesquisa de Elizabeth Sússekind²⁴ que:

[...]organizou a memória da criação e desempenho do CPMC, da Fundação Nacional Pró-Memória, que funcionou no Rio de Janeiro entre 1985 e 1988. Acompanhou todos os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, servindo como fonte para pesquisadores e mídia, e atuando como ponte entre a sociedade e os constituintes²⁵.

²⁴ Neste endereço eletrônico é possível acessar uma entrevista desta pesquisadora sobre a atuação na CPMC. <http://www.etc.com.br/noticias/politica/2013/10/museu-da-republica-do-rio-promove-exposicao-de-cartas-aos-constituintes>

²⁵ Esta informação encontrei no Lattes da pesquisadora. Atualmente é professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No processo de pesquisa encontrei, ainda, a divulgação na internet de um trabalho de Stéphane Monclaire, da Faculdade de Direito da Universidade Paris V, que resultou em um livro intitulado *A Constituição desejada. SAIC: as 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos à Assembleia Nacional Constituinte*. Imediatamente, fui em busca desse material. Fiz contatos telefônicos com a Biblioteca do Congresso Nacional e a Biblioteca da PUC Belo Horizonte, as duas instituições que tinham exemplares da obra. A opção de ir até essa última instituição foi possível, porque na ocasião eu residia por alguns dias na cidade. Tive, assim, acesso ao material e constatei que o trabalho de Monclaire fora sobre cartas enviadas para o Senado e para o Congresso Nacional, sugerindo temas para a Constituição, mas resultantes de um outro processo de participação, que contou com formulários impressos, disponíveis nos postos de Correios, utilizado para enviar cartas para a Comissão Pró-Memória da Constituição. Trata-se, portanto, de outra fonte, pouco explorada.

Stéphane Monclaire, pesquisador brasileiro francês, por se dedicar a estudos sobre o Brasil, foi contratado pelo Senado para fazer um mapeamento do banco de dados digitado ao invés de digitalizado, e a partir dele compor uma análise crítica do material. A primeira crítica do pesquisador foi a de que o material estava digitado e não havia mais o material original, no banco de dados do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (PRODASEN). Questionava até que ponto estavam ali os textos enviados, sem alterações, correções e que, para o pesquisador, o tipo de letra e a forma de escrita poderiam trazer marcas desses sujeitos. Como o material estava digitado, muito pode ter-se perdido do sentido original do texto, por correções da escrita no momento da digitação. Outro problema apontado foi a localização de vários documentos, alguns repetidos mais de duas vezes, indicando que o banco possuía um número menor de documentos do que registrava. Estas críticas reforçaram a minha opção de trabalhar com o acervo do Museu da República, por ser constituído de documentos digitalizados, resguardando a originalidade e as características gerais dos escritos, no caso de cartas, podendo-se aquilatar a quantidade exata de documentos e reconhecer traços pessoais, gravados a partir da escrita, datilografada e manuscrita, guardando a caligrafia de seus autores. Portanto, o Banco de Dados do PRODASEN constituiu de outro material, não se confundindo com o acervo do Museu República, do qual retirei o material objeto de estudo nesta tese.

Diante do rico acervo de documentos originais digitalizados, hoje parte do fundo patrimonial do Museu da República, fez-se necessário perscrutar o material para que pudesse encontrar elementos para a seleção das cartas que tomaria como objeto desta pesquisa. Como se trata de um acervo com milhares de documentos, precisei formular critérios para selecionar

o que utilizaria como fonte de pesquisa. Neste sentido, recorri à ideia do sociólogo norte-americano Talcott Parsons (*apud* CARR, 1976, p. 15), que designou a ciência como “um sistema seletivo de orientações cognitivas para a realidade”. Desenvolvendo essa ideia, Carr (1976) afirma que “É comum dizer que os fatos falam por si. Naturalmente isto não é verdade. Os fatos falam apenas quando o historiador (pesquisador) os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto.” Apesar de este trabalho não estar no campo da história, relaciono esta ideia com as minhas implicações ao escolher as cartas que pretendi publicizar neste trabalho, explicitando assim que não existe neutralidade na seleção, escrita e leitura de um trabalho científico. Este processo impregnou-se de tensões a partir de leituras, experiências e utopias, na perspectiva de uma sociedade e de um ideal de ser humano a ser alcançado.

Assim, dialogando com minha trajetória, com o caminho em que me fiz professora/pesquisadora, e com os saberes produzidos por meio de reflexão e ação, vi-me diante do desafio de transformar o fazer em saber, para depois fazer sabendo, e sabendo por que fazer. Este desafio, para ser enfrentado, no espaço acadêmico, exigiu o exercício da escrita, que assusta a muitos de nós e resulta em grande obstáculo a ser transposto, em muitos casos. Para auxiliar-me nesse movimento sofrido de escrita, lancei mão de Galeano (1999, p. 7), que me chamou à razão do para quê e por quem escrever.

Escrevemos a partir de uma necessidade de comunicação e de comunhão com os demais, para denunciar o que dói e compartilhar o que dá alegria. Escrevemos contra a nossa solidão e a dos outros. [...] Escrevemos, na realidade, para as pessoas com cuja sorte, ou azar, nos sentimos identificados. Os que comem mal, os que dormem mal, os rebeldes e humilhados desta terra, e a maioria não sabe ler.

Essas palavras me ajudaram na condução da escrita do meu percurso teórico metodológico da pesquisa, e me serviram de utopia para seguir nas etapas que me desafiaram. Definido com ele o leitor desse texto, pretendi, sucintamente, percorrer os lugares que constituíram a ideia e a materialização deste trabalho, fazendo comentários necessários sobre minhas implicações com a temática, para seguir consubstancializando o objeto desta pesquisa, bem como a relação com a educação, no campo da educação de jovens e adultos, presente na minha formação/ação que se tem dado ao longo de minhas experiências.

Assim, porém, dediquei-me a outras questões, percebendo e apresentando no corpo do trabalho e nas cartas os assuntos que mobilizaram esses sujeitos. Como estudiosa no campo da educação de jovens e adultos, vi nas cartas, na escrita dos sujeitos, potências, que de acordo com Maffesoli (2011, p. 17) “é exatamente o que constitui o elemento básico da vida

em comum. É a cultura fundamental, o lençol freático que permite a existência da fauna e da flora, em suma, da vida”. Vi no material que o saber ler e escrever na contemporaneidade, ao existir é instrumento fundamental aos possíveis deslocamentos necessários à vida e à forja indispensável à modelagem de um direito humano. Daí a importância de trabalhar sobre esse material na perspectiva da educação e da EJA, especificamente, considerando sua importância para a reflexão sobre a educação escolar e suas possíveis funções sociais.

A demanda pela democratização do conhecimento historicamente produzido pela humanidade tem como fundamento implícito a reivindicação da igualdade de direitos, mesmo que possamos questionar de que conhecimento se fala com esta afirmação. E, nesse sentido, a educação escolar tem representado um papel fundamental, e direito inalienável do ser humano na sociedade contemporânea. O primeiro princípio do Art. 206 da Constituição Federal de 1988 afirma a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Nessa perspectiva, as políticas públicas na área da educação de caráter universalista contribuíram para proporcionar uma vida mais digna para a população. Porém, foi nas décadas de 1990 e início do século XXI, com a implementação de políticas²⁶, que se deu o grande debate em torno de questões relacionadas à raça, cor, etnia e gênero, que proporcionaram o acesso a lugares que eram privilégio de poucos.

A ideia de garantir a educação básica para todos vem de longe. Parte do pressuposto de que “a necessidade de escrever e a obrigação de o fazer, [...] ou a alfabetização funcional, [...] reduzido ao emprego da competência gráfica para complementar a memória de contas [...] é do século XVI e XVII” (GÓMEZ, 2002, p. 14). Mas ainda está presente, nos dias atuais, em discursos e projetos pedagógicos de muitos que reduzem a necessidade da educação escolar ao mundo do trabalho. Para jovens, adultos, crianças e adolescentes de classes mais pobres é necessário, entretanto, um conhecimento da escrita que os torne capazes de decifrar códigos, mas também ler manuais, anotar recados e uma série de outros feitos da vida cotidiana.

Apesar de não ser uma investigação do campo específico da história, foi fundamental valer-me de elementos desse campo, porque trabalhei com fontes de um rico acervo documental. Essas fontes, por si só, representam um elemento histórico. Outro aspecto que destaco, apresentado pela visão de historiadores, diz respeito à memória como *monumento*, quando expressa toda a complexidade de sentir, ver e estar no mundo. Para melhor conduzir o leitor neste trabalho, tomei de Bakhtin (1997, p. 93) alguns alertas sobre o que posso ver,

²⁶ Leis estabelecem discriminação racial como crime; a de criação do FUNDEF e FUNDEB; os programas de renda mínima e moradia para a população mais pobre; as políticas de ação afirmativa para ingresso e permanência nas universidades públicas dos alunos oriundos da rede pública de ensino, dos negros e indígenas.

como observador, em relação a outro que, como eu, vê a mim e ao mundo, cada um à sua maneira:

Quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. Porque em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver: as partes de seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar – a cabeça, o rosto, e sua expressão —, o mundo atrás dele, toda uma série de objetos e relações que, em função dessa ou daquela relação de reciprocidade entre nós, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele. Quando nos olhamos dois diferentes mundos se refletem na pupila dos nossos olhos. Assumindo a devida posição, é possível reduzir ao mínimo essa diferença de horizontes, mas eliminá-la inteiramente urge fundir-se em um todo único e tornar-se uma só pessoa.

Portanto, a leitura dessas cartas, de forma responsável, tem um ponto de vista distante, pois além de ser feita por um sujeito externo, tem também o tempo e o espaço que diferenciam a forma da escrita, o suporte usado, e os significados de ver o mundo desses autores. Compreendendo que não há uma leitura única dos enunciados das cartas, o que apresento neste trabalho traduz uma das inúmeras possibilidades de leitura, porque parti do pressuposto de que “Nenhum enunciado em geral pode ser atribuído apenas ao locutor: ele é produto da interação dos interlocutores e, num sentido mais amplo, o produto de toda esta situação social complexa, em que ele surge” (BAKHTIN *apud* TODOROV, 1981, p. 50).

3.4 Adequação metodológica ao projeto

O tema da pesquisa inseriu-se, também, na reflexão sobre relações entre noções de educação e cidadania. Educação compreendida na complexidade conceitual de formação humana. Cidadania compreendida como a possibilidade de pleno exercício de direitos na perspectiva de uma sociedade democrática. Na definição de formação, encontrei vários significados, e escolhi um deles: “a maneira pela qual uma pessoa é criada ou educada; o que lhe molda o caráter, a personalidade até a aquisição do conjunto de conhecimentos e habilidades específicos a uma atividade prática ou intelectual” (HOUAISS, 2010).

A partir dessa perspectiva, encontrei em Santos (2010) fios que conduziram à tessitura de uma rede que se enlaçou a novos paradigmas do pensamento científico, denominado pelo autor como ciência pós-moderna. Nesta, encontrei os fios mais resistentes para compreender determinados fenômenos da sociedade contemporânea. O autor, em *Epistemologias do Sul*

(2010), teceu novas compreensões com a colaboração de vários pesquisadores, principalmente com as mãos e as mentes daqueles do hemisfério Sul.

Toda a experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias. [...] Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais. E como uma e outros não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias. (SANTOS, 2010, p. 15).

A partir dessa abordagem, Santos (2010) procurou a origem de diferentes práticas educativas na sociedade contemporânea. Para isso, assinalava que se devia levar em conta o tempo histórico, bem como as relações sociais, que são culturais, políticas, econômicas e afetivas.

Prosseguindo com o autor, cito-o ainda:

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo "deste lado da linha" e o universo "do outro lado da linha". A divisão é tal que "outro lado da linha" desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. [...] Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o outro. (SANTOS, 2010, p. 31-32).

Essa concepção me conduziu à história de Menocchio — belissimamente narrada por Ginzburg (1987) —, o moleiro perseguido pela Inquisição que, no seu tempo, com discursos sobre interpretações dos livros que lia, desafiava o pensamento reinante. Um personagem do povo que se apropriava — frequentemente de modo indevido — dos livros que lia,

[...] chegando a deformar, palavras e frases [...] possuía uma chave de leitura oculta [...] triturava e reelaborava suas leituras [...]. Suas afirmações mais desconcertantes nasciam do contato com textos inócuos, como *As viagens*, de Mandeville [...]. Não o livro em si mas o encontro da página escrita com a cultura oral que formava, na cabeça de Menocchio, uma mistura explosiva (GINZBURG, 1987, p. 116).

Esta passagem ilustra como o conhecimento tem sido historicamente objeto de domínio para a perpetuação do poder de determinados grupos, levando até à morte aqueles que expusessem ideias contrárias ou, melhor dizendo, explosivas, o que confirma o argumento assente de que a leitura (e a escrita) é (são) subversiva(s).

Ao mesmo tempo, o episódio leva a refletir, a partir da postura do moleiro, a importância de crer em si mesmo, de ter autoconfiança — primeiro aspecto que os sujeitos

sociais precisam desenvolver para mudar sua visão sobre estar no mundo, na perspectiva utópica de acreditar em novas possibilidades e atitudes mais humanizadas. Menocchio sai do silêncio imposto a quem deveria utilizar a oralidade apenas para reproduzir ideias e não para pensar sobre elas. O paradigma dominante não permite repensar os meios que levaram, e que ainda levam, grande parte da população à situação de abandono, de vida subumana em sociedades da cultura escrita, em que a robótica é a expressão tecnológica mais avançada como produção cultural e científica. Como então, sair do que parece ser um círculo vicioso, para adentrar a possibilidades virtuosas que a utopia pode resgatar?

Foi com esse espírito, e com essa disposição, que me debrucei sobre as cartas, pelo que podiam revelar quanto aos sentidos atribuídos à participação política; às subjetividades que expressavam e, em última instância, às utopias que alimentavam a vida e o desejo de ser mais, pelas experiências em que se aprende cotidianamente, no incondicional inacabamento humano, como alerta Freire (1980).

4 AS CARTAS: POSSÍVEIS LEITURAS DE EXPRESSÕES ESCRITAS DE VIDA

Nunca um acontecimento, um fato, um feito, um gesto de raiva ou de amor, um poema, uma tela, uma canção, um livro tem por trás de si uma única razão. Um acontecimento, um fato, um feito, um gesto, um poema, um livro se acham sempre envolvidos em densas tramas, tocadas por múltiplas razões de ser de que algumas estão mais próximas do ocorrido ou do criado, de que outras são mais visíveis enquanto razão de ser. Por isso é que a mim me interessou sempre muito mais a compreensão do processo em que e como as coisas se dão do que o produto em si.

Freire, 1999. p. 18

Como Freire afirmou, nesta tese e no estudo das cartas que constituem o seu *corpus*, estive mais interessada em compreender melhor os significados de participação democrática, cidadania, consciência da necessidade de assegurar direitos para uma vida digna, a partir de diversos movimentos que compõem expressões do cotidiano dos missivistas do que em quais seriam as questões que as cartas mais mobilizaram, bem como, relacioná-las com pontos polêmicos que causaram os grandes debates na Assembleia Nacional Constituinte. Sendo assim, o caminho que busquei para trabalhar com essas cartas esteve atento à necessidade de desinvisibilizar ideias, compreensões de mundo, trajetórias de vida expressas nas escritas epistolares.

Nesta parte da pesquisa apresento as cartas e faço possíveis leituras dessas escritas epistolares selecionadas, seguindo uma metodologia de perscrutar as cartas, narrar o que foram capazes de despertar nesse momento e expor o alcance da reflexão que pude desenvolver sobre o material, tendo em vista meus arcabouços teóricos e as matrizes conceituais estabelecidas, tais como: reconhecimento dos conhecimentos não-formais evidenciados, elementos de exercício de cidadania, práticas de uma relação mais ecológica entre saberes. De acordo com os procedimentos adotados, tenho por objetivo que minha narrativa ofereça ao leitor parte da dimensão da riqueza da escrita dessas missivas que se traduzem como integrantes da participação de segmentos da população frequentemente

excluídos do debate democrático nesse *espaçotempo* de luta e de participação política na história da sociedade brasileira.

Portanto, a ideia é conduzir a leitura dessas cartas como Carlos e Gudrun Lenkersdorf, que souberam escutar os povos maias em suas incursões de pesquisa. Assim, Galeano (2012, p. 97) no seu trabalho árduo de pesquisar sobre processos de humanização, me presenteia com mais um dos seus achados, que se tornou muito importante como um pressuposto teórico metodológico. Esses pesquisadores:

[...] nasceram e viveram na Alemanha. No ano de 1973, esses ilustres professores chegaram ao México. E entraram no mundo maia, numa comunidade tojolabal, e se apresentaram dizendo:

- Nós viemos para aprender.

Os indígenas ficaram em silêncio.

Depois de um tempinho, alguém explicou o silêncio:

- É a primeira vez que alguém diz isso para a gente.

E aprendendo Gudrun e Carlos ficaram por lá, durante anos e anos.

Da língua maia, aprenderam que não há hierarquia que separe o sujeito do objeto, porque eu bebo a água que me bebe e sou visto por tudo que vejo, e aprenderam a cumprimentar assim:

- Eu sou *outro* você.

- Você é *outro* eu.

E assim aprendi não somente a conhecer esses sujeitos²⁷, mas busquei aprender a olhar o mundo, a vida que nos cerca, com eles. Nas cartas é possível ver também que os sujeitos, ao se apropriarem desse processo e produzirem suas cartas, deixando ver que a sua forma de escrita não estava de acordo com o “padrão culto da língua” reinventavam e criavam a sua forma de se expressar, mas completamente compreensíveis. No próprio texto alguns autores informam que possuem poucos recursos e não têm prática na escrita. É importante, no entanto, não perder de vista que isso não os impediu de, em seu fazer cotidiano, fazerem uso da escrita, permitindo-se desta maneira revelar que o ato da escrita se ajusta e as cartas são facilmente compreendidas.

De acordo com Bakhtin (1988, p. 41) “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”. Sendo assim, “[...] a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. [...]. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras, das mudanças sociais”.

²⁷ “a velha lição gramatical ensina que, na oração, sujeito é quem faz a ação ou a comanda” (OLIVEIRA, 1990, p. 33).

Para fazer a leitura dessas cartas, encontrei em vários estudos considerações que foram ao encontro de minhas percepções e leituras de mundo, de homem, contribuindo para que a minha escrita desse conta de narrar como esses sujeitos, pela iniciativa da escrita se transformavam em sujeitos de direito, e de como realidades individuais saltavam para a dimensão coletiva, entendendo que não esse tratava de problemas individuais, mas da sociedade. Citando Bakhtin (1997, p. 317): “[...] nosso próprio pensamento [...] nasce e forma-se em interação e em luta com o pensamento alheio, o que não pode deixar de refletir nas formas de expressão verbal do nosso pensamento”.

Bakhtin nos remete a refletir sobre ideias, sonhos, utopias e atitudes de homens e mulheres em relação a suas trajetórias de vida no cotidiano, como indivíduos singulares, apresentando uma complexidade de aspectos constitutivos dos sujeitos que permitem compreender diferenças culturais que atuam de forma singular no ser e estar no mundo. As diversas manifestações expressas nas escritas epistolares narra também suas experiências dando sentidos à consciência no momento imediato da escrita, que estão relacionados ao estudo que desenvolvo nesta tese. Contribuirão, por isso mesmo, para a compreensão dessas escritas epistolares como resultado de movimentos de participação política individual e coletiva, que expressaram sonhos e utopia por uma sociedade mais justa.

Na direção da ideia de como um indivíduo tem condições para atuar no Estado de exclusão social, Bobbio (1992, p. 61) sinaliza: “Mas o que podem fazer os cidadãos de um estado que não tenha reconhecido os direitos do homem como direitos dignos de proteção? Mais uma vez, só lhes resta aberto o caminho chamado direito de resistência”. No processo de elaboração da nova Constituição resta-lhes o movimento de resistência e a participação, ainda que seja somente pela escrita de carta, como contribuição para a elaboração da Carta Magna, na perspectiva de garantir a ampliação de um Estado de direito para todos, independentemente do lugar ocupado na sociedade.

4.1 Situando e apresentando o material

A partir do contato com o acervo CPMC, quando se configurou a ideia de realizar essa pesquisa, defini as cartas escritas por sujeitos, à comissão, como objeto de estudo, a fim de compreender o que significava esse processo de participação política para esses cidadãos.

O mapeamento e a categorização do material disponível, uma primeira etapa do percurso, privilegiou também aspectos que caracterizaram esses sujeitos, incorporando e valorizando traços que poderiam demarcar histórias/trajetórias de vida, porventura revelados em seus textos. Um dos primeiros aspectos que encontrei ao acessar as cartas foi a localidade geográfica desses autores, tornando possível identificar que chegaram de cidades de diversos estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Alagoas. Porém alguns remetentes não informaram a procedência, a localidade de origem, sendo impossível alcançar o número exato de cartas, em distribuição pelos estados.

Cartas, conformando um *corpus* de pesquisa de natureza singular, subjetiva, com características próprias de cada indivíduo, permitiram que eu organizasse um quadro temático, no qual podemos fazer múltiplas e provisórias leituras da variedade das narrativas dos sujeitos. O acervo, composto por 5.245 documentos, continha 3.068 cartas escritas individualmente e as demais eram textos de diferentes coletivos.

Diante de tão extenso conjunto, era imperioso que realizasse uma criteriosa seleção. Um critério inicial utilizado por mim — escritas à mão — ajudou-me a verificar alguns aspectos da maior (ou não) intimidade dos sujeitos com o uso da escrita, o que reforçava meu desejo de verificar como sujeitos comuns, na vida cotidiana, participavam de um chamado político de formulação de uma nova Constituição para o país. Esse critério traduzia-se pela observação de como o missivista distribuía o texto no papel; se usava regras formais de endereçamento, tratamento e outros elementos do gênero *carta*; se as frases tinham coesão e/ou eram truncadas; se usava pontuação adequada e como explicitava suas ideias etc. Eram, entretanto, 747 cartas escritas à mão, o que me obrigou a uma nova seleção: destacar dessas cartas as que continham características como as enunciadas anteriormente. Minhas leituras levaram-me ao mapeamento de 52 cartas, cujos temas mais presentes tratavam de:

Tabela 1: Organização temática das cartas

Presídio	Religiosidade Crenças	Saúde	Trabalho Emprego	Combater à pobreza
Distribuição de renda	Reforma agrária	Divida externa	Proibir venda de arma	Indígena
Presidencialismo /Parlamentarismo	Apoio atividade rural aos mais pobres	Greve – contra e a favor	Questões relacionadas Meio ambiente	Mulher no exercito
Aposentadoria menor idade	Melhoria do Salário mínimo	Política	Carteira assinada	Licença paternidade
Defesa da língua portuguesa	Melhor condição de vida	Controle social do Estado	Legislação trabalhista	Movimentos sociais

Moradia	Denúncias da situação de pobreza	Denúncia do tratamento desumano dos padrões	A concentração de riquezas nas mãos de poucos	Participação
---------	----------------------------------	---	---	--------------

Fonte: Elaboração da autora, a partir de CD-Rom com acervo de cartas da CPMC

No quadro acima relaciono as temáticas que identifiquei o que seus autores denunciavam, anunciavam e reivindicavam, como elementos fundamentais para conduzir a leitura desses documentos. Questões que ainda nos desafiam na contemporaneidade, quase 30 anos depois.

Nessas 52 cartas, um dado a destacar relaciona-se ao gênero dos autores: 33 delas foram escritas por homens e 19 por mulheres. Os dados parecem demonstrar que a participação política não foi apenas prerrogativa do sexo masculino, pois as mulheres também se reconheceram como partícipes do processo. Além disso, essas 52 apresentavam indícios de que seus autores não tinham um processo amplo de escolaridade formal. Ainda assim, era um conjunto grande, o que me levou a uma nova seleção, considerando a possibilidade de apresentar/caracterizar quem eram os sujeitos missivistas; como os autores relacionavam questões do cotidiano; e como exploravam principalmente a riqueza do que significara esse processo em suas vidas. Meus critérios assim se resumiram: a) contemplar o mais possível a variedade temática do acervo geral; b) contemplar gênero (sempre que era possível reconhecê-lo, pela presença de nomes comuns para homens e mulheres); c) contemplar demandas coletivas e individuais (mesmo quando essas não se aplicariam diretamente a um texto constitucional). Com esses novos critérios, decidi por 10 cartas para análise e composição final do meu *corpus* de pesquisa.

Essas 10 cartas apresentavam no texto marcas de pouca escolaridade; representavam diferentes formas de escrita e de participação no processo; enunciavam questões mais recorrentes no contexto político da época; expressavam visões de mundo; e o que esperavam de um texto legal que organiza um projeto de país.

Versiani (2013, p. 167), no estudo que faz das cartas enviadas à CPMC, reflexiona que um cidadão, "ao se apropriar do lápis ou da caneta e produzir uma carta manuscrita", permite ao leitor observar uma "caligrafia [que] não é nem firme, nem fluente, e nem reproduz o modelo culto de excelência de escrever". Essa observação reforça minha hipótese de que "o missivista [...] muito provavelmente é um cidadão de poucos recursos, sem treino na escrita". Destaco que o não uso cotidiano da escrita em situações de comunicação leva a modos de escrita manuscrita singulares, afastadas das chamadas normas cultas, com marcas da coloquialidade presente na linguagem oral. O que é relevante, nesses casos, é a disposição da

escrita do missivista, que não é interrompida, nem restringida pelas maneiras de escrever canônicas, pelo contrário, se ajusta às necessidades dos sujeitos a quem se impõem exigências da vida e de participação social e política.

A primeira carta é de autoria de um trabalhador que perdeu emprego injustamente e não conseguia ajuda do sindicato que, segundo ele, servia ao coronelismo da região. É a situação vivenciada por um trabalhador demitido do emprego, de acordo com os seus argumentos, o que faz com que escreva ao Congresso Nacional.

A Carta 2 é de autoria de uma mulher, nascida em Manhumirim, no estado de Minas Gerais, na saudação inicial e no texto expressa o sentimento de religiosidade da remetente, participante de grupos de estudos bíblico. É importante destacar que a missivista deixa registrado em seu texto o trabalho realizado pela ala progressista da Igreja Católica, bem como, as principais questões debatidas relacionadas à vida dos trabalhadores rurais no Brasil e a sua esperança em dias melhores.

A carta 3 o missivista deixa pistas de que recebeu uma carta da Comissão de estudos constitucionais em resposta a outra que teria enviado. Elege as seguintes questões para nova Constituição brasileira: presidencialismo, e não parlamentarismo; reforma agrária; sua compreensão sobre as reivindicações da população indígena; apoio técnico aos trabalhadores rurais faz inferência à lei de greve. Esta carta termina sem o autor se despedir. Pode ter desaparecido o fragmento.

Na análise seguinte reuni duas carta 4 e 5 por compreender que compõem as mesmas ideias. A Carta 4 está datada, mas não tem assinatura do autor, a redação se restringe a uma relação de pontos reivindicatórios. O autor apresenta um discurso crítico. As questões que apontadas fizeram parte dos grandes debates no momento da escrita da Constituição de 1988. A Carta 5 apesar do texto curto, apresenta de forma objetiva uma pauta que defende os direitos dos aposentados.

Neste bloco apresento duas cartas, 6 e 7, de um mesmo autor. Escreve com um intervalo de 20 dias, o tempo que levou o nascimento de mais filho – na primeira carta informava que tinha seis filhos as vésperas da chegada de mais um, mas qual foi a surpresa nascem duas meninas, gêmeas. Na primeira carta de forma clara expressa sua condição de trabalhador explorado, que nos leva a compreender como eram e ainda são tratados os trabalhadores que ocupavam as funções mais subalternizadas. Ao mesmo tempo de forma consciente dos seus direitos escreveram denunciando e pedindo providências.

A carta 8 chama atenção por trazer um assunto que destoa de todos as demais. As temáticas recorrentes estão relacionadas a questões de natureza voltadas para melhoria da

qualidade de vida dos trabalhadores. Este missivista utiliza esse espaço para criticar o estrangeirismo na língua portuguesa. Denomina a nossa língua como uma bem cultural e vê na Constituição um mecanismo de protegê-la.

A carta 9 escrita por um jovem morador da cidade de Magé localizada na Baixada Fluminense, região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Utiliza o espaço para denunciar o descaso do poder público nas regiões que vivem a população mais pobre e criticar atitudes dos políticos que utilizam os cargos para benefício próprio.

A carta 10 foi escrita por um trabalhador que se coloca como inválido, que não está podendo trabalhar e tem filhos para criar. O tom da carta é de desespero, a sua reivindicação – que toda a pessoa inválida possa ganhar o que dê para o sustento do seu pão de cada dia- está pautada diretamente no problema que está vivendo, mas tem consciência de que é uma situação de muitos no Brasil e pede a formulação de lei que ajude a todos aqueles que se encontram em situação semelhante a sua.

4.2 Possíveis reflexões a partir dos conhecimentos expressos nas cartas

Ao convidar os leitores para dialogar com minha leitura das cartas, à luz dos referenciais teórico epistemológicos e dos objetivos, penso ser necessário fazer algumas considerações sobre a opção de deixar um *fac-simile* da carta no corpo da tese, intenção que poderia proporcionar ao leitor um encontro direto com as cartas, guardando fidedignidade nas escrituras, viabilizando o acesso do leitor às informações utilizadas nesse trabalho, e buscando evitar o equívoco cometido e denunciado por Stéphane Monclaire, com relação ao material digitado no Senado Federal.

Usando um problema vivido como catalisador de sua vontade de participar, o autor da primeira carta deixa evidente sua pouca familiaridade com a língua escrita, o que pode evidenciar pouca escolaridade. Datada de 4 de agosto de 1987, época em que o desemprego vitimava muitos trabalhadores, o conteúdo contém elementos que identificam o trabalhador como de área rural. Ao reivindicar seus direitos, denuncia uma situação que não é só pessoal, mas que concerne também aos demais trabalhadores rurais, sinalizando a necessidade de fiscalização da atividade laboral pelos governantes, para reparar injustiças e corrigir absurdos presentes no campo, naquele momento — e que ainda assistimos nos dias atuais —, denunciando condições de trabalho em regime de escravidão. Infelizmente, constatamos hoje

que a situação não foi de todo resolvida. Há dez anos, por exemplo, fiscais do Ministério do Trabalho foram assassinados no seu ofício, ao notificarem situações em que havia condições de trabalho ilegal²⁸.

4.2.1 Carta 1 — O trabalhador rural de Salinas

- Demora (?) (512)

Salinas 04 de 06 87

ILMO SRS AUTORIDADES,
 É UMA GRANDE HONRA PODER COMUNICAR-LOS
 CONTIGO.

ESPERO QUE ESTA IA DE ENCONTRAR
 TODDE EM PLENA FELICIDADE,
 SOU UM PAI DE FAMILIA, SOU DE IDADE,
 SOU TRABALHADOR E MUITO ANGUSTO.

ESTOU LHE ESCRREVENDO ESTA CARTA, PARA
 FAZÊ LOS UM APELO,
 E ESPERO QUE VOLES ESTEJAM EM DISPOSICAO
 PARA MIM AJUDAR.

AQUI ONDE MORO, EU TRABALHEI VARIOS
 ANOS EM UMA FAZENDA, E OS MEUS
 PATROES IMPLICARAM COMIGO, E MIM MANDDU
 EMBORA INJUSTAMENTE.

NUNCA FIZ NADA DE BERRADO, E ELAS
 RECUSAM A PAGAR OS MEUS DIREITOS.

JÁ FAZ MAIS DE UM ANO QUE EU VENHO
 TENTANDO RESOLVER NO SINDICATO DAQUI,
 MAIS AQUI NÃO TEM JEITO, O SINDICATO ESTÁ
 MIM ENROLANDO, POIS AQUI QUEM MANDA É
 QUEM TEM DINHEIRO. AQUI A LEI É DO MAIS FORTE.

FAÇO UM APELO A VOÇÊS, QUE MIM AJUDE,
 POIS SOU POBRE, E PRECISO TRABALHAR PRA
 SUSTENTAR MEUS FILHOS.

EU NÃO TENHO CONDIÇÕES DE IR ATÉ AÍ,
 MAS TENHO ESPERANCA DE RECEBER SUAS AJUDAS.
 A MINHA ÚNICA ESPERANCA É VOÇÊS.

POIS AQUI AINDA EXISTE O CORRUPCIONISMO, SE
 VOÇÊS NÃO ABIREM, OS POBRES VÃO MORRER DE
 FOME, E OS RICOS CADA VEZ MAIS RICO.

QUERO SABER O QUE VOLES PODE FAZER POR MIM.

OBRIGADO

²⁸ Os auditores fiscais Eratóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva, além do motorista Aílton Pereira de Oliveira, foram mortos no dia 28 de janeiro de 2004 ao vistoriarem fazendas na região rural de Unaí. (<http://reporterbrasil.org.br/2010/01/fiscais-do-trabalho-lamentam-a-impunidade-em-crimes-como-o-de-unai-em-que-tres-auditores-foram-assassinados/>)

De acordo com Chauí (*apud* BOSI, 1994, p. 21), “o que é ler se não aprender a pensar na esteira deixada pelo pensamento do outro? Ler é retomar a reflexão de outrem como matéria-prima para o trabalho de nossa própria reflexão.” Sendo assim, pretendo conduzir a leitura destas cartas reconhecendo nas vozes desses sujeitos a dignidade que merecem, fazendo real a ideia de que a leitura exige trabalho para compreender o lido e refazer o percurso interpretativo.

Alguns elementos constitutivos desta carta podem dar a dimensão sobre as condições de vida deste trabalhador rural.

A situação vital do sofredor, efetivamente vivenciada de dentro, pode me motivar para um ato ético: para a ajuda, a consolação, uma reflexão cognitiva, mas de qualquer modo a compenetração deve ser seguida de um retorno a mim mesmo, ao meu lugar fora do sofredor, e só deste lugar o material da compenetração pode ser assimilado em termos éticos, cognitivos ou estéticos; se não houvesse esse retorno, ocorreria o fenômeno patológico do vivenciamento do sofrimento alheio... Relacionar ao outro o vivenciado é condição obrigatória de uma compenetração eficaz e do conhecimento tanto ético quanto estético. A atividade estética começa propriamente quando retornamos a nós mesmos, ao nosso lugar fora da pessoa que sofre, quando enformamos e damos acabamento ao material da compenetração; tanto essa enformação quanto esse acabamento transcorre pela via em que preenchemos o material da compenetração, isto é, o sofrimento de um indivíduo [...] (BAKHTIN, 1997, p. 24-25).

Encontrei na escrita das cartas motivações para ler e pensar no ato da escrita desses autores, que trazem no corpo de seus textos análises de conjunturas sociais, políticas, econômicas e culturais de um ponto de vista singular, próprio de suas experiências precisas. O sentimento que me despertam as narrativas desse outro não pode deixar que eu perca o ponto de equilíbrio, o meu lugar fora do sofredor ao elaborar minhas compreensões e ao penetrar no íntimo do autor para, num ato ético, dar a forma estética que esse trabalho exige.

O autor inicia sua carta com uma saudação, demonstrando que reconhece a formalidade da modalidade textual “carta”, quanto a que se faz presente como necessária no contato com pessoas que ocupam cargos altos de acordo com a hierarquia social. Apresenta-se e, orgulhosamente, diz que é pai de família e honesto, deixando clara a importância desses valores – a família e a honestidade. Logo em seguida nos dá a dimensão de sua situação de desempregado, sem ter carteira de trabalho assinada, e de seu espaço/lugar de atuação como trabalhador rural. A finalidade de sua iniciativa, segundo ele, é apelar para a sociedade política, pedindo ajuda para que seja feita uma reparação jurídica na forma injusta como foi tratado pelo patrão. Como esse trabalhador não tinha vínculo trabalhista legal, o patrão não lhe paga qualquer indenização ao dispensá-lo. O trabalhador fica, assim, desamparado,

inclusive pelo Estado, chegando à degradação humana, desvalorizando a sua condição de homem/pai/líder de família. Sua fala de denúncia sobre a falta de confiança no sindicato indica a suspeição que tem de que este defende mais os interesses dos donos da terra do que os empregados que deveria representar.

A potência desta voz que expressa a situação de humilhação que homens e mulheres vivem diante de seus familiares representa a multiplicidade de trabalhadores brasileiros, seja do campo ou da cidade, que sofrem com isso frequentemente. Esta fala denuncia a forma precária da contratação de mão de obra, principalmente para atividades do campo, ainda muito frequente na atualidade. Vários trabalhos de pesquisa²⁹ denunciam o quanto ainda há que se lutar para mudar as relações de trabalho no Brasil, no sentido de um maior equilíbrio trabalhadores-patrões³⁰. Neste sentido, procuro ser coerente com minha trajetória e convicções, comprometida com a luta por uma vida digna e justa para todos, na leitura que faço dessas escritas epistolares.

E todos esses valores que concluem a imagem dele, eu os hauri do excedente da minha visão, da minha vontade e do meu sentimento. Cumpre ter em vista que os elementos de compenetração e acabamento não se sucedem cronologicamente; insistimos na diferenciação de sentidos entre eles, embora eles estejam intimamente entrelaçados e se fundem no vivenciamento ativo. Em uma obra literária cada palavra tem em vista ambos os elementos, exerce função dupla: orienta a compenetração e lhe dá acabamento, mas esse ou aquele elemento pode predominar. (BAKHTIN, 2011, p. 25)

De acordo com Bakhtin a palavra é um elemento que orienta a compenetração, o que o autor quer marcar, penetrando fundo no leitor, persuadindo e dando o acabamento, a forma do texto que expresse o assunto que quer comunicar. Encontro esses elementos nas cartas. Embora o texto traga marcas de pouca escolaridade, de uso precário da escrita, revelado pela forma como se expressa, pelo seu acabamento, não faltam nele argumentos de convencimento, com os quais o autor procura sensibilizar os legisladores, a partir de suas carências na condição de vida e da injustiça que percebe nelas, e aponta a necessidade de o Brasil ter leis trabalhistas que apoiem os trabalhadores rurais.

A carta está carregada de elementos que denunciam uma situação do mundo do trabalho que vem mudando muito a partir da Constituição de 1988, embora ainda

²⁹ Cf. SETÚBAL, Mariana. *Escravidão contemporânea: a permanência do trabalho escravo na agroindústria canavieira de Campos dos Goytacazes*; NOVAES, Beto. Coordenador da pesquisa *Trabalho na Agroindústria da Cana*, que denuncia a realidade dos lavradores da zona canavieira.

³⁰ Infelizmente, a PL 4.330/2004, já aprovada na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, parece indicar que o país caminha, hoje, na direção contrária.

insuficientemente. E isso pode ser compreendido como resultado de lutas históricas de sindicatos, de associações, de sujeitos individuais, como o autor da carta, ou de grupos que lutam por direitos humanos. A memória individual, que é também coletiva, fortalece a luta pelo direito de ser reconhecido como trabalhador, lutando contra a forma de trabalho que subjuga o outro na condição de escravo na sociedade contemporânea.

Outro aspecto dessa carta que destaco é a relação que belissimamente Chauí estabelece entre memória e trabalho, a partir do estudo de Bosi, reconduzindo a memória à dimensão de *trabalho* (CHAUÍ in BOSI, 2012, p. 20), o que sem dúvida custou, como *trabalho*, ao autor, talvez mais do que a atividade produtiva que desempenha e da qual foi privado.

A fim de apresentar um pouco mais o acervo de cartas e poder expor alguns elementos das escritas que venho explorando, e o modo como o venho fazendo, escolhi, em seguida, apresentar uma carta escrita por uma mulher.

4.2.2 Carta 2 — A organização da luta católica

DE F. F. F. F.

São José da Figueira 20/06/86

Prezado amigo, Exm

LEITOR : 412

SEAP : 92787-2
ASSUNTO: 412 DESTINO: 410

A Paz de Cristo, na pessoa do irmão!

Reconhecendo em V. Excia um Homem de fé e muito ideal Cristão, peço-o alguns momentos para ouvir-me através destas simples linhas que estou escrevendo

Sou de uma cidade Mineira por nome de Mandumirim, nasci e me criei nesta comunidade de São José da Figueira. Hoje sou casado tendo 2 filhas menores, e vivemos na roça como parceiros. Adoro minha religião que é a Católica Verdadeira. Seguindo a Igreja de Jesus Cristo agente tem muita oportunidade de sentir, participar e descobrir os sofrimentos deste povo Brasileiro que muito esperam de V. Excia.

Vêja bem; todas as semanas agente se reúne em grupos para refletir o Evangelho, a vida em comunidade, enfim sobre o mundo de hoje com as realidades atuais.

Permita-me dizer aqui e agora, o que desejo: Olha, a Igreja no Brasil está lutando em favor do pobre e do lavrador. Refletindo estudando e debatendo sobre Constituinte e Reforma Agrária

na qual também pertence o pobre e o lavrador em modo a escrever esta afim de dar algumas ideias e fazer-lhe alguns pedidos, que são os pensamentos do povo Brasileiro, principalmente da Igreja de Jesus Cristo. Agente percebe a todo momento que a situação não anda boa para o povo da Zona Rural, apesar de já existir alguma coisa boa, e muitas proptas para melhorar. Ex. agente não tem escola suficiente para os filhos, esse sempre tem trabalho para todos por falta de terra, enfim, o alto custo dos materiais necessários como roupa, calçado, medicamentos, etc. após congelamento há falta de fiscalização etc. etc. etc.

Como Brasileiro sei que tenho o direito de lutar, fazer minhas reclamações para que haja melhores condições de vida para o trabalhador rural.

Nós que somos a igreja, queremos quanto a Assembleia Nacional Constituinte o seguintes:

- 1º leis que favoreçam a todos respeitando a dignidade de cada ser humano feito a imagem de Deus,
- 2º Castigo para os que erram desrespeitando as leis e os seres humanos sobre

tudo, os assassinos (anônimos) que existem por aqui e acolá,

- 3º Promoção à vida em todos os aspectos
- 4º liberdade para os promotores da paz da justiça e da fraternidade
- 5º Censura crítica para todos os meios de Comunicação Social, principalmente música e T.V.
- 6º luta contra a violência.

Quanto a Reforma Agrária Queremos que:

- 1º Haja distribuição das terras improdutivas
- 2º Reforma de acordo com os pequenos
- 3º Limitação da propriedade da terra
- 4º Fiscalização das terras distribuídas
- 5º Crédito financeiro de 5 anos (mínimo)
- 6º Fazer a terra desempenhar sua função
- 7º Melhor segurança para o trabalhador rural
- 8º Criar associações sindicais pelos pequenos
- 9º Assentamento dos sem terra em sua própria região
- 10º Concretização da Reforma Agrária

Tenho muito muito mais a lhe dizer, talvez um abe completo em ideias e reclamações.

Contiando na pessoa de V. Excia, e esperando

Que os ideais propostos sejam concretizados finalizo esta simples Cartinha em nome de toda minha Comunidade de S. José, que sofre os mesmos problemas que eu, e unidos sonhamos com dias melhores e esperamos que com a ajuda de Deus e a proteção do Espírito Santo V. Excia possa continuar sempre lutando para que os Brasileiros possam encontrar o verdadeiro caminho da libertação.

Exmo Sr. Presidente, Quando falei em escrever para V. Excia, muitas pessoas me disseram que era brágame, e porque sou pobre e moro na roça V. Excia não iria mesmo nem ler a minha singela Cartinha. Por isso, confiando e admirando esta maravilhosa pessoa que muito bem tem feito pelo nosso Brasil, peço-o uma resposta por escrita na qual provará a estas pessoas que sendo o Chefe da Nação V. Excia não deixa de ser pessoa Humana e com um coração bondoso e humilde capaz de ouvir-me e responder-me. Para mim será motivo de maior alegria ao receber a resposta desta que foi escrita com muito amor, apesar dos erros.

O que sentimos na pele escrevi neste papel, e esperamos que dias melhores poderão surgir pela frente.

Neoracy Alves Freitas
Desculpe os erros - Um abraço - Até a próxima se Deus quiser

Ao ler a carta de Neoracy, consigo ver que “Havia sabedoria, havia graça em seu discurso, não mágoa, nem tampouco raiva. Era como se a verdade de que se achavam infundidas as suas palavras desse a ‘ela’ com que falava. ‘Ela’ dizia do problema com tranquilidade de quem conhecia sua razão de ser.” (FREIRE, 1999, p. 128). O sentido da fé religiosa talvez tenha contribuído para que Neoracy conduzisse o seu texto de forma tranquila, e que expressasse também a possibilidade de diálogo, ao organizar suas ideias utilizando palavras e termos sem tom de revolta.

Lendo essas duas primeiras cartas selecionadas, percebe-se um elemento comum entre esses sujeitos – origens e o lugar de onde falam: a área rural. Porém, as questões que os mobilizam e fazem com que eles escrevam são diferentes. Nessa segunda carta, o valor

atribuído à religiosidade é muito forte. A leitura que a autora faz do seu tempo histórico a partir do cotidiano evidencia sua participação na ação social da igreja, empenhada, naquele momento, em aclarar os fiéis sobre os sentidos e possibilidades de uma nova Constituição. Ela se propõe, no exercício da cidadania, a interpretar a realidade de uma forma própria, o que se revela nos comentários que faz sobre situações que a afligem, a partir de suas experiências.

Faz um inventário de necessidades. Recupera a importância da organização e luta da igreja católica na emancipação social das pessoas. Relata que participa de encontros semanais para refletir sobre o evangelho, a vida em comunidade, enfim sobre o mundo “de hoje”³¹ com suas realidades. Na sua escrita, encontramos a marca de um sujeito que sabe o seu lugar e tem consciência da sua importância no mundo. Exercício pleno de cidadania.

Ao escrever, a autora ainda narra o momento histórico da sociedade brasileira na época. Relata a importância do comprometimento da igreja católica na luta em favor dos pobres e dos lavradores, momento de consolidação das pastorais e da teologia da libertação, linha que politiza ações da igreja, enfatizando os direitos do homem à vida digna e justa para todos. Deixa antever em seus registros que participa, naquele momento, dos debates sobre a Constituição e a reforma agrária. Apresenta as principais reivindicações a partir da necessidade dos que vivem no campo; a defesa da ampliação da educação para alcançar a população da área rural; a necessidade de oferta de trabalho e de controle do custo de vida — alto, segundo ela. Apresenta, em seguida, uma relação de sugestões, que classifica como *reclamações*.

Outro aspecto que chama atenção nessa carta é quanto ao sonho e à esperança de mudança que o processo constituinte alimentava, dando ânimo para enfrentar a vida com as adversidades do cotidiano. A partir de sua narrativa, registra o papel de formação política que a igreja católica desempenhou naquele período. Líderes da igreja, na época, assumem e criam espaços de formação em todos os níveis, em todas as frentes. Nessa carta pode-se perceber a importância desse espaço.


Nessa escrita, encontro também elementos que não só expressam, mas tomam o significado da participação política numa sociedade democrática, período em que o povo brasileiro experimentava um sentimento que há mais de 20 anos fora banido do seio da nação brasileira. No próprio movimento, a atitude desses sujeitos materializa-se na criação de suas epístolas, significando a possibilidade de ver nesse espaço um lugar de participação, contribuindo com suas ideias desse seu lugar no mundo.

³¹ Cabe lembrar que a carta já tem hoje quase 30 anos.

A investigação assume a necessidade de, ao se debruçar sobre vários aspectos reunidos no que se concebe como *subjetividade*, compreender expressões escritas de cidadãos, em uma dada situação histórica, inspirada na teoria da complexidade, que busca captar não apenas o conjunto de elementos e situações que compõem o fenômeno social em questão, mas, especialmente, compreendê-lo no contexto em que foi produzido e que contribui para que possamos lhe atribuir sentidos.

Por último, nesse momento, é gratificante perceber como a escrita dessa mulher, da forma como se apresenta na carta, é capaz de comunicar e contagiar o leitor. Ao transmitir suas ideias, situa o leitor sobre de onde “fala” e de forma solidária assina em nome de toda sua comunidade, levando à compreensão de que o processo por ela vivido traduz pensamentos de um coletivo estruturado e orgânico.

4.2.3 Carta 3 — Algumas contradições em suas leituras de mundo



Senhor 15 de Janeiro de 1886.
 Excmo Sr. Dr. Afonso Arina, meu digno Juiz e
 Professor a cátedra, da Faculdade do Rio de Janeiro, e
 diretor da Comissão de estudos da nova Constituição etc.
 Acesso-lhe que recebo para amavel e delicada carta em que
 a tendo a minha pequena e humilde contribuição na refe-
 rida Carta, da nova constituição, da nossa patria brasileira. Prezado
 Sr. Afonso Arina, e com grande satisfação que a que a certo o
 magnifico convite a oferecer os meus registos; agradeço-lhe de
 coração a sua generosa attenção para comigo a chei que um homem
 com a senhoria de tão alto nivel intelectual não fizesse caso
 de gente tão simples e humilde como eu, agradeço-lhe muito
 Rogo ao Senhor nosso Deus, dos Céus e da Terra, que - ele nos guie, mais
 a inteligência dos altos Céus e bem como a todos os santos, em carregar
 de tão grande responsabilidade, e que venha presenciar todos os
 casos que haviam na velha republica. Prezado Sr. Afonso Arina
 a que envio os meus livros, porém talvez estes registos; não são
 e são serão consideradas como tais, porém poderei já haver em
 do sugeridas por outros, antes de mim, com mais rico de
 e por isso, mais abilitado, mais preparado de que eu, pois eu sou
 primario. Aqui segue o meus livros para serem a precioso de por
 nível. (1) Que o novo governo seja Providencia limpa e não
 parlamen ta vista nada disto e que este é o melhor e o unico legitimo
 para nós e elegante e eficaz. (2) Que continue dando prioridade a
 reforma agraria, iniciando pelos terrenos devolutos, seguidos pelos que
 são improductivos, mesmo sendo se particular, e ainda forçando uma
 legislação nos termos de pratica e não quanto a quantidade que conta
 nel escrituras e na realidade. (3) Que umanho e não na Cidade de
 1886 a 1887

3a) Quanto os reservas dos índios. Exigido por eles não são
 bens úteis por quanto a terra, para os índios, não é uma grande
 reserva de terra para poucas famílias de índios que
 na realidade nada produzem, deixando muitos agricultores
 sem nada, e que estes índios devem receber o ante-
 ção para o Povo brasileiro igual - mas os brancos
 pelos órgãos com patentes, tendo em vista que os índios,
 queixam-se não a integração, e é iminente e precendencial,
 e imperiosa por quanto estão sendo apertados pelos agricul-
 tores que estão se aproximando deles, e eles não pode viverem
 eternamente de caça e pesca, na vida primitiva pois na
 as reservas a caça desaparece em pouco tempo tanto por
 eles usarem como pelos moradores brancos pela necessidade
 que é de imediato. Conseqüente-mente, o governo deve
 levar-lo até ele todo tipo de assistência técnica para
 eles se prepararem para ajudar no progresso da produção pro-
 duzindo, por quanto eles são gente também e se pudessem
 tanto capazes de concorre com os brancos ai sem nos deter-
 minar um país equilibrado, por quanto os terras cedidas a
 aos índios são na verdade os melhores terras férteis e
 boa colocação, assim sendo nós temos certeza não precisa-
 mos mais de importá-lo de outros países. Gêneros de 12 ne-
 cessidade sendo que o nosso país é auto suficiente para o man-
 tido o seu povo e ainda exportá-lo o excedente. 4a) Como
 por exemplo repartir terra só não é o suficiente, muitos
 precisam da terra para trabalhar, foram muitos não têm condições
 de trabalhar o 1o ano, o governo de criar um sistema de
 apóio para que seja o primeiro ano de trabalho para a
 família que não tem uma espécie de impropriedade apenas
 o primeiro ano e aqueles que não são capazes de produzirem
 a terra será entregue a outro, por que alguns querem terra
 para especulação, e nada de governo se fixa-lo.

50

Handwritten signature

Itaco Sobre o problema de greve a posar de lei regula-
 mentares neste sentido. Parece isto ser logo como negatvo
 tendo em vista a gravidade tanto de um lado como do outro
 e uma demonstração de que repete no governo diretamente
 e traz reflexos extremamente negativos, pois deixa todo povo a
 to o proprio governo em suspença e neste periodo tudo para
 não há produtividade e agora em pergunta quem é que perde
 quem é? É proprio país, o povo em geral. Por tanto na nove
 constituição a lei de greve deve ser apagada, é um alívio
 para todo mundo e com isso todos nós saímos vitoriosos.
 É ser um país respeitado e a to elogiado, mesmo com a
 liberdade que temos parem a liberdade só para o que for bom
 trabalho e prosperidade, não vamos confundir isto como sinoni-
 mo de totalitarismo não é defato prejudicial greve, greve é
 sinônimo de totalitarismo desobediência, os auto ridade.
 Portanto cabe as autoridades competentes nomear uma co-
 missão de alto nível, para solucionar qualquer problema que venha
 a ser criar clima de agitação, como por exemplo o aumento
 de impostos para todos é uma resolução dentro deste princípio
 e outros mecanismos que se faça necessário sem ser preciso
 de fragação de greve em nenhum setor sempre deve existir
 uma comissão pronta para entrar em ação no Exato momento
 onde surgir qual que desentendimento para ser preciso atende
 nos meios de comunicação por que o governo já o sub cargo
 bem seus auxiliares diretos com os seus meios e conjuntos problemas
 estão este problema de estar na competência uma determi-
 nada Comissão para específica. Não esquecer a Educação saúde
 o Extinção de um posto se renda na fonte dos que vivem so

O autor inicia sua longuíssima carta com a saudação comum à escrita epistolar. Apresenta a cidade em que vive no momento em que escreve e a data, identificando o tempo, e a forma de tratar o destinatário, - no caso um jurista importante, Afonso Arinos, estudioso do campo jurídico do Brasil. Manifesta sua alegria por ter recebido resposta de pessoa tão ilustre, ao mesmo tempo em que expressa também sua compreensão sobre a importância das pessoas de maior escolaridade, talvez, principalmente, aquelas formadas no campo jurídico, “se colocando como um Outro, constituído como um ser intrinsecamente desqualificado [...]. A produção da alteridade colonial, como espaço de inferioridade [...] A descoberta do Outro no contexto colonial envolveu a produção ou reconfiguração de relações de subalternidade” (SANTOS, 2005, p. 28). Destacando a importância da formação como componente imprescindível para caracterizar o grau de intelectualidade, deixa transparecer na escrita que gente simples e humilde está em nível mais baixo em relação ao que considera *intelectualidade*.

Sobre esta questão, evoco de Paulo Freire (1999, p. 48) uma passagem emblemática que viveu e relatou em seus trabalhos, e que apresento a seguir:

“Muito bem”, disse em resposta à intervenção do camponês. “Aceito que eu sei e vocês não sabem. De qualquer forma, gostaria de lhe propor um jogo que, para funcionar bem, exige de nós absoluta lealdade. Vou dividir o quadro negro em dois pedaços, em que irei registrando, do meu lado e do lado de vocês os gols que faremos, eu em vocês; vocês em mim. O jogo consiste em cada um perguntar algo ao outro. [...]”

Primeira pergunta:

Que significa a maiêutica socrática?

Gargalhada geral e eu registrei o meu primeiro gol.

Agora cabe a vocês fazer a pergunta a mim – disse.

Houve uns cochichos e um deles lançou a questão:

Que é curva de nível?

Não soube responder. Registrei um a um. [...]

Assim, sucessivamente, até chegarmos a dez a dez.

Ao me despedir deles lhes fiz uma sugestão: Pensem no que houve esta tarde aqui.

Vocês começaram discutindo muito bem comigo. Em certo momento ficaram

silenciosos e disseram que só eu poderia falar porque só eu sabia e vocês não.

Fizemos um jogo sobre saberes e empatamos dez a dez. Eu sabia dez coisas que vocês não sabiam e vocês sabiam dez coisas que eu não sabia. Pensem sobre isto.

Nesta passagem, Freire alerta sobre o sentimento de inferioridade que pode dificultar a participação. Reconhecer e valorizar o saber do outro foi a atitude do educador, e foi o sentimento expresso por João Leite de Matos, o autor da carta, agradecendo a Afonso Arinos. Fica subentendido que enviou carta anterior, e que obteve resposta do jurista, estimulando assim sua participação. Apesar de não ter acesso às cartas anteriores, percebo que nessa o

autor expressa que, ao receber a resposta do jurista sentiu-se valorizado e percebeu a importância de continuar participando.

Outro aspecto que destaco dessa carta é o discurso religioso, ao expressar que acredita na capacidade divina para inspirar as autoridades a escreverem a Constituição, nesse processo instituído. De certa maneira o espírito religioso está presente nos grandes eventos políticos, do esporte, das artes, da vida cotidiana de um modo geral. É comum nos depararmos com expressões que possibilitam ver atribuição de valor à presença dessa ideia.

Destaco o sentimento desse autor que potencializou a sua participação nesse processo ao expressar *Aqui seguem meus desejos*, que nas linhas seguintes seguiriam mais do que sugestões, mas aspirações, expectativas diante da nova Constituição, de que esta permitiria alcançar um Brasil melhor. A partir de então, inicia sua relação de *fracas, porém talvez úteis sugestões*. O autor diz que enviaria do seu modo, mesmo sabendo que suas sugestões poderiam estar escritas por pessoas com mais habilidade e mais preparadas. Mais uma vez, deixa nas entrelinhas a expressão de que o lugar do homem comum, de pouca escolaridade, seja menos qualificado para participar de um processo dessa natureza.

Por último, gostaria de destacar que nessa carta estão expressas sugestões que foram e ainda são bastante debatidas, por se tratarem de visões que representam o ideário colonizador:

a) o olhar sobre os povos indígenas, não os reconhecendo como população natural que habitava o Brasil antes mesmo da colonização, e que resistiu a todo o processo de subalternização. São, portanto, povos que possuem língua, costumes e cultura próprios. Como tal, lutam para preservar história e a memória, se reinventando como produtores de história. Em seu texto, aponta a necessidade de incluir os índios na cadeia produtiva do capitalismo, ao apontar a necessidade de dar cursos para qualificar – *não pode viver de caça e pesca* – desconhecendo-os como uma nação com forma de ver e estar no mundo diferente à dos povos brancos, e que, portanto, é necessário haver diálogos para além da ideia de n um se sobrepusesse a outro;

b) o outro ponto de vista que deixa expresso entre as sugestões é a relação com a ideia daqueles que defendem uma *ordem*, e, portanto, que os movimentos grevistas representariam a desordem de uma nação. Sugere que se acabe com a lei de greve, que o governo não deixe acontecer tumultos e que haja comissão para negociar, sem deixar ocorrer a paralisação.

Nessa carta destaco, portanto, algumas das contradições que estiveram e estão presentes nos movimentos sociais, que fazem parte dos movimentos humanos.

4.2.4 Cartas 4 e 5 – Pautando reivindicações

Carta 4

- DÍVIDA EXTERNA * bebida
 - HABITACAL álcool
 - ?
 - salário ^{afirma} 04.02.549

Perfeito, 22 de junho de 1987

Ideias para o governo Federal estudar e aprovar.

(1º) acabar com a dívida Externa que está tirando o pão da boca dos trabalhadores brasileiros e dos pobres que estão desempregados.

(2º) Valorizar o dinheiro brasileiro na medida que o trabalhador e salariado possa comprar sua casa e se sustentar com a sua família

(3º) Proibir vendas de arma em todo Brasil para gente que não ^{seja} polícia, diminuir 80% a produção de todo tipo de bebidas alcoólicas ~~exceto~~ cachaca, serveja, conhaque e outras bebidas que atrapalham o raciocínio do homem.

(4º) transferir a fabricação de 80% tanto de cachaca como de arma de fogo para construir casas e dar alimentações, meninos de ruas até que eles estudem e ~~trabalhem~~ ^{trabalhem} Vire

Proibir severamente aos altos Salários de jogador de futebol e de todos outros que se diz ser grandes Profissionais, quais quer tipo de profissional de qualquer tipo de trabalho - isto é, o presidente de uma empresa não deve ganhar mais do que 2 salários de um trabalhador braçal, isto os setores de trabalho devem considerar todos os homens gastam a mesma energia tanto mental como física o desgaste e mais ou menos iguais, porque ~~um~~ um homem tem o ~~de~~ direito ganhar por dezentes homens e as vezes até mais, isto é uma grande injustiça por parte do governo Federal todos estes grandes Salários deveriam ser divididos com pequena desigualdade, então iria sobra muitos bilhões de cruzados para empregar milhões de brasileiros que estão desempregados, e passando fome, muito são obrigado robar para não morrer de fome.

0400543

Atenção

O trabalhador fazende greve está igual sego pedindo es mola a magalando, o malando bota um cruzado no prato e tira dois cruzados sego fica sem nada

O Brasil, está igual um reservatório d'água, entra 40% de água de um lado, que são o que o trabalhador produz, e o governo está tirando 80% de água do outro lado, que é a dívida externa, causa o governo continue fazendo esta misera o nosso grande reservatório d'água vai secar e nós como os peixes vamos morrer de sede e de fome, os gringos ficando milionários, os custos dos Brasileiro escorvo pelo o governo brasileiro que não respeita o seu povo não adianta nada o trabalhador fazer greve para pegar aumento, porque as firmas dão um cruzado de aumento e o governo tira dois nos aumentos de tudo

O governo tem por obrigação de acabar rapidamente com a dívida externa para poder assumir responsabilidade de governo honesto, com o povo brasileiro, e não ficar tirando o pão da boca dos pobres para mandar para os estrangeiros e enganando o povo, principalmente, os trabalhadores e os pobres desempregados que estão sem chance de arranjar emprego nas grandes firmas porque este governo que está aí só pensa em tirar o pão da boca do pobre para mandar para os gringos e ficar inventando leis e desmanchando leis como se fosse uma banca de jogo de ladrão, do jeito que o governo está planejando vai dar tudo errado ou seja vai dar Tebra com certeza contra os pobres

Carta 5

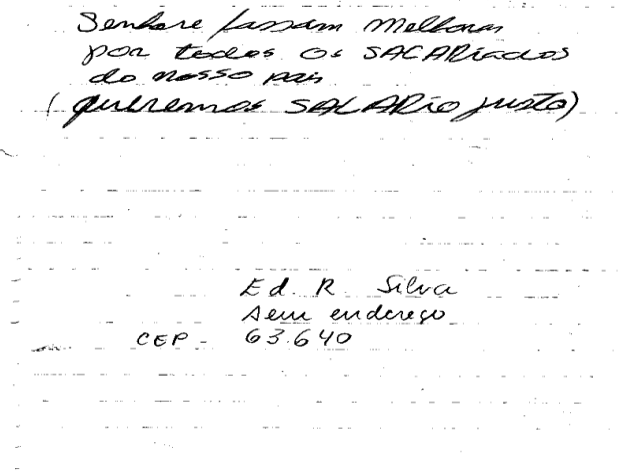
- APO JUNTADO

KIA 400550

Independencia, 22 de 87

Gostaria de pedir os
 Saes constituinte que o llore
 pelo o direito dos velhinhos
 a pensão de todo nosso
 País tanto os do rural
 como os do INPS.

Os quais recebem meio salário
 mínimo (rural) INPS (95)%
 espero que estas reivindicações
 sejam até aos Saes
 constituinte e as mesmo
 façam cam que, o sa presentando
 do nosso País tenham dias melhor
 (Cader) em nome de todos
 os aposentados
 pedimos melhor salarial.



Destaco inicialmente que a forma de escrever as cartas desses autores é diferente das anteriores. Fazem um texto direto, sem cumprimentar e sem identificar o destinatário; também não escreveram o nome por extenso, e o último, apenas — Edu — utilizando abreviatura do nome, alerta-nos escrever "em nome de todos os aposentados". A primeira nos deixa sem saber se um homem ou uma mulher foi o redator da carta.

O foco das sugestões centrou-se sobre a melhoria de distribuição de renda, e destacou a concentração de renda como um problema que fortalece o crescimento da desigualdade na sociedade. Na esteira desse raciocínio o autor vê a pobreza como produção humana, e não como situação natural.

Dessa forma, ao sinalizar suas sugestões, apresenta sua compreensão de mundo e de política, bem como seu projeto de sociedade, em um texto impregnado de ideologia. “Por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras [...] ou outras formas sígnicas” (VOLOSHINO, 1997, p. 107).

Um texto discursivo que apresenta sugestões baseadas em suas compreensões do que ocorre na sociedade deixando transparecer pela escrita que rejeita o projeto de uma sociedade capitalista. Questiona o por quê dos “salários mais baixos para o trabalhador braçal” se todos os homens gastam a mesma energia para realizá-los. Farei uma aproximação dessa passagem com o questionamento de Menocchio (GINZBURG, 1987p, 64) “O papa é um homem como nós, com a diferença de que tem poder [...] A essa construção colossal baseada na exploração dos pobres, Menocchio contrapõe uma religião bem diferente, em que todos são iguais...”. O

missivista de maneira categórica coloca em cheque o ideário do capitalismo que tem no trabalho braçal a coisificação do ser humano e o projeto de sociedade dividida em classes. O seu pensamento é o de que todo trabalho é digno e importante para a sociedade, e desta maneira não vê diferenças que justifiquem a hierarquização entre tipos de trabalhos e as imensas disparidades salariais a que dão origem.

Em sua fala, há mais um aspecto relevante que fez eco com os grandes debates do período da Constituinte, e ainda presente em nossa sociedade, quase 30 anos depois: a luta por instituir um Estado de direito, e o reconhecimento da única instituição capaz de garantir o tratamento igual a todos os cidadãos, independente de formação, credo, cor, raça e idade, ao dizer “grande injustiça do governo federal, todos esses grandes salários deveriam ser divididos”. Ao fazer sua proposta desta natureza para a Constituição, reconhece a importância de uma legislação que possa garantir direitos, e conclui com o que, na opinião dele, se ganharia com esta ação: “sobraria bilhões de dinheiro para empregar mais trabalhadores”. A concepção de sociedade expressa nesta carta vai na contramão do projeto hegemônico capitalista que estava e está em curso no Brasil, apesar de muita luta e resistência.

Outro aspecto dessa carta que me chamou a atenção foi o tom de denúncia que o autor faz quando escreve “acabar com a dívida externa [...] parar de mandar dinheiro pra fora”. Esta temática foi e ainda é importante bandeira de luta dos brasileiros e dos países da América Latina.

Esse missivista reuniu em sua carta questões pungentes no tocante a uma política de macro e micro estruturas, quando trata da dívida externa e do salário que afeta diretamente a vida da população. Ao escrever que “gostaria que olhasse para os velhinhos aposentados de todo o nosso país tanto os do Funrural como os do INPS, os quais recebem 50% do salário e do INPS 95% [...] em nome dos aposentados pedimos melhores salários”, apresenta parte da agenda de luta modificada na Constituição de 1988, o que significou um ganho para os trabalhadores brasileiros.

Martins (2000, p.132), em relação a isso, afirmou que:

É no âmbito local que a história é vivida e é onde, pois, tem sentido para o sujeito da história. Entre o homem comum e a História que ele faz há um abismo imenso de sua alienação, de sua impotência diante das forças que ele próprio desencadeia quando, querendo ou não, junta a força da sua ação à práxis coletiva que cria o novo ou conserva o velho. [...] Por essas mediações a compreensão da História se enriquece, mas se enriquece também a consciência histórica de quem age na esperança de dar sentido ao seu destino no destino do gênero humano.”

Este fragmento de texto elucidada que o autor denomina de sugestões, parte constitutiva de sua compreensão do que poderia mudar para melhorar a vida dos trabalhadores, e nesse sentido sua voz se une à de milhares. Nesta dimensão da práxis, o agir e o pensar cidadão vão atuando no processo de fazer a história.

Ao fazer o pedido “senhores façam melhor por todos os assalariados desse país (queremos salário justo)”, o autor se identifica como assalariado, o que expressa, de acordo com Martins (2000, p.132):

[...] cotidiano não meramente o residual, como pensavam os filósofos, mas sim a mediação que edifica as grandes construções históricas, que levam adiante a humanização do homem. A História é vivida e, primeira instância, decifrada no cotidiano.

Nesse momento é seu lugar no mundo, o cotidiano, que conduz seus desejos, seus sonhos, traduzidos em parte nas sugestões que apresentou.

Dessa forma, ainda com Martins (2000, p. 132), percebemos que:

A história local é a história da particularidade, embora ela se determine pelos componentes universais da História, pelos processos mais amplos e significativos. [...] A história local é certamente o momento da história, mas momento no sentido de expressão particular e localizada das contradições históricas.

Não podemos deixar de assinalar que os sentidos e significados que atribuí às sugestões do autor pertenceu a um tempo histórico, de autoria desse sujeito que escreve, mergulhadas nas particularidades e contradições da vida humana.

Outro aspecto em que a leitura desta carta me fez pensar foi perceber na escrita do autor a sua vontade de participar do processo, deixando pontuado em seu texto a luta contra a visão de homem como mercadoria. Encerrando essa ideia, Martins (2000, p. 164) me ajuda ao afirmar que:

Todo ato de luta contra a pobreza, contra a exploração de quem trabalha, contra a privação de vida e dignidade, é um ato em favor da mudança na vida, é um ato revolucionário. De modo que o novo e a inovação se põem diante de cada um de nós de diferentes modos e sob diferentes temas.

Neste sentido, vejo que há muito do pensamento de um revolucionário nessa carta.

4.2.5 Cartas 6 e 7 — Uma leitura de mundo repleto de coragem — Geraldo e suas duas cartas

Carta 6

Geraldo Fernandes Lotrim
Rua 5, setor Pedreira
Selvânia - GO 76.880

REITO DO
TRABALHO

0400643

Selvânia 1º de Agosto 87

Excelentíssima Senhora da
Constituinte

Escrevo esta carta a fim de
dizer o que estou passando
tenho 6 filhos despara de 7
Trabalho com grande produtor
de Semente de Soja a 5 Cms
diarista Brassal nas Colheita
Deste ana tarva pagando
420 cento e vinte Cruzado
por dia das 7:30 hora as 21ho
ra pasou a Colheita Baxou
para 700 Cruzado por dia
das 7 hora e 30 1/2 min as 7 1/2 hora
di segunda a Sabado
o nome ten firma no
Rio Grande do Sul de
Semente para
So aqui em Goias tem 7
fazendi de soja
tem moto grasso parana
Sequi ao lado

Ele pegou a minha carteira
 para assinar mais o
 quarenta ficou com ela 75 dia
 precisei da carteira em
 entregou sem estar assinada
 A três anos atrás
 A linars a carteira no
 período de novembro a
 07 de julho 85 8 meses
 deu baxa na carteira
 mais não pagou os direitos
 e sempre trabalhando
 nas plantas e nas colheitas
 Dia de Domingo e feriado
 trabalhando, recebendo
 o qual dia normal
 a quem exigias mais não
 paga I.C.P.S. férias
 Salário família
 nem décimo 3º salário
 na esperança de ter
 uma solução
 Atencionalmente
 Geraldo G. Cotrim

Carta 7

Direito do TRAFUGO

Selvania 27 de Agosto 87

0400649

Excelentissimo Senhor da
Constituinte

Escreva esta a fim de fazer
uma pergunta e a pergunta
é de Geraldo Fernandes Botrim
trabalha numa firma a 5 anos
como Director Geral Sen Sr
de Carteira a cinada e a minha
esposa a Duas ^{Cois} menina gemina
porisso pergunto se teve de
Carteira a cinada se tenha o
Direito a 2 Salario de Familia?

Com as Duas menina inteiro
e (oito) filho e não tenho
Salario de Familia nas Leis
na Dec. mo 3º Salario não tenho
a ajuda de custo e os dia que
eu fui para tirar a mulher do
Hospital e Registrar as meninas
Descontaria tudo quando trabalho
vere as lado

Só paga os dias trabalhados não paga
Domingo nem feriado

O nome da Yurma
Semente pampa LTDA
O nome do produtor
J Na moñi Silveira Moura
Endereço Rod. 90-13-KM 68 (Fone
332-7274) Silvânia Goiás

Na esperança da Resposta
Atino-me
Geraldos Fernandes Cotrim

Geraldos Fernandes Cotrim
Rua 5, setor Pedrinha
Silvânia - GO
76.880

Martins (2000, p. 61) ajuda-me à leitura destas cartas, ao afirmar que "[...] os significados são reinventados continuamente em vez de serem continuamente copiados [...]". Auxilia-me a diferenciar as cartas que leio em suas singularidades, percebendo a particularidade expressa por cada um dos autores. Percebo, também, que as cartas

apresentaram questões relacionadas ao mundo do trabalho, porque era, na ocasião, e ainda é, um problema enfrentado no Brasil.

Ao ler essas cartas identifiquei que o Sr. Geraldo fora autor de duas cartas, com a diferença de 20 dias da primeira para a segunda. Identifiquei pelo assunto e, antes de chegar ao final, confirmei pelas informações da cidade e assinatura. Por isso decidi trazer as duas para esta tese. No momento em que escreve a primeira carta, a esposa ainda não tinha ganhado o bebê, portanto, não sabia que se tratava de duas filhas gêmeas, que quando nascem o levam a sentir sua situação mais agravada, quando então escreve a segunda, retificando o número de filhos, que seriam oito e não sete.

A vida que esse missivista narra é feita de muita dureza, mas de esperança. Ao escrever a segunda, logo em seguida à primeira, deixa expresso que possui consciência de que sua condição de trabalho não era correta, e que encontrava naquele momento a possibilidade de reverter a situação narrada. Não percebi nenhum sentimento de decepção, ou revolta, mas força para se colocar e exigir direitos.

Esta história trouxe à tona a memória de uma resposta dada a um jornalista, pelo General Figueiredo, quando Presidente da República de 1979 a 1985, ao ser indagado sobre o que faria se ganhasse um salário mínimo. Disse ele: “Se ganhasse salário mínimo, eu dava um tiro no coco³².” A postura do presidente nada tem de semelhante a do trabalhador braçal, como o próprio se nomeia. A diferença que logo destaco entre os dois é o desequilíbrio de um presidente frente a uma possível situação social difícil; a outra é que o equilíbrio do trabalhador braçal o torna um homem honrado, de valor.

Ser trabalhador braçal, sem carteira assinada, funcionário de um grande empresário, que possui boa situação financeira poderia causar perturbações ao trabalhador, mas não ocorre. Ao contrário do Presidente, que ao se imaginar ganhando um salário mínimo “daria um tiro no coco”. Nesse ponto, o trabalhador parece mais preparado para enfrentar as intempéries da vida.

Outro aspecto relevante que destaco dessa carta foi o relato de sua situação, que retrata a vida de muitos trabalhadores brasileiros na época, mas ainda encontrada na atividade rural nas duas primeiras décadas do século XXI. Portanto, é um registro feito por um trabalhador que, ao narrar sua situação, traz informações do que naquele momento fazia parte da agenda política dos movimentos sindicais. Em nenhum momento comentou sobre sua trajetória

³² In: COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*: Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 256.

escolar, mas pela escrita, local de moradia em área rural, nos dá pistas de que não teve a escolaridade concluída.

Neste sentido Martins(2000, p. 133) alerta que:

É no âmbito local que a História é vivida e é onde, pois, tem sentido para o sujeito da História. [...] A História não será corretamente decifrada pelos pesquisadores se não estiver referida a esse âmbito particular que é o do sujeito e o da história local, isto é, ao modo de viver a História. Por essas mediações a compreensão da História se enriquece, mas se enriquece também a consciência histórica de quem age na esperança de dar sentido ao seu destino no destino do gênero humano.

Vejo, nessa história, um sujeito inconformado com sua situação, que demonstra resistência ao denunciar esse padrão e reivindicar seus direitos trabalhistas. Essa imposição de trabalhar de 7h às 21h não fez com que deixasse de tornar sua vida digna. Faltou ao trabalho para levar a mulher a dar à luz e para fazer o registro das filhas,. O mais importante desta atitude foi o cuidado com a família, mesmo sabendo que receberia menos, do pouco que então recebia para sustentar uma família numerosa. Nesse momento, a *esperança* se materializava, e como sujeito histórico lutava para mudar seu destino.

4.2.6 Carta 8 – expressões de nacionalidade: crítica a expressões estrangeiras

24.00497

FUTURO! ESPERO QUE A NOVA GERAÇÃO SAIBA PRESER-
VAR O BRASIL BRASILEIRO! CREIO QUE NÃO É
CRIME SER-SE UM POUCO NACIONALISTA! VAMOS DE-
FENDER, PELO MENOS, O NOSSO IDIOMA PATRIO!

NA TELEVISÃO SÓ SE VÊ PROPAGANDAS RUÍDO-
SAS E DEMORADAS DE "SPORTWEARAS", "FEELFREES", "CHO-
CO MILKS", "US-TOPS", "ALL STARS", E ASSIM ALEM! O
EXTRANGEIRISMO É TANTO, QUE MUITOS TELEESPETADORES
NEM SABEM O QUE SIGNIFICA E DO QUE SE TRATA!

ESTA CARTA É MAIS UM DESABAFO; MAS, SEM A
 CONSTITUINTE QUE, SE DEUS QUIZER VEM AÍ, FOR IN-
 CLUIDO PROTEÇÃO, PARA TANTAS OUTRAS RIQUEZAS, TAM-
 BEM PARA O NOSSO VERNACULO, PODEREI VIVER O RESTO
 DA VIDA BEM SATISFEITO E FELIZ. ME DESCULPEM PELO
 PORTUGUÊS (SOU UM EX-OPERÁRIO QUE MAL FEZ O PRIMÁRIO),
 DESCULPEM-ME PELA LETRA DE FORMA E PELOS ERRORES,
 POIS O IDOSO, ERRA E ERRA MUITO!

OBRIGADO PELA
 ATENÇÃO. TCHAU!



O autor inicia a escrita utilizando os procedimentos textuais no início da carta, local, data, se dirige ao destinatário e se apresenta: tudo dentro do padrão formal. Se autodeclara operário aposentado com 75 anos e diz não possuir o primário completo. O que despertou curiosidade para publicizar esta carta foi o assunto que mobilizou a sua escrita e a forma que o autor encontrou para expor suas ideias.

O missivista expressa com tristeza que está acontecendo algo de errado com a língua luso-brasileira, composta por elementos pertencentes à cultura desses dois povos, ao admitir a entrada de palavras e expressões anglo-americanas, presentes em nomes de produtos de empresas estrangeiras. Em sua crítica, defende que os produtos não deveriam estar escritos em inglês porque são fabricados no Brasil.

Continua apontando que esses anglicismos estão presentes nos grandes empreendimentos do tipo *Shopping Centers*, *Play Centers*, que de uma certa forma criam e introduzem elementos de uma outra cultura muito diversa da nossa. Afirma que o nosso “vernáculo” é muito rico e poderia dar conta da tradução dessas palavras. O autor chega a declarar que se sente desrespeitado diante dessa situação.

Encontro nessa carta elementos que identifico como de um sujeito que durante sua vida, apesar de não possuir escolaridade, como afirma, se apropriou da língua portuguesa de forma romantizada. Remete à chegada de outros grupos europeus no final do século XIX e

início do século XX, trazendo em sua bagagem o “galicismo”, mas afirma um movimento “inocente” que, segundo o seu comentário, não influenciou o cotidiano e a cultura de comunicação do povo brasileiro.

A ideia que o autor traz remete-me a uma reflexão sobre o significado da língua como identidade social, o que traduz mais do que identidade nacional, por ser, acima de tudo, identidade coletiva impregnada de suas origens, de sua nação. Partindo do pressuposto de que o seu discurso seja resultado entre a interação do sujeito e o mundo, nesse sentido, posso compreender suas ideias como constituintes de um movimento que, para ele, pode levar à redução da capacidade criadora e recriadora dos sujeitos ao impor à comunicação entre cidadãos brasileiros elementos culturais anglo-americanos.

Nesse texto, pela leitura das palavras, podemos capturar a extensão do espírito de participação que movimentou diversos aspectos cognitivos que fizeram parte de sua vida. O seu discurso está influenciado pelo sentido de nacionalidade de sua prática social. Sendo assim, percebo-o em um encontro com Bakhtin (VOLOCHINO, 1988, p.36) quando diz “A palavra é o fenômeno ideológico por excelência [...] Ela é o modo mais puro e sensível de relação social”. A palavra está relacionada às circunstâncias que acabam por determiná-las, em virtude do caráter sócio-histórico da formação da sociedade, nos espaços de disputa de valores sociais.

Para esse missivista a língua é algo estático, deve permanecer paralisada frente às mudanças sociais e aos avanços do que poderíamos chamar, hoje, de certa globalização hegemônica no campo da cultura. Mais uma vez, encontro em Bakhtin (1992, p. 97) reflexões que podemos aplicar a essa ideia.

Não há nada na composição do sentido que possa colocar-se acima da evolução, que seja independente do alargamento dialético do horizonte social. A sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. Nada pode permanecer estável nesse processo. É por isso que a significação, elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvida pelo tema, e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a forma de uma nova significação com uma estabilidade e uma identidade igualmente provisórias.

4.2.7 Carta 9 — Reivindicações de Osmar — um jovem da Baixada Fluminense

PORQUE OS LUGARES ESTÃO
ABANDONADOS NA TETO
ENTRE ESTE BAIROS
ESTRADA CANECA FINA
ESTRADA JARDIM LIMOEIRO
/// ENCONHA
E ILUMINAÇÃO NAS ESTRAS
QUE SÃO ESTAS.

ESTAS RVAS ESTÃO ESBURACADAS
O PREFEITO DE MAGÉ NÃO
OLHA POR ESTES LUGARES.

TEM UM CONDOMÍNIO NA
CANECA FINA SÓ DE MAGUINATAS
POR ISTO O PREFEITO FALECI-
DO RENATO COSOLINO MANDOU
CAUSSAR A FRENTE DESTA
CONDOMÍNIO CERCA DE MIL METROS
LÓ E O RESTO ESTAR LARGA DO.

SOU UM JOVEM DE 17 ANOS
E QUERIA VER UM MELHOR
FUTURO NESTES LUGARES.

ASS: OSMAR DE VILVEIRAS LVA.

Nesta escritura o autor é morador de Magé — pela indicação do nome do falecido prefeito —, uma cidade próxima e integrante da Baixada Fluminense de onde também sou originária, do município de Nova Iguaçu, ambos na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde militei nos Movimentos de Associações de Moradores (MAB). Essa carta me trouxe à memória, por isso, algumas questões que mobilizavam moradores dessas cidades na região nas décadas de 1970 e 1980. Senti-me identificada com a fala desse sujeito jovem que, como eu, em minha juventude, se preocupava com as condições de vida do lugar onde morava. Tomei de Sader (1988, p. 57), o alerta: "O discurso que revela a ação revela também o seu sujeito [e] atribuição de sentidos às coisas [...]", para aproximar-me do missivista.

Atuando nas Associações de Moradores da Baixada Fluminense, ligadas à Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), fundada em 1979, que reunia associações de moradores de municípios de todo o Estado do Rio de Janeiro, conhecia a realidade de cidades como Magé e Nova Iguaçu, integrantes da região metropolitana do Rio de Janeiro, cidades-dormitório de trabalhadores que atuavam na capital, em busca de maiores e melhores ofertas de empregos, e que sofriam, portanto, todos os problemas da falta de condições de moradia, transporte e demais direitos.

Esse jovem, em poucas linhas, apresenta uma imagem bastante peculiar de sua cidade, situada na parte baixa da serra de Teresópolis. Tem pequena população, é de base economicamente rural e muito pobre. Destaco que um dos aspectos relevantes dessa carta foi a apresentação de elementos similares às falas dos sujeitos que faziam parte dos diversos movimentos sociais desde a minha militância.

Nas suas reivindicações estão presentes denúncias do descaso do poder público com os locais onde reside a população mais empobrecida, e suas observações sobre a situação da cidade fizeram parte das mesmas bandeiras de luta dos movimentos de associações de moradores da década de 1980. De acordo com Sader (1988), as práticas dos movimentos fizeram com que ocorresse a ampliação do espaço político, que naquele momento estava sob regime da ditadura militar. Materializava-se assim, nesses movimentos e por meio deles, a resistência política instituída e a politização dos problemas cotidianos desses lugares, o que poderia ser considerado um processo de invenção e reinvenção da política. "A 'política reinventada' dos movimentos teve que se enfrentar com a velha política ainda dominante no sistema estatal." (SADER, 1988, p. 20).

Outro aspecto político do texto de Osmar foi a denúncia feita de que o prefeito de Magé falecido, Renato Cozolino, fizera pavimentação em frente a um condomínio de magnatas. Esse tipo de política ainda é muito frequente na região, privilegiando-se sempre os

locais de moradia da população mais rica das cidades, com melhor infraestrutura, policiamento, iluminação. E como nas cidades pequenas determinadas famílias exercem o poder político durante décadas, a família Cozolino esteve à frente da prefeitura por mais de 20 anos.

Finaliza sua carta assinalando “que é um jovem de 17 anos e [que] queria ver um melhor futuro nestes lugares”. Oferece-nos a dimensão de sujeito coletivo formado a partir de sua realidade e interação com essa mesma realidade, e sua atitude é relevante, porque representa setores da sociedade excluídos, esquecidos. Sua abordagem, manifesta por palavras, é repleta de vontade inspirada na coletividade. Neste sentido, relaciono seu desejo com o que tem mobilizado sujeitos de diversas partes do mundo no Fórum Social Mundial: *um novo mundo é possível se a gente quiser!*

4.2.8 Carta 10 – Trajetória de dor e sofrimento de José Silvestre da Silva

0400519

Exmos. Sr^s. Constituintes.

Eu me achando ludibriado, enganado e até mesmo ser preciso assistir a vida. E que para mim e para muitos como eu que estávamos esperando ganhar um salário mínimo com desconto de 5% que já não era nada pela ceguidade que estar havendo fomos completamente arrasados, desiludido sem condições de viver.

A pessoa que se encontra na minha situação com filhos chorando de fome e seu pai doente sem poder trabalhar em coisa alguma, sem meio nenhum, que sem dinheiro não se faz nada nem mesmo para a comida, para roupas, calçados remédios, como eu que preciso usar remédios diariamente, meus senhores e senhoras constituintes intervenham por nós pelo amor de Deus.

Que possamos ganhar no mínimo um salário mínimo para não sucumbir de fome. Uma grande parte desta gente, é pessoa inválidas sem condições para o trabalho e com muita idade.

Por favor peço lhes a todos constituintes que
 formulem uma lei que a pessoa inválida possa
 ganhar que dê para o seu pão de cada dia.
 Desde já agradeço a todos senhores e senhoras
 constituintes.
 José Silvestre da Silva
 Guarulhos 18 de junho de 1997.

Essa última carta traz elementos que apresentam uma leitura da realidade a partir do ponto vista de quem escreve, portanto é uma realidade produzida. O autor, ao iniciar a carta dizendo “Eu me achando ludibriado” expressa um sentimento como se estivesse no limite de uma situação e que, portanto, precisa achar saída. Porém, esse é um aspecto que não conseguimos capturar e mensurar num trabalho de pesquisa, não podemos saber o alcance do sofrimento, porque é de natureza subjetiva, próprio de quem vive a experiência.

A carta nos permitiu acessar e nos aproximar de situações da realidade de tantos homens e mulheres, buscou contextualizar o leitor na realidade que foi representada. Utilizou palavras que nos influenciam, direcionando nosso olhar/pensar a aspectos da realidade vivenciada pelo autor e por milhares de brasileiros.

Tal qual o trabalho de Sebastião Salgado (1999), que através de fotografias nos sensibiliza sobre a vida e a luta dos trabalhadores sem terra no Brasil, o autor dessa carta produz sua imagem com as palavras que vai narrando. Quando diz “Sem condições de viver”, me remete à frase de Saramago “cujo suor não nascia do trabalho que não tinham, mas da agonia insuportável de não o ter”(SARAMAGO *apud* SALGADO, 1999, p. 6) que contribui para ampliar o nosso olhar e sentir a dor que tão bem expressou o missivista.

Assim, concordo com Saramago (*apud* SALGADO, 1999, p.8) “Ao contrário do que geralmente se pretende fazer acreditar, não há nada mais fácil de compreender que a história do mundo, que muita gente ilustrada ainda teima em afirmar ser complicada demais para o entendimento rude do povo”. O autor ao narrar situações de sua vida cotidiana: “Filhos chorando de fome”; “Pai doente sem poder trabalhar” traz episódios tristes de sua história que fundamentam sua aparente desesperança. Ao mesmo tempo, a atitude de escrever a carta demonstra conhecimento, capacidade de refletir sobre a situação e ser propositivo.

Mais uma vez encontro apoio nas palavras de Saramago (*apud* SALGADO, 1999, s. p.9), que expressam minha compreensão da mensagem apresentada de forma simples e forte nessa carta. “Esta paisagem e esta realidade social e econômica”, que o autor retrata faz

possível perceber que estava “vagando entre o sonho e o desespero”, porque não pode trabalhar para viver e dar uma vida digna a seus filhos, representando, assim, situações de vida em que não se pode ter tranquilidade, não se pode ficar à espera.

A concepção de mundo e de vida que a carta traz, não somente pela história contada, mas pela complexidade além do alcance de nossos olhos, representa uma trajetória humana de dor e de sabedoria, que não se esgota como o autor, pois mesmo com as limitações que a vida lhe impôs encontra forças para fazer de seu problema uma alavanca para alcançar todos que padecem como ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando e mergulhando na leitura das cartas, como as que foram aqui apresentadas, identifiquei indícios do período de abertura política e de problemas sociais que incentivaram a participação popular, como força propulsora de subjetividades democráticas.

O ponto de partida da investigação, vale lembrar, foi verificar como se davam relações entre conhecimentos tecidos ao longo da vida e conhecimentos escolarizados, verificando-se como experiências de vida — na sociedade em que foi negado o espaço escolar para camadas mais empobrecidas, a maioria trabalhadora que, no início dos anos 1980, não tivera oportunidade de frequentar bancos escolares no território brasileiro — produzem conhecimentos, simultaneamente, e de modo enredado, muito frequentemente, a conhecimentos científicos, apropriando-se de procedimentos da sociedade democrática, e conquistando espaços de participação antes negados.

A hierarquia entre conhecimentos, como historicamente produzida — e ainda na atualidade — é instrumento que discrimina, determinando o lugar que o sujeito pode ocupar na pirâmide social. Trata-se de preconceito tão arraigado culturalmente que, por exemplo, a frase “a ideia que vai nortear esta discussão” é utilizada sem se pensar no sentido atribuído à palavra nortear (derivada de Norte), cujo sentido implica remeter-se ao que vem dos continentes e países que estão “acima”³³, no hemisfério Norte, portanto, Europa e Estados Unidos da América. Em contraposição, Paulo Freire chamava atenção ao utilizar a expressão *sulear*, cunhada pelo físico e depois antropólogo Márcio D’Oliveira Campos, no sentido de reconhecer a importância dos saberes produzidos pelas populações que vivem no Sul, em países que estão no continente da América do Sul e África, especialmente.

Sobre esse tema, Santos (2010) reuniu, no livro *Epistemologias do Sul*, artigos de pesquisadores que, por meio de seus estudos, demonstraram como processos colonizadores foram competentes na produção de subjetividades, a partir da ótica do dominador, tornando invisível o modo de vida de grupos considerados primitivos, de “pouca cultura”. No entanto, os trabalhos revelam também que, mesmo submetidos a esses processos “civilizadores”, permaneceram vínculos com raízes culturais, criando formas de resistência que proporcionaram a preservação de memórias e de histórias, resguardando identidades de gerações passadas.

³³ A palavra “acima” encontra-se aspeada, porque também traduz um sentido ideologizado, já que o planeta Terra, no espaço sideral, não tem acima nem abaixo, porque o universo é vasto e referências de acima e abaixo não cabem quando se trata de dimensões de distância em anos-luz, invisíveis ao olho humano.

Encontro nas palavras de Ginzburg (1987, p. 164-165) sobre Menocchio uma relação com os autores das cartas que foram meu corpus de pesquisa:

Não lhe restava nada mais do que o sonho de um “mundo novo”[...] que desejava era uma realidade exclusivamente humana, a ser alcançada por meios humanos. [...] Menocchio [...] empregava em sentido diverso, referindo-se não ao novo continente, mas a uma nova sociedade a ser construída.

Nas escritas dos autores das cartas do acervo pesquisado percebo o sentimento de esperança que toma como desses sujeitos praticantes e fazem com que escrevam suas histórias, ao mesmo tempo que inscrevem seus desejos, sonhos, suas necessidades, por reconhecer a importância de se colocarem para enfrentar as adversidades que a vida lhes tem imposto. Porém, esse movimento da escrita das cartas revela, também, que compreendem que a mudança não depende exclusivamente deles, mas é parte de uma engrenagem da qual e a Constituição é peça importante.

Outro aspecto que destaco desse momento histórico foi a experiência de formação da qual esses autores participaram ao escreve suas cartas, no sentido freireano:

Na perspectiva progressivamente pós moderna, democrática, em que me ponho, lhe reconhece o direito de saber como funciona sua sociedade, de conhecer seus direitos, seus deveres; de conhecer a história da classe operária; o papel dos movimentos populares na refeitura mais democrática da sociedade. (FREIRE, 1999, p. 113)

Sendo assim, cada cidadão e cidadã ao escrever sua carta trouxe alguns elementos que faziam parte dos diversos contextos da vida do trabalhador brasileiro. Porém, o próprio processo de redigir algo que não tinham ideia de que seria armazenado e, menos ainda, que se transformaria em documento histórico, revela que o período da década de 1980 proporcionou uma experiência que posso denominar de *formadora*, ocorrida muitas vezes em igrejas e nos diferentes movimentos sociais.

Isto significa também refletir sobre o tema cidadania historicamente muito discutido, intrinsecamente relacionado aos debates de participação política, formação humana, igualdade, ideais de democracia. Partindo do pressuposto de que a educação sempre está a serviço de uma cidadania, portanto nunca é neutra, mesmo durante os períodos de ditaduras políticas vividas no Brasil que impossibilitaram o exercício da cidadania nas dimensões mais simples da vida democrática cotidiana, ela foi tecida em espaços marginais de participação ou mais oficiais, e os cidadãos (re)inventaram modos de participação política, mesmo quando lhes foram negados espaços e a formação que contribuiria para neles atuar melhor.

A educação como direito — seja do ponto de vista dos que lutam pela reparação histórica ou pela necessidade de uma sociedade que exige mão de obra mais qualificada e competitiva — é consenso. Porém, o que diferencia a questão é o sentido atribuído à educação, bem como os sentidos praticados e apropriados pelos sujeitos de direitos, de acordo com a necessidade e o lugar que ocupam na sociedade.

Pôde-se observar, nos escritos dessas cartas, o forte sentimento que movimentou homens e mulheres neste processo, cheios de sonhos e utopias, acreditando ser possível um outro mundo, deixando o sentido de justiça expresso nesses documentos. Mesmo tendo sido negado a eles o direito à educação formal, esses cidadãos se permitiram expressar seus conhecimentos nessas cartas, fazendo prova de aprendizagens, também negadas pela hegemonia hierárquica da relação possível entre diferentes conhecimentos. Mostraram a necessidade de se respeitar conhecimentos não escolares, de reconhecer sua validade e de inseri-los em diálogo mais justo com os conhecimentos formais, como enuncia Boaventura de Sousa Santos (2010), ao defender a ideia de que a justiça cognitiva é condição para a justiça social.

Ainda nessas cartas percebemos cidadãos que apresentaram a necessidade de um conjunto normativo de princípios que pudesse proporcionar vida digna para todos, e não continuar como privilégio de poucos. Denunciam, assim, supressão e negação de direitos. De acordo com Santos (2004, p. 8), “aposta-se não tanto em um mundo utópico, mas em um mundo que permita utopias.” Nestas cartas, estão expressões de homens e mulheres manifestando suas utopias, tecidas com base em seus conhecimentos e valores, como alternativas à dureza de suas vidas.

Também nessas cartas os sentidos de cidadania ativa e participativa se complementam, na medida em que, na primeira, o indivíduo ter atitudes que ativamente comprometem a ação do Estado e, na segunda, a participativa, em que se considera a importância de os sujeitos sociais decidirem coletivamente por aquilo que lhes parece mais benéfico para o grupo social. Este é um processo complexo, e a cidadania solidária pode levar o indivíduo a lutar por seus direitos, inserido em um projeto social, compreendendo que sua luta faz eco, ao auxiliar outros sujeitos, também, em luta pelo alcance de uma sociedade mais justa. Paralelamente, o reconhecimento coletivo da precisão de investimento em uma sociedade solidária como necessidade social — e não apenas daqueles que estão em posição de inferioridade — potencializa uma ação cidadã para além das relações com o Estado, responsabilizando-nos coletivamente pela construção da tão almejada justiça social.

Foi possível ver nessas cartas várias questões que fizeram parte do debate sindical da época — agente ativo e relevante no processo e de elaboração e consolidação do texto inscrito na Constituição Federal de 1988, garantindo a ampliação dos direitos individuais e coletivos.

Podemos aprender que a cidadania se consolida a partir de esforços que assegurem direitos individuais e coletivos — alguns conquistados historicamente e outros “novos” e inovadores — por meio de lutas, e inscritos na formalidade da lei, principalmente na Constituição de um país. Porém, há necessidade de uma população engajada para garantir e preservar uma sociedade justa, igualitária e livre para todos.

Por meio dessas cartas, faço ainda emergir o ideário de uma sociedade que representa utopias de cidadãos brasileiros. Como se tratam de documentos escritos há três décadas, só me permitiram dialogar com seus autores, na escolha que fiz, pela mediação do texto. Provavelmente, esses documentos teriam outras significações, das quais até mesmo seus autores não lembrariam mais, se os abordássemos no momento atual. Esta seria outra proposta de pesquisa, e não a que me propus fazer. Entendo que essas cartas existem, são reais, mas também são *ficções*, o que, de acordo com Certeau (2011, p. 46) revelam a criação humana, por meio da escrita, e porque produzem sentidos, por si mesmas, do *espaçolugar* cotidiano desses sujeitos.

O desejo de trabalhar com as cartas veio da possibilidade de ver como sujeitos exploraram e participaram de um momento histórico, usando cartas como forma de expressar desejos de mudança e esperanças pessoais e em um país. Ao trazer esses elementos históricos — um conjunto de cartas que representam a “memória coletiva” “de uma experiência vivida [...] por uma coletividade [tomo como] parte integrante o sentimento do passado. Recordações de acontecimentos diretamente vividos ou transmitidos pela tradição, escrita, prática ou oral” (LE GOFF; CHARTIER; REVEL, 1978, p. 451), para serem visibilizadas e não deixar cair no esquecimento uma significativa experiência popular, e para que esta experiência favoreça a criação de outros processos democráticos.

Na exposição escrita dos missivistas, estes trançam suas histórias de vida com sugestões para a Constituição. Nas cartas, havia muitas histórias imbricadas com situações de opressão, porém o que esses autores revelaram foi também otimismo frente ao dia a dia marcado pela luta contra adversidades, principalmente, quando escreveram cartas.

Entramos no século XXI com grandes tensões nas questões de ordem social, política, econômica, cultural e de relações humanas. Mas este, tem sido um período fértil também pelas experiências humanas e produções teóricas, que nos possibilitam pensar à frente desse tempo.

A crise do capitalismo, do modelo de representação política, das organizações sociais e chegando ao desemprego estão presentes na vida de Norte a Sul do planeta, criando desequilíbrios e impondo novas formas de estar no mundo, levando em conta as diferenças engendradas na sociedade a partir da produção de subjetividades democráticas que possam intervir, democrática e solidariamente, nos processos sociais em curso.

Especialmente quando se trata de temas envolvendo participação política, a curiosidade sobre o que as cartas contêm — porque escritas por pessoas comuns e endereçadas a autoridades — instiga os pesquisadores. Portanto, coube-me o exercício de estar atenta ao que me sugeriram os textos escritos, ao uso feito da escrita que revelasse mais que autores, qualquer que fosse sua escolaridade: cidadãos participativos que responderam a um chamado democrático, porque apostavam na possibilidade de mais justiça social. Justamente porque o acesso ao conhecimento formal é exigência social é que se tem de expandir a *justiça cognitiva* para alcançar a *justiça social*.

Porém, o aprendizado mais importante que tirei deste processo, e que espero ter conseguido compartilhar, proporcionando a outros cidadãos — meus possíveis leitores — o acesso a essas cartas e a esta reflexão, não foi o que escreveram, mas o modo como leram e escreveram estas páginas da história, com suas experiências, ousando participar de espaços que lhes foram historicamente negados, fazendo prova de conhecimentos sobre a sociedade e sua gestão possível, de projetos e sonhos, de propostas sociais, de auto-reconhecimento como sujeitos de direitos, finalmente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda, BERINO, Aristóteles, SOARES, Conceição. *Como e até onde é possível pensar diferente?* – micropolíticas de currículos, poéticas, cotidianos e escolas. (Texto produzido para trabalho encomendado do GT Currículo ANPED/2011). Natal/RN, 2011. (mimeo).

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, 2000.

BHABHA, Homi. *O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

_____. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. Lembranças de velhos. 17. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Simone Weil: a condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BRASIL. *Parecer CNE n. 11/2000*. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos. Brasília: CNE, 2000.

BRECHET, Bertold. *A exceção e a regra*. In Teatro Completo de Bertold Brechet em 12 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

COUTINHO, C. N. Gramsci. *Um estudo sobre seu pensamento político*. Nova edição ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, jan.-mar. 1961; trad. de Lúcia Maurício de Alverega, revisão técnica de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

COELHO, Ricardo Correa. *Partidos Políticos, Maiorias Parlamentares e Tomada de Decisão na Constituinte*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

DELGADO, T. *A história de um rebelde: 40 anos, 1966-2006*.

DIEESE. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/materialinstitucional/quemSomos.html>>. Acesso em 14 de abril de 2015.

FERNANDES, Florestan. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. p. 113-114.

FREIRE, Paulo; CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy; OLIVEIRA, Rosiska. *Cuidado, escola!* São Paulo: Brasiliense, 1980.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 30. ed.. São Paulo: Paz e Terra, 2004

GALEANO, Eduardo. *A descoberta da América* (que ainda não houve). 3. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. *Os filhos dos dias*. Porto Alegre, RS: L&M, 2012, p.292.

_____. *As palavras andantes*. 4. ed. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 1994. p. 310.

GARCIA, Alexandra, OLIVEIRA, Inês Barbosa. *O mundo como narrativa polissêmica: diferença, relações de poder e interdiscursividade nos estudos dos cotidianos*. In OLIVEIRA, Inês Barbosa. *Práticas cotidianas e emancipação social: do invisível ao possível*. Petrópolis: DP et Alii, 2010.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOMEZ, Antonio Castillo. Como o polvo e o camaleão se transformam. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos. *Destinos das Letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário de língua portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss. Versão Digital. Editora Objetiva, 2009.

KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil: Diário da campanha das diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LE GOFF, Jacques ; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. *A nova história*. Coimbra: Almedina, 1978.

_____. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

MAFFESOLI, Michel. *Quem é Michel Maffesoli: entrevistas com Christophe Bourseille/ Michel Maffesoli*; Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. Petrópolis, Rio de Janeiro: De Petrus et Alii, 2011.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MATURANA, Humberto. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida Severina*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MORIN, Edgar. *Meus Demônios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 09.

MUNHOZ, Sara Regina. A atuação do “Centrão” na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988: dilemas e contradições. *Revista Política Hoje*, Vol. 20, n. 1, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. Os protagonistas do drama: Estado e Sociedade no Brasil. In LARANJEIRA, Sônia (org). *Classses e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo Hucitec. 1990.

OLIVEIRA, Inês B. *Democracia no cotidiano da escola*. Org. Jean Houssaye et al. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: CNPq, 2009.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Certeau e as artes de fazer: as noções, táticas e trajetórias na pesquisa em educação. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de, ALVES, Nilda. *Pesquisa nos/dos/ com os cotidianos das escolas – sobre redes e saberes*. Petrópolis: DP et Alii, 2008.

_____. Utopias praticadas justiça cognitiva e cidadania horizontal na escola pública. *Revista Instrumento*, Juiz de Fora, 2013.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: O grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento*: seis ensaios da história das ideias. Tradução Nilson Molin. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma Ciência Pós Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *A crítica da razão indolente*. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Semear outras soluções*: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Democratizar a democracia*: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *O Fórum Social Mundial*: Manual de Uso. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/fsm.pdf> . Acesso em 30 maio 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, M. P.; NUNES, J. A. 2004. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: _____. (org.). *Semear outras soluções*: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamento. 2004.

SANTOS, Regina Bega dos. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 31-32.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “ A pré revolução brasileira” . In: JAGUARIBE, Hélio. (org). Brasil: Sociedade Democrática. Rio de Janeiro: José Olympo. 1985. p. 275.

SILVA NETO, José Leite da. Cidadania Vertical e Horizontal: ensaio para um conceito. *Revista do Curso de Direito*, Ano I-2006, n. 1, p. 105-121.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 3. ed. v. 1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 10.

UNESCO. *V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos*. Declaração de Hamburgo: Agenda para o futuro (Hamburgo, Alemanha). Brasília: SESI/UNESCO, 1999.

VERSIANI, Maria Helena. *Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988* / Maria Helena Versiani. [Tese Doutorado]. FGV, Rio de Janeiro,- 2013. 284 f.

VOLOSHINOV, V. N.. Que é linguagem. In: PONZIO, A. *La revolución bajtiniana: el pensamiento de Bajtín y la ideología contemporánea*, Madrid, Cátedra, 1998, p.107.